



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

Maria Carolina Rodrigues

**O SIGNIFICANTE: DA LINGUÍSTICA À PSICANÁLISE**

SÃO PAULO

2022

Maria Carolina Rodrigues

**O SIGNIFICANTE: DA LINGUÍSTICA À PSICANÁLISE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra.

SÃO PAULO

2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Rodrigues, Maria Carolina  
O significante: da Linguística à Psicanálise. /  
Maria Carolina Rodrigues. -- São Paulo: [s.n.],  
2022.  
102p. il. ; cm.

Orientador: Pedro Eduardo Silva Ambra.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Psicologia, 2022.

1. Linguística. 2. Psicanálise. 3. significante .  
4. Lacan. I. Silva Ambra, Pedro Eduardo. II.  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD

*À minha mãe por, toda vez, me escolher.*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho, diversas foram as vezes nas quais confrontei a solidão intrínseca a sua produção. Faze-lo sob a abordagem psicanalítica pôde, de alguma maneira, apaziguar a angústia e as incessantes afetações – dado que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, a prática teórica que aqui se fez é da ordem de uma análise que, inevitavelmente, é um processo singular. Ainda que esse trabalho tenha que acabar, como minha analista uma vez me trouxe, *tudo precisa de um ponto final*, que eu siga na escuta e nas repetições que me formam. Desta forma, à parte daquilo que nenhuma outra pessoa é capaz de fazer por mim, minha própria análise, não poderia deixar de agradecer àqueles que estiveram ao meu lado, para-além.

Agradeço ao meu orientador, Pedro Eduardo Silva Ambra, por todo acolhimento e sensibilidade às questões que atravessaram o período de realização desse trabalho. Por toda a escuta, troca e direcionamento sem os quais eu não teria sido capaz de dar início a minha trajetória de estudo em psicanálise sob o viés lacaniano. Por todo o rigor e delicadeza, obrigada, que o diálogo permaneça.

À Clarissa Metzger, por ter topado compartilhar toda sua experiência através da leitura cuidadosa de meu trabalho. Agradeço não apenas por aceitar ser minha parecerista, como por ter sido minha professora, mais de uma vez, ao longo da graduação e no curso de AT. Foi por meio da sua transmissão e ensino que o encantamento pela obra de Lacan começou e me trouxe a este trabalho.

À todo o corpo docente do curso de Psicologia da PUC-SP e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O que caminho que vem sendo trilhado desde 2018 dentro desses muros, seguirá também para além deles, não sem vocês.

À minha mãe, por toda força em me criar só e por sua incessante escolha em me proporcionar as melhores oportunidades de estudo – e de tudo. Por toda insistência, bom-humor e leveza que muito admiro. Por sempre ser morada de afeto. Por me permitir andar com meus próprios pés. Por toda a potência significativa que muito me forma, obrigada.

Ao meu padrasto, por ter sido pai e exemplo, inclusive na pesquisa. Por todo o cuidado.

Aos meus avós, Rosangela e Edson, por todo carinho, por todas as férias em conjunto, por todo apoio, incentivo e investimento na minha formação. À minha avó, excepcionalmente, por toda a escuta, amor, confidencialidade e colo.

Ao meu pai, por ter sido amigo e, ainda que por caminhos esburacados, sempre ter acreditado em mim.

Às minhas amizadas da vida, por todas as risadas e distrações. Agradeço especialmente à Carol, companheira de novas descobertas e retomada da vida.

Às minhas grandes companheiras de curso e, já há um tempo, vida, Julia e Clara. Agradeço por todo companheirismo, escuta, cuidado e parceria. Vocês trazem leveza e me ensinam que é possível sonhar em conjunto.

À todos que cruzei e compartilhei as salas de aula; nada se constrói sem a escuta e o diálogo.

Ao meu companheiro, por todo apoio nessa reta final. Por vibrar comigo e, sempre que eu esquecia, me lembrar de manter a calma e que ia dar tudo certo. Por acreditar e estar ao meu lado. Por toda a escuta.

Aos sujeitos que toparam fazer parte da minha formação. Não há maior aprendizado sobre o significante do que com vocês.

Às palavras, por todo o encantamento que me causam e todas as possibilidades que me oferecem.

*Assim é que a ênfase com que sempre promovemos para diante a noção de significante no símbolo exerce-se, aqui, retroativamente. Esfumar-lhe os traços com uma espécie de dissimulação histórica teria parecido, acreditamos, artificial aos que nos acompanham. Desejamos que ter-nos eximido de fazê-lo não lhes decepcione a lembrança.*

Jacques Lacan

7.00.00.00-0 – CIÊNCIAS HUMANAS

7.07.00.00-1 – PSICOLOGIA

Título: O significante: da linguística à psicanálise

Orientanda: Maria Carolina Rodrigues

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender o significante em Lacan. Dado que o psicanalista francês iniciou seus estudos com base em um retorno à Freud e lançou mão de diversas áreas do saber para fundamentar o que considerava a real experiência psicanalítica tal qual o pai da psicanálise nos trouxe, fez-se necessário trabalhar com o significante desde sua origem, na linguística saussuriana. O percurso escolhido perpassou a teoria de Freud a fim de justificar a importância da palavra desde os primórdios da Psicanálise; o *Curso de Linguística Geral* (1916) de Saussure, do qual retiramos sua noção de significante; a discussão sobre o conceito de *valor* que contribuiu para a compreensão tanto do caminho que Lacan percorre em sua teoria significante, quanto de onde fundamenta-se a relação entre a Linguística e a Psicanálise, através da subversão do signo linguístico saussuriano feita por Lacan; o modo pelo qual a partir disso chegou-se a compreensão do inconsciente estruturado como linguagem e o início da teoria lacaniana sobre o significante a partir de seu seminário intitulado “*A carta roubada*” (1955).

**Palavras-chave:** significante; Saussure; Linguística; Lacan; Psicanálise.

## ABSTRACT

This work aims to comprehend the signifier considering the psychoanalysis as thought by Lacan. Since his studies began with the idea of a return to Freud's theory, he resorted to different fields of knowledge to ground the psychoanalytic experience such as Freud described it. For that purpose, it was necessary to locate the signifier itself since it was created by Saussure's Linguistics. The work began justifying the importance of words for Psychoanalysis since Freud; the Course in General Linguistics (1916) by Saussure, from where it was taken the first understanding of the signifier; a discussion about the concept of *value* regardless of which is not possible to understand the relationship between Linguistics and Psychoanalysis and the subversion made by Lacan of Saussure's linguistic sign; the theoretical path that led the French psychoanalyst to postulate that the unconscious is structured like a language and the dawn of Jacques Lacan's signifier theory through his seminar entitled "*The Purloined Letter*" (1955).

**Keywords:** signifier; Saussure; Linguistics; Lacan; Psychoanalysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Circuito da fala de Saussure, (SAUSSURE, 1916/2006, p.19).....	32
Figura 2 - Signo linguístico (SAUSSURE, 1916/2006, p.80).....	34
Figura 3 - Explicitação do signo linguístico de Saussure (SAUSSURE, 1916/2006, P. 81) .....	34
Figura 4 - Da representação do signo linguístico à significação (Fonte: Compilação do autor) .....	35
Figura 5 - Planos de apresentação das ideias e sons (SAUSSURE, 2006, p.131) .....	51
Figura 6 - Significação (SAUSSURE, 2006, p. 133).....	53
Figura 7 - Sistema de signos linguísticos (SAUSSURE, 2006, p. 133).....	53
Figura 8 - Eixos propostos por Saussure (SAUSSURE, 2006, p.95).....	57
Figura 9 - (EIDELZSTEIN, 2003, p.55).....	62
Figura 10 - (EIDELSZTEIN, 2003, p.55).....	62
Figura 11 - (EIDELSZTEIN, 2003, p.55).....	62

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 O interesse pela hipnose .....	12
1.2 Dos estudos sobre histeria à psicanálise: o lugar da palavra.....	14
<b>2. MÉTODO .....</b>	<b>21</b>
2.1 Objetivos .....	28
<b>3. CAPÍTULO 1: O SIGNIFICANTE EM SAUSSURE .....</b>	<b>29</b>
<b>4. CAPÍTULO 2: DE SAUSSURE E LACAN: O CONCEITO DE VALOR, O SIGNIFICANTE E O INCONSCIENTE ESTRURUADO COMO LINGUAGEM...</b>	<b>39</b>
4.1 De onde viemos e para onde vamos .....	39
4.2 O porquê do <i>sujeito</i> , o Real e a identidade do signo em Lacan .....	41
4.3 O <i>valor</i> em Saussure .....	49
4.4 O significante de Saussure a Lacan: subversão do signo linguístico .....	58
<b>5. CAPÍTULO 3: O SIGNIFICANTE EM LACAN .....</b>	<b>65</b>
5.1 Retorno à Freud .....	65
5.2 A linguagem e o inconsciente .....	70
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende investigar a afirmação lacaniana da estruturação inconsciente tal qual uma linguagem. Para isso, entende-se que é necessário, inicialmente, retomarmos a teoria freudiana desde a qual já nos era trazida a noção fraseada por Lacan, ou seja, o lugar da palavra. No texto de Freud de 1925, intitulado como “*Autobiografia*” na edição da Companhia das Letras (vol. 16), ou “*Um estudo autobiográfico*” na edição da Imago (vol. XX), o pai da psicanálise nos apresenta um panorama geral sobre o trabalho desenvolvido ao longo de sua vida. É deste ponto que partiremos para localizar-lhes o percurso que desenvolveremos. Em seguida, esclareceremos melhor o lugar reconhecido desde Freud, que justifica nossa escolha de pesquisa, a partir do texto “*Tratamento psíquico (anímico)* (1890)”.

### 1.1. O interesse pela hipnose

Por volta de 1885, Freud impressiona-se com as investigações de Jean-Martin Charcot, um médico psiquiatra e cientista francês, – que em boa parte foram acompanhadas por ele - sobre a histeria, nas quais evidenciou-se que os fenômenos histéricos eram autênticos, regulares, ocorriam em pessoas do sexo masculino, o efeito da sugestão hipnótica no tratamento dos sintomas histéricos e a relação que parece haver entre eles e um trauma. Contudo, havia ainda, na comunidade médica e no própria Freud, certa estranheza com relação as demonstrações feitas. Isso fez o neurologista austríaco direcionar seu campo de investigação a um estudo comparativo entre as paralisias observadas enquanto um sintoma histérico e as tidas como orgânicas.

O intuito era provar que, na histeria, os efeitos paralisantes e anestésicos do corpo “se delimitam de um modo que corresponde à representação comum (não anatômica) do ser humano” (FREUD, 1925, p.73). Tal feito é realizado, em 1886, quando torna-se médico de nervos e é obrigado a prestar um relato sobre seus estudos junto a Charcot, na Sociedade de Medicina. O que acontece é que lhe foi muito custoso encontrar um caso que pudesse ser apresentado, pois sempre era lhe negada a permissão para que acompanhasse casos, de outros colegas, nos quais identificava o mecanismo que conheceu com Charcot. Foi somente ao deparar-se com um caso de hemianestesia histérica fora do hospital que a apresentação à Sociedade foi possível. Porém, o diagnóstico freudiano, ainda que tenha sido aplaudido, foi mostrado em um homem, de modo que não foram

admitidas as novidades trazidas e ele foi, inclusive, proibido de frequentar o laboratório de anatomia e de realizar suas conferências, levando a um afastamento da Sociedade.

O trabalho de tratamento das doenças nervosas orgânicas, contudo, foi abandonado pouco tempo depois. Exercer o papel de médico de nervos ao qual havia se prestado, tinha como premissa ao austríaco que ele prestaria auxílio a seus pacientes e, para isso, dispunha de dois instrumentos: a eletroterapia e a hipnose. O primeiro era altamente prescritivo para todo e qualquer sintoma que o doente de nervos poderia ter e foi deixado de lado por Freud quando houve a constatação de que esse método não era eficaz, ou seja, que a prescrição em nada ajudava. Entendeu-se, então, que havia a construção de uma fantasia em jogo e, assim, não só escapava ao domínio da observação como foi visto posteriormente que qualquer efeito que a eletroterapia já alcançou, no nicho de tratamento em questão, era efeito da sugestão médica.

O segundo, por sua vez, o hipnotismo, serviu à convicção do pai da psicanálise levando-lhe a constatar a autenticidade dos fenômenos histéricos a partir da observação, ainda enquanto estudante, de uma apresentação pública na qual mostrou-se que “um dos indivíduos do experimento fora tomado de uma palidez mortal ao entrar na rigidez cataplética, e assim permaneceu enquanto durou esta condição” (FREUD, 1925, p. 76). Depois, por mais que o método hipnótico fosse tomado como fraudulento por diversos psiquiatras, um médico fisiologista, Rudolf Heidenhain, explicou-o em termos de inibição do córtex. A hipnose seria, neurofisiologicamente, um estado no qual a atividade cerebral é reduzida no local indicado. Ademais, Freud havia visto que esse método era usado, sem objeções, em Paris - servia para criar e retirar sintomas nos doentes; e que teria surgido uma escola, em uma comuna francesa chamada Nancy, na qual a sugestão era utilizada e obtinha bons resultados, independente de ser ligada a hipnose ou não, para fins terapêuticos. É assim que tem-se o abandono freudiano do tratamento das doenças nervosas orgânicas, juntamente ao pouco número de pacientes que sofriam da enfermidade e o crescente aumento de neuróticos – eles movimentavam a prática médica ao deslocarem-se de um médico a outro.

É assim que o trabalho com a hipnose foi sendo tomado como àquele que oferecia uma superação da impotência que era sentida ao não conseguir tratar determinados sintomas e conferia a seus praticantes a reputação de alguém que realiza milagres. Ainda que no método, ao longo da prática freudiana, foram descobertas falhas, inicialmente recebia duas contestações: não era possível hipnotizar todos os doentes e alguns, ainda, Freud não conseguia colocá-los em um estado

hipnótico tão profundo quanto o desejado. Esses entraves, contudo, não fizeram com que o pai da psicanálise abandonasse o estudo da sugestão e da hipnose.

### **1.2. Dos estudos sobre histeria à psicanálise: o lugar da palavra**

Freud nos conta que, desde o início de seu trabalho com o método hipnótico, usou-o não somente da forma que estava sendo majoritariamente utilizado, em relação com a sugestão médica. Um destino de estudo para tal instrumento prático foi questionar um paciente, sob hipnose, sobre a origem do seu sintoma. Essa utilização pareceu obter maior eficácia, pois, diferentemente de instaurar ou retirar um sintoma por meio da sugestão, trazer à tona o questionamento oferecia ao médico uma satisfação de desejo, dado que a partir desse momento lhe era endereçado alguma informação sobre a origem do sintoma que buscava eliminar. Essa alternativa de aplicação adveio do trabalho realizado junto a Breuer. Ele era um médico vienense com quem Freud criou o hábito de partilhar os interesses científicos. Conforme veremos no decorrer deste tópico, a amizade entre os austríacos teria seu fim no decorrer do desenvolvimento da ciência fundada por Freud.

Antes de ir a Paris dar continuidade de seus estudos sobre a sugestão hipnótica, Breuer havia comunicado o neurologista sobre um caso de histeria no qual foi possível, a partir de um tratamento distinto, adentrar as causas e o significado dos sintomas observados na histeria. O novo método consistia em colocar a paciente em hipnose profunda e pedir que ela contasse o que a tomava. Em um segundo momento, quando os acessos de confusão depressivos já não se faziam presentes sob o estado hipnótico, Breuer lançava mão da mesma estratégia para eliminar as inibições e distúrbios físicos. Quando a paciente estava fora do estado de rebaixamento da consciência, nada saberia dizer sobre seus sintomas, a origem e sua ligação com eventos de sua vida, porém, se hipnotizada, imediatamente encontrava-se o encadeamento que, no final das contas, atrelava os sintomas à vivências traumáticas, ou seja, “tinham significado e correspondiam a vestígios ou reminiscências de situações afetivas” (FREUD, 1925, p.80). Foi assim que Breuer eliminou, por meio da hipnose, os sintomas de sua paciente: reproduzindo-os sobre em seu estado formativo.

Freud não havia participado do caso em questão, mas devido a sua vasta pesquisa de observação de casos de histeria que ocorriam de maneira análoga a da paciente de Breuer, propôs que eles fizessem uma publicação conjunta. Assim originou-se, em 1895, o livro *Estudos sobre a histeria*, que:

Não pretende examinar a fundo a natureza da histeria, apenas iluminar a gênese de seus sintomas. Nisso dá ênfase ao significado da vida afetiva, à importância de distinguir entre atos psíquicos inconscientes e conscientes (ou melhor, capazes de consciência), introduz um fator dinâmico, ao supor que um sintoma se origina do represamento de um afeto, e um econômico, ao considerar o mesmo sintoma o resultado da transformação de uma quantidade de energia que é normalmente utilizada de outra maneira (a chamada conversão) (FREUD, 1925, p.82).

Com isso, o que o manuscrito nos conta é do procedimento que foi chamado por Breuer de catártico. Sua pretensão terapêutica era a ab-reação, ou seja, fazer com que o “montante de afeto empregado na manutenção do sintoma, que caíra em trilhas erradas e nelas permanecera como que entalado, tomasse as vias normais, onde podia chegar à descarga (FREUD, 1925, p.82).

Entretanto, apesar da eficácia da catarse, o procedimento não escapava às mesmas falhas que foram enunciadas no método da hipnose. No desenvolvimento subsequente, inicia-se a transição entre a catarse e a psicanálise. Breuer abandona o percurso que estava trilhando junto ao neurologista e passa a acreditar que a transformação pela qual um processo psíquico se torna patogênico, à parte de qualquer resposta que fosse encontrada na própria fisiologia, achava que se subtraíam ao destino normal os processos que se haviam originado em estados psíquicos excepcionais, hipnoides” (FREUD, 1925, p.83). Freud, por outro lado, entendendo que nesse desvio de seu companheiro surge a questão sobre a origem dos estados hipnoides, supõe um jogo de forças tal qual o que ocorre na vida normal. Veríamos aí que a *histeria hipnoide* vai de encontro à *neurose de defesa*.

Freud não oferece contestação ao fato de que a teoria apresentada por ele e seu colega vienense não se ocupava na etiologia desses estados e em qual momento esbarramos em seu viés patológico. Porém, sua experiência mostrou-lhe que não eram quaisquer estados afetivos que escondiam-se nos fenômenos neuróticos, mas, frequentemente, os de natureza sexual. Vale frisar que o que é tomado como sendo desta natureza são conflitos sexuais atuais ou repercussões de vivências antigas. Espantado com sua descoberta, Freud direciona seus estudos para além da histeria e passa a estudar um contingente bastante presente em sua prática clínica, os neurastênicos. Eles diem respeito aos pacientes que sofrem de um enfraquecimento de seu sistema nervoso central que possibilita até mesmo dificuldades ou limitações motoras e afeta outros aspectos da vida, como a dimensão social.

Esse seguimento de investigação fez com que as neuroses passassem a ser interpretadas por Freud como distúrbios da função sexual e que a própria sexualidade fosse algo da ordem psicossomática. Isso nos revela que há influência, na sexualidade, de um quimismo sexual

perturbado, como o austríaco nos conta em sua obra e que, por conseguinte, há uma relação entre a etiologia da neurose e a sexualidade. Além de identificar essa relação a partir de um trabalho com a neurose, Freud também altera a técnica catártica que aprendera junto a Breuer, abandonando a hipnose em busca de algo que superasse o que ele via como uma limitação concernente ao tratamento de estados histeriformes. Essa mudança também foi pautada na observação de que a resolução de sintoma sob hipnose catártica parecia trazer íntima relação com a relação mais íntima entre médico e paciente, de modo que caso ela se anuviasse, o resultado era perdido. O que tal descoberta nos comunicava? Que não era possível manter controle sobre o trabalho realizado sob catarse em decorrência do vínculo afetivo que lhe é intrínseco ser um fator preponderante.

Freud nos oferece um relato sobre uma paciente na qual a hipnose foi capaz de grandes efeitos, contudo, quando foi-lhe oferecida a eliminação do sofrimento, a partir da técnica da reprodução *in statu nascendi*, daquilo que remonta sua dor, ela atira seus braços ao redor do neurologista logo em seguida ao despertar. Foi precisamente neste ocorrido que Freud nos localiza seu abandono ou isolamento do método hipnótico – o efeito que lhe foi observado em sua paciente parecia trazer o que chamou de “elemento místico” que agiria a despeito da hipnose.

O balanço do procedimento em uso até então foi de que, considerando que as contribuições do hipnotismo para a catarse permitiram a ampliação do campo da consciência daqueles que eram tratados e oferecer-lhes um conhecimento que não tinham acesso, exceto através de seu estado hipnótico, de muito havia servido ao aparato científico. O caminho pelo qual seria dada continuidade ao que vinha sendo investigado, contudo, era o de abandono da hipnose.

Foi a partir deste abandono que Freud direcionou-se a prática existente até os dias de hoje sob o uso *divã*. Diz ele: “abandonei o hipnotismo, dele conservando apenas a recomendação de o paciente se deitar num sofá enquanto eu ficava sentado atrás dele, de modo que o via mas não era visto” (FREUD, 1925, p. 89). Contudo, antes de prosseguirmos a essa nova prática, faz-se necessário marcar de maneira mais incisiva a importância da hipnose para a nossa escolha de pesquisa.

O desenvolvimento do trabalho com a hipnose foi o que deu passagem à entrada da palavra. Assim, motivo pelo qual partimos do tratamento hipnótico é justamente por ser a partir de seu abandono que constata-se a entrada da linguagem, na psicanálise, enquanto aquela que marca uma diferença. É por isso que o percurso de nosso trabalho dá a volta: parte da psicanálise, vai à

linguística e retorna – ainda que não ao mesmo ponto, nem da mesma maneira, pois na repetição, tal qual a concebemos aqui, se caminha.

Em *Tratamento Psíquico (ou Anímico)* (1890/1905), Freud parte da justificativa, a partir da palavra e, por conseguinte, de seu significado, de tomar psíquico e anímico como equivalentes – motivo este que sustenta a própria nomeação do texto. Se a origem do termo psíquico é a palavra grega “psyche” que, na tradução alemã, é tida como alma, um tratamento psíquico é um tratamento advindo da alma e que atua, “em primeiro lugar e de maneira direta, sobre o que é anímico no ser humano” (p.176). Um dos meios pelo qual o faz é através da palavra, de modo que estas passam a ser tidas como ferramentas essenciais desse modelo de tratamento.

Para desenvolver essa tese da importância do instrumento *palavra*, o austríaco retoma que muito custou ao meio médico de formação científica reconhecer o valor do tratamento anímico. Após um período de dependência da chamada filosofia da natureza, esse meio obteve progresso e diversas descobertas que, em sua totalidade, correspondiam àquilo que é da fisiologia humana, tanto em seu funcionamento normal como patológico. Tendo colhido frutos por essa direção de estudo e tratamento, os médicos foram cada vez mais restringindo-se ao interesse pelo corpo e deliberando aos filósofos o que seria de ordem anímica. Ainda, a medicina moderna concebia o aspecto anímico como dependente e determinado pela fisiologia. Nesta concepção, o funcionamento intelectual seria decorrente de um desenvolvimento orgânico e nutrido e qualquer enfermidade no órgão seria o motivo pelo qual surgiriam perturbações.

Porém, foram encontrados doentes nos quais não havia sinais palpáveis de patologias e destacando-se àqueles nos quais os quadros eram os mais variados possíveis e seus sintomas os impossibilitavam de realizar qualquer trabalho intelectual. Nestes casos, observou-se que os sinais de doença estavam sob a influência das “excitações, comoções, preocupações, etc.., e que desaparecem, podendo dar lugar a uma saúde plena, sem deixar nenhum vestígio, nem mesmo após uma longa permanência” (FREUD, 1890/1905, p. 177-8). Atribui-se tais patologias ao sistema nervoso em sua totalidade e foram concebidos como estados de nervosismo (neurastenia, histeria), ou seja, doenças funcionais desse sistema.

A investigação feita pelos médicos da origem desses sintomas levou-os à conclusão de que os sintomas provinham de uma “*influência da vida anímica sobre seu corpo*” (FREUD, 1890/1905, 178, grifo do autor) e seria neste aspecto que deveria ser buscada a causa primeira da manifestação. Foi esta direção investigativa que levou o meio médico de formação científica, que conferia ênfase

aos processos corporais, a praticar o tratamento anímico tal qual curandeiros praticavam em épocas remotas. Além disso, não havia outro tratamento senão o psíquico nos povos da antiguidade e mantinha-se a crença no efeito curativo das medidas terapêuticas que ainda não possuíam a cientificidade das drogas médicas – poções curativas, banhos purificadores e invocações de sonhos oraculares, por exemplo. Ao longo do tempo, a figura do médico foi sendo construída e prestigiada justamente por advir dessa relação com o divino que há muito existia na história; e, desde então, parecia haver uma relação da cura por meio do tratamento anímico com a figura que era capaz de causar-lhe tal estado a ponto de retirar o padecimento.

Freud dirá que é por serem as *palavras* que realizam o intermédio entre as relações dos homens, por ser através delas que um é capaz de influenciar o outro e gerar alterações anímicas naquele a quem as palavras se dirigem, que elas configuram sua importância, sua “magia”. Este é o motivo pelo qual já não soava estranho a quem ouvisse que a “magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos, sobretudo aqueles que se baseiam justamente nos estados psíquicos” (1890/1905, p.182). É neste solo que fundamenta-se a hipnose, prática na qual a fala daquele que hipnotiza possui efeitos mágicos na lida terapêutica dos sintomas dos enfermos a quem atendiam. Essa fala recebera o nome de sugestão e parecia conceber ao médico um poder ilimitado, contudo, se o sintoma retirado tornava a parecer e a hipnose tinha de ser repetida, foi-se compreendendo que existia sim um limite para o efeito sugestivo.

Assim, quando lidamos com um doente e o impelimos, através da sugestão, a renunciar a sua doença, notamos que isso significa para ele um grande sacrifício, e não uma pequena oferenda. O poder da sugestão confronta-se aqui com a força que criou e mantém os fenômenos patológicos, e a experiência mostra que esta é de uma ordem de grandeza muito diferente da que caracteriza a influência hipnótica (FREUD, 1905, p.188).

Assim, se havia algo que era sempre esquecido e não era mantido consciente, era preciso que o médico desprendesse esforços para que o hipnotizado relembresse. Para isso, Freud concebeu a teoria da repressão – um mecanismo de defesa primário cuja primeira aparição implicava outras consequências. O que víamos, então, desde que o padecimento não cessava de aparecer na hipnose, eram as resistências envolvidas nesse processo represatório.

O modo pelo qual eventualmente o neurologista passou a investigar a forma de fazer seus pacientes superarem as resistências foi pedindo-lhes que dissessem toda e qualquer coisa que lhes viesse à mente. É esta a prática que anunciamos permanecer até os dias de hoje, ela recebeu o nome de associação livre e veio a tornar-se a regra fundamental da psicanálise. O objetivo era que o material que não era acessível de maneira consciente e, portanto, era um material reprimido, fosse

levado à consciência e afastado de sua repressão – essa é a prática que ocorre em uma análise e que, assim como vimos anteriormente ao falar da hipnose, seguirá tendo como marca a presença de um outro, no caso, do psicanalista.

Freud nos conta que para atingir seu objetivo, porém, é preciso conceber que não é inteiramente livre a forma pela qual essa associação é feita. Para que as resistências, apareçam elas da mesma maneira ou de maneira substitutiva, sejam descobertas é preciso que haja, no âmbito analítico, na clínica, uma interpretação por parte daquele que escuta. É por este ponto, o da associação livre e da interpretação, que foi possível conferir um lugar aos sonhos, como nos diz Quinet (2012):

No texto inaugural da psicanálise, *A interpretação dos sonhos*, Freud desvela as leis do inconsciente, fazendo emergir o sujeito do desejo como sujeito determinado pela linguagem. Só temos acesso às significações dos sonhos uma vez que são relatados, ou seja, quando a experiência solitária noturna do espectador-sonhador é partilhada com um interlocutor por meio das palavras escolhidas para relatá-lo. O sonho é, com efeito, a sua narrativa. É na passagem do sonho para as palavras que nasce a psicanálise, quando Freud aponta que o intérprete do sonho é o próprio sonhador. Essa interpretação nada mais é do que a associação livre, isto é, aquilo que o sonhador, em seu relato, associa a cada imagem ou cena de seu sonho. Essa associação, não custa lembrar, é uma associação de palavra em palavra que se dá muitas vezes, não pelo conteúdo das palavras, e sim por sua sonoridade, através da proximidade das imagens acústicas das palavras, nos termos da linguística, dos significantes (p.1).

Nesse sentido, se trazemos à tona os sonhos para dizer do inconsciente, é preciso entender ao que nos referimos por este termo; ele concentra, no lugar da palavra, toda a descoberta de Freud. Em *Freud e o inconsciente* (2009), Garcia-Roza parte de que, para falarmos do inconsciente, partir daquilo que ele não é parece dar mais contorno à sua compreensão, pois a descoberta de Freud tem um caráter distinto da concepção de subjetividade vigente na época, ou seja, identificada no domínio consciente e atrelada à razão. Previamente ao uso definido pelo pai da psicanálise, o termo servia meramente para designar o que não cabia ao domínio consciente, “mas jamais para designar um sistema psíquico distinto dos demais e dotado de atividade própria” (2009, p.170) e, além disso, marcava-se um processo identificatório do inconsciente com a desordem, com o inacessível, com o irracional.

O inconsciente freudiano distancia-se por muito dessa aceção que já foi conferida ao termo, pois, como vimos na citação acima, ele possui leis que o regem e mecanismos de atuação e, como o austríaco nos traz em sua obra de 1900, a *Traumdeutung*, “não há nada de arbitrário nos acontecimentos psíquicos, todos eles são determinados. A diferença está em que não há uma determinação única” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 171). Portanto, quando abandona a hipnose e

passa a associação livre – que não é tão livre – como regra fundamental da prática psicanalítica, o livre não significa ausência de determinação, mas sim que, à medida possível, aquele que fala não está sob o controle da consciência. É assim que abre-se caminho para a construção da coerência lógica em seu relato, tornando a determinação inconsciente acessível. Assim, a “associação livre não tem por objetivo substituir o determinado pelo indeterminado, mas substituir uma determinação por outra. O inconsciente possui, portanto, uma ordem, uma sintaxe; ele é estruturado, como dirá Lacan, estruturado como uma linguagem” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 171). Precisamente, é esta afirmação que esta pesquisa pretende investigar a partir da noção de significante.

Dado que o trabalho com o sonho é o da interpretação e, mais ainda, o da interpretação do inconsciente que, por sua vez, só é acessível por meio da palavra, é desde o início da teoria de Freud que se constatava o lugar que a linguagem viria a ocupar na teoria psicanalítica. Um sonho apresenta um signo e uma significação e esta, por sua vez, só pode ser estabelecida a partir da fala e das associações que o próprio sonhador faz dele. Deste modo, considerando a importância da repetição da psicanálise e o lugar da palavra, justificamos a pertinência de estudar o significante desde a linguística até a afirmação lacaniana da estruturação do inconsciente tal qual a de uma linguagem.

## 2 MÉTODO

A descoberta freudiana do inconsciente fez com que as tentativas de dominar e explicitar a experiência humana fossem redefinidas a partir de uma escuta e de um olhar singulares, por meio das quais faz-se inevitável que abordemos o campo de pesquisa em psicanálise como heterogêneo. Lo Bianco (2003) dirá que essa característica confere ao campo dos procedimentos de investigação em psicanálise constante efervescência que, por sua vez, é dita por Mezan (1990) em seu texto *Metapsicologia/Fantasia* como sendo fruto da pluralidade com a qual podemos entender a psicanálise, tanto na interpretação quanto na prática. Com isso, não seria possível concebê-la enquanto *uma*, mas sim como diversas e distintas leituras das quais emanam relações de interlocução que não poderiam fugir à lógica da descoberta freudiana do inconsciente e sua singularidade.

Em *Investigação em Psicanálise na Universidade* (2001), Gilberto Safra coloca que o método psicanalítico de pesquisa não se coloca em busca de um objetivo único e determinado, ou ainda, na intencionalidade de conclusão de um saber [sobre algo]. Apresenta esse modelo de pesquisa como mais próximo a um procedimento processual, no qual a não utilização da metodologia tradicional caracterizada a partir da dicotomia sujeito-objeto e do controle de variáveis, não desqualifica o rigor de um projeto. O que ocorre é que o rigor é alocado em outra perspectiva e assegurado “pela fidelidade aos princípios que norteiam a prática da investigação psicanalítica, (...), pela fidelidade a um paradigma, a um vértice epistemológico” (2001, p.173-4).

Se esbarramos em diversos autores que podem questionar a possibilidade de se fazer pesquisa em psicanálise na universidade, talvez precisemos partir desse mesmo lugar para justificar nossa escolha. Afinal, é possível que sejam produzidas pesquisas psicanalíticas no âmbito acadêmico? Garcia-Roza (1991) nos responde que, dado que a pesquisa que estamos questionando ocorre, não concerne a uma (im)possibilidade. O que pode ser argumentado é que se essa pesquisa é acadêmica, ela não é psicanalítica e, portanto, ela poderia ser *sobre*, mas não *em* psicanálise – o verdadeiro lugar de se fazer pesquisa *em* psicanálise é na prática clínica que se funda na transferência, cujo espaço operatório é consultório e não os campi universitários. Porém, a partir do momento em que a ciência fundada por Freud se constitui também como uma teoria e esta, por sua vez, informa a própria prática, “ela não é um mero enfeite complementar dessa prática, mas constitui essa prática enquanto prática. Sem a teoria, a psicanálise fica reduzida a um empirismo cego” (1991, p.17).

Naffah Neto (2006) e Figueiredo e Minerbo (2006) concatenam com a concepção inicialmente colocada por Garcia-Roza, defendendo que nas universidades há uma circulação do saber psicanalítico, mas não o lugar de sua produção. Nos espaços universitários, por serem eles instituições, haveria mais entraves, advindas da estruturação discursiva institucional, do que direcionamentos à discursividade do campo da psicanálise. Renato Mezan, por outro lado, em *Pesquisa em Psicanálise: algumas reflexões* (2006), defende a articulação entre a pesquisa em psicanálise nas universidades trazendo-a não somente como possível, como também fortificador do saber produzido nesse campo do saber.

Por que apresentamos, sucintamente, distintos modos de conceber a pesquisa em psicanálise? Justamente pelo fato de que podemos reconhecer que há a especificidade do que será trazida por cada autor, em suas publicações, como aquilo que condiciona sua produção. É somente a partir disso que serão elencados dispositivos e finalidades que lhes são típicos. Com isso, temos a pluralidade de metodologias em psicanálise como produto dos próprios conflitos entre diferentes grupos e seus posicionamentos, que também são intrínsecos ao movimento psicanalítico. Estar alocado em um paradigma é o que faz com que não haja uma única forma de compreender os conhecimentos produzidos nesse campo, fator que não implica que qualquer método serviria. Lo Bianco (2003) trouxe que não se pode desarticular a racionalidade própria que há na investigação psicanalítica e, portanto, as marcas que compõem seu objeto enquanto ciência – o sujeito do inconsciente.

Naffah Neto (2006) retoma Freud em seu posicionamento sobre o modo pelo qual execução, pesquisa e tratamento coincidem para dizer que “falar em pesquisa em psicanálise é quase um pleonasma, já que o termo *psicanálise* já implica, por si só, o termo *pesquisa* (p.279, grifos do autor). Se, sob este ponto de vista, fazer psicanálise e pesquisar podem ser entendidos em relação de redundância, por que é preciso justificar nossa escolha metodológica de pesquisa, ou seja, qual a especificidade da pesquisa em psicanálise?

Caselli (2014) propõe que seja retomada a definição de pesquisa enquanto uma investigação minuciosa e, por ocorrência do termo *investigação*, pressupõe-se que são deixados vestígios, de algum objeto, a serem seguidos à medida que o que se deixa são traços de sua presença/existência. É neste ponto que nos aproximamos do caráter pleonástico: essa noção de pesquisa na qual o aspecto investigativo ganha notoriedade remete a própria investigação inconsciente no fazer psicanalítico tal qual Freud propõe. O que um psicanalista faz em seu trabalho de escuta é estar

sempre “pesquisando e investigando: nos sonhos, nos lapsos, nos esquecimentos, na fala (2014, p.32).

Assim, se fazemos o uso da teoria psicanalítica lacaniana para a realização de nossa pesquisa, faz-se necessário marcar de onde parte o psicanalista francês em sua investigação no campo da psicanálise: o retorno à Freud. Garcia-Roza (1991) dirá que a releitura possui uma característica distintiva fundamental que é a de não temer o novo e, portanto, o que advém de uma releitura seria um novo discurso e não uma produção monótona sobre seu conteúdo original. A releitura “joga sobretudo com a textualidade do texto e não com a mesmidade” (p.16) dele, entendendo a textualidade como o termo que designa a potência do significante – e, portanto, do discurso - como um operador capaz de produzir múltiplos sentidos.

O retorno realizado por Lacan à teoria freudiana, trata de uma releitura dos textos do pai da psicanálise que foi tomada como uma tentativa de recobrar a experiência psicanalítica tal qual Freud no ensinou, em um momento no qual ela estava sendo distanciada dessa concepção. Nesse contexto, o que era colocado em xeque não correspondia a uma purificação do texto freudiano a fim de reproduzi-lo monotonamente, mas sobretudo de lê-lo como quem “escuta a fala do paciente”. Ou seja, não direcionar a Freud suas próprias perguntas, mas escutar o que ele dizia. Desse modo, a escuta daquilo que o austríaco nos dizia poderia ser tomada como o ato da leitura e que “no registro da análise de textos, no registro teórico [essa escuta/leitura], teria uma correspondência com a prática clínica, uma semelhança (GARCIA-ROZA, 1991, p.18).

Com isso, se temos que em sua prática clínica a psicanálise explora a potência significante a partir da escuta do inconsciente sob transferência, portanto explora o modo pelo qual o significante é capaz de produzir diversos sentidos. É justamente isso que Garcia-Roza nos aponta como a própria potência da clínica psicanalítica: “enquanto prática clínica, enquanto algo que se passa na horizontalidade do acontecimento, a teoria psicanalítica se coloca exatamente nesse lugar da textualidade e na exploração dessa textualidade” (1991, p.17).

Esse é o motivo pelo qual ocorre a pesquisa em psicanálise: pela relação constituinte entre sua prática e sua teoria, sem a qual ela nada seria além de empirismo não-científico. O que subsidia a nossa pesquisa *em* psicanálise é a que nela busca-se manter, a partir de nossa releitura, o rigor conceitual e a coesão interna dos conceitos e que estes sejam considerados como algo singular – datado e passível de transformação em uma criação continuada. Ademais, é também por esse

mesmo lugar da textualidade e da ligação entre a prática e clínica psicanalíticas que fora escolhido o escopo de trabalho com o significante *entre* ciências.

Iniciamos nosso percurso mostrando o modo pelo qual a palavra se faz presente desde o início da psicanálise fundada por Freud. Por meio do trabalho com as histéricas, do *Tratamento psíquico (ou anímico) (1890/1905)* – a hipnose -, e dos sonhos, constatou-se um funcionamento inconsciente ordenado e acessível através das palavras. É precisamente pela presença da linguagem desde a teoria freudiana que Lacan parte dessa ciência em sua releitura do pai da psicanálise. Se notávamos a importância da palavra para o psicanalista francês por ser deste ponto que introduz sua tese, compreendemos o que o fez levar a linguagem por um longo percurso na teoria psicanalítica. Portanto, ao fazer uso de outra ciência, como a linguística, para explicar a noção do significante que é central em sua obra, fez-se necessário retornar ao espaço teórico do qual Lacan se serve, ou seja, a linguística de Saussure a partir do *Curso de Linguística Geral (1916/2006)*.

A obra, organizada por discípulos do linguista suíço, ainda que tenha sido levado do pináculo à queda por aquilo que ele mesmo exclui, o sujeito falante, como nos traz Silveira em *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística (2003)*, é intransponível. Se a linguística possui um objeto de estudo, a saber, a língua, é pelo trabalho saussuriano que delimita a área como uma ciência. Ademais, ao traçar um percurso histórico da linguística em prol de sustentar sua cientificidade, Saussure aproxima-a de outras áreas do saber e marca o papel da linguagem na sociedade.

A partir da distinção entre a linguagem e a língua, chegou-se ao signo linguístico. Sua composição terminológica foi alterada de conceito e imagem acústica para significado e significante, respectivamente; e ele possui duas características fundamentais, sua arbitrariedade e a linearidade do significante. Esses aspectos permitem o estudo do efeito de significação, como sendo o modo pelo qual um indivíduo faz uso da língua, e do caráter duplo da linguagem a partir da língua e da fala. Portanto, é na alteração dos termos que compõe o signo linguístico que reside o intuito saussuriano de marcar a diferença radical entre cada signo linguístico.

A arbitrariedade do signo descoberta pelo efeito da significação nos mostrou o modo pelo qual a associação entre significante e significado no campo da língua que é utilizado pelo indivíduo quando fala não acontece de maneira natural ou por escolha desse e, por conseguinte, temo-lo como o marcador da diferença que um signo linguístico possui em relação a qualquer outro do sistema de linguagem a partir de sua subordinação à estrutura do próprio signo. Se a realização da língua,

como verificamos, só se pode ocorrer no ato da fala, não se pode excluir a particularidade daquele que enuncia. Foi por meio desta constatação que chegamos à passagem que Lacan faz do *indivíduo* ao *sujeito*. Neste ponto, obecemos a lógica retroativa de funcionamento do significante e inferimos previamente a subversão que o psicanalista francês fez do signo linguístico de Saussure a partir de uma breve passagem por *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957)*.

Compreendendo que a discussão sobre o aspecto arbitrário do signo nos leva a uma discussão sobre seu caráter identitário, sua qualidade diferencial e o valor do signo linguístico nos efeitos de significação, expusemos para nosso leitor questões que serviriam de sustentação para a discussão seguinte. Deste modo, abordamos questões como porquê do *sujeito*, o Real e a identidade do signo em Lacan a partir de textos de Michele Roman-Faria, *O Real, Simbólico e Imaginário no ensino de Jacques Lacan (2019)* e *Do significante da falta à falta de significante*, em *Subversão do sujeito (2015)*; Boni Júnior, *As estruturas clínicas na obra de Jacques Lacan: enodamentos do real, simbólico e imaginário (2018)*; e com excertos de textos do próprio Lacan, *Situação da Psicanálise e formação do analista em 1956 (1956/1998)*, *Meu ensino ([1967-1968], 2006)*, *Lição de 22 de novembro de 1961* de seu nono seminário *A identificação (1961)*, *Do não-senso, e da Estrutura de Deus* de seu seminário *As psicoses ([1961-1962], 2002)*.

Explorando a emergência do sujeito e sua topologia, expusemo-lo como representado por um significante a outro significante, garantindo a primazia deste sobre o significado, e como aquele que surge da não-resposta do campo da linguagem. Trouxemos também como nem tudo é linguagem no inconsciente e como é a partir desta afirmação que é possível estudar o sistema real, simbólico e imaginário que, por sua vez, se fez presente neste trabalho justamente porque falávamos da identidade do signo. Assim, compreendendo que o processo de encadeamento significante implica o processo de identidade e, portanto, fala-se de imagem, entendemos que há uma implicação de *valor* de imagem na articulação dos significantes. Foi assim que chegamos ao debate sobre o conceito de *valor* na teoria saussuriana, debate que também se ancorou nos textos de Boni Júnior (2018), no *Curso de Linguística Geral (1916/2006)*.

O debate sobre esse conceito partiu do próprio efeito de significação, pois, se a relação entre os signos linguísticos se faz por meio da arbitrariedade do significante, era inevitável que compreendêssemos a diferença entre *valor* e *significação*. Ao valor, cabe a relação de dependência que é encontrada entre os signos. Construimos nosso debate a partir do entendimento de que é a arbitrariedade que garante uma liberdade à língua, enquanto uma instituição pura, de modo que há

uma dimensão semiológica que garante a transmissão de leis e, portanto, que há uma relação entre a continuidade do signo uma temporalidade.

Retomamos a partir de Normand, *Saussure (2009)*, a noção da língua para Saussure como sendo a linguagem menos a fala, por isso a necessidade de seu estudo em caráter sincrônico; e seu papel, o de mediadora entre o pensamento e o som. Nesta discussão, reforça-se o que falamos repetidas vezes ao longo do trabalho, o caráter arbitrário que incide no signo. Nesse ponto, a arbitrariedade diz respeito a escolha acústica para uma ideia e é esse o motivo pelo qual o debate sobre *valor* é relevante e, ademais, o por que um termo não pode ser reduzido ao signo que o representa e diferenciamos significação e valor. Assim, o *valor* como *conceito* se justifica por seu caráter diferencial de ser aquilo que os outros não são.

Em seguida, passamos a disposição material do valor linguístico, entendendo que a importância de uma palavra é encontrada nas diferenças fônicas que a distinguem de outras, compreendendo a correlatividade que existe entre as qualidades de diferença e arbitrariedade. Portanto, a discussão de valor possui associação direta com a *diferença* e que, ao falarmos de valor como conceito somos inevitavelmente convocados a falar sobre gramática e léxico. O que verificamos, em diante, é, enfim, a diferença entre a *significação* e o *valor*, que se dá através das relações vetoriais de substituição entre os signos quando estes se encadeiam em série. Com isso somos levados a linguística em sua dimensão diacrônica, na qual encontramos o eixo das simultaneidades e o das sucessividades.

Esses eixos foram importantes para que Lacan chegasse, a partir do trabalho de Roman Jakobson, a seu arcabouço metonímico e metafórico. Essa parte de nosso trabalho baseou-se, principalmente, nos trabalhos de Boni Júnior (2018), Jakobson, *Linguística e Comunicação (1976/1998)*; Nádia Ferreira, *Jacques Lacan: apropriação e subversão da linguística (2002)*; e Eidelsztein, *Las estructuras clínicas a partir de Lacan: intervalo y holofrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad mental (2003)*.

Jakobson faz uso dos eixos saussurianos das sucessividades e simultaneidades de modo a tratar da similaridade, onde suprime a metáfora, e da contiguidade, onde suprime a metonímia, respectivamente. É precisamente nesse aspecto que Lacan se apoia em ambos os linguistas: faz uso da distinção e sistematização saussuriana com as inserções jakobsonianas para tratar do tempo cronológico e lógico que estão em jogo nos processos de significação e causalidade psíquica.

Se Saussure dizia de uma primazia do significado, Lacan subverte essa concepção, conferindo supremacia ao significante, fato que se faz pois ao recorrer ao estruturalismo de Jakobson e à linguística saussuriana, compreende que não há relação entre o significante e o significado, fato que o próprio genebrino parece ter descoberto no decorrer de seus estudos. O significante, portanto, é tomado como uma função – função esta que já estava presente desde Freud a partir da fala -, que não depende do significado e está para-além de uma significação. Se o significante é uma função e possui uma estrutura, é sob esta que a psicanálise atua, ou seja, afirmar a estruturação do inconsciente tal qual a de uma linguagem implica que a operação de ordenação do significante ocorre por meio da linguagem como condição inconsciente e *do* inconsciente, como possibilidade do homem se significar a depender das operações que sustentam a cadeia significante.

Chega-se, então, a compreensão de como o significante constitui a realidade e o sujeito é seu efeito. A partir da perspectiva de Jakobson a língua se faz como um sistema não-todo, permitindo que sejam todas metonímia e metáfora a partir de uma equivalência. Mais ainda, que seriam essas as responsáveis pela sustentação da relação entre os significantes de modo a permitir a significação. E aqui encontra-se a causalidade da primazia do significante sobre o significado: é pelo fato de que essa relação pode se dar por viés temático na metáfora ou pela adjacência na metonímia, que falamos da repetição enquanto efeito da busca pela produção de sentido – aquilo que faz com que um os signos linguísticos reivindiquem-se.

Assim, se o signo adquire seu *valor* a partir da diferença, notamos que há uma dialética de presença e ausência, já que ele é definido pela negatividade de ser aquilo que o outro não é. Ademais, se o sujeito é efeito de uma não-resposta da linguagem e do encadeamento do significante, sua origem deve ser buscada naquilo que não é passível de representação e que age como motor da cadeia significante, e não nela própria. Ainda, a dialética circunscrita, entre presença e ausência, na estrutura do signo nos afirma qual é o lugar ausente do próprio signo, ou seja, à compreensão da supremacia do significante na constituição do sujeito. É nesse hiato do signo linguístico que Lacan encontra a possibilidade de ordenar sistematicamente e formalizar sua postulação de que a estrutura inconsciente é tal qual a da linguagem.

Adiante, buscamos retomar o ponto de partida da própria teoria lacaniana, de um retorno à Freud, compreendendo, a partir de sua leitura, sob o que se sustenta a prática psicanalítica e o modo pelo qual a linguagem possui tamanha notoriedade nessa ciência. Para isso, discutimos alguns conceitos da clínica – que não pode ser dissociada da prática a partir de nossa metodologia de

pesquisa – e como se organizam, debatemos o projeto lacaniano de retorno ao pai da psicanálise a partir (a) do que a psicanálise não é, (b) do papel da fala e, portanto (c) da dimensão da linguagem na práxis psicanalítica. Ancoramo-nos nos seguintes textos ou excertos deles: *A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise (1956/1998)* e *Intervenção sobre a transferência (1951/1998)*, de Jacques Lacan; *As 4+1 condições da análise (2002)* e *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma (2000)*, de Quinet; *Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como uma linguagem (1989)* de Joel Dör.

Por fim, discutimos a concepção do significante para Lacan, suas características, a determinação simbólica e o sujeito, a questão do valor, e o modo pelo qual o autor construiu, em seu seminário *O seminário sobre “A carta roubada” (1956/1998)*, o inconsciente estruturado como uma linguagem. Os textos que nos serviram de suporte foram *Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan (2005)*, de Suely Aires; *Da Ambiguidade ao Equívoco (2005)* de Maria Cristina Ferreira e *A carta roubada (1844/1981)* de Edgar Allan Poe.

## 2.1. Objetivos

### 2.1.1. Objetivos gerais

Nossa pesquisa busca compreender o inconsciente estruturado como uma linguagem a partir do significante no início da teoria lacaniana, desde sua origem na Linguística saussuriana.

### 2.1.2. Objetivos específicos

- Compreender o significante na linguística de Saussure;
- Analisar o conceito de *valor* trazido na linguística saussuriana;
- Expor a importância do conceito de valor na relação significante;
- Expor a subversão do signo linguístico feita por Lacan e sua afirmação do inconsciente estruturado tal qual uma linguagem;
- Analisar o significante em Lacan a partir do seminário “A carta roubada” (1955).

### 3 O SIGNIFICANTE EM SAUSSURE

No campo da linguística, à parte das discussões fomentadas por psicanalistas no estudo de Lacan, o debate se coloca sobre a própria escrita do *Curso de Linguística Geral (CLG)* (2006), publicado pela primeira vez em 1916, obra cuja autoria foi atribuída a Ferdinand de Saussure. Ao não ter sido uma produção própria do linguista, mas uma mistura entre seus escritos e as anotações de seus alunos, levanta o debate sobre o movimento do autor na fundação da linguística enquanto ciência. A edição, forma sob a qual podemos nos referir ao *Curso de Linguística Geral*, foi organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye, discípulos de Saussure. A consideração com relação a edição trata da série de ‘ecos esparsos’ (SILVEIRA, 2003, p.23) que o texto apresenta - a impossibilidade, por vezes, de entender os laços internos do pensamento de Saussure.

Contudo, é também sob esse apontamento – da forma indireta de se chegar ao pensamento de Saussure – que se reconhece uma forma autêntica de fundação de uma ciência. Silveira (2003) afirma que entre os pensadores da cultura ocidental do século XX, é um consenso a nomeação de Saussure como fundador do estruturalismo e da linguística e que, ao ter seu acesso feito por meio de uma edição “bastante discutível, é natural que se multipliquem as interpretações” (p.21) da obra.

Nos anos iniciais de lançamento, o efeito da publicação foi marcante o suficiente para que a edição não fosse posta em xeque. Ao trazer à tona questões sobre língua, fala e linguagem, aproxima a linguística de seu objeto e imprime enorme importância à língua como objeto de tal área. Contudo, na segunda metade do século passa a ser constituído um discurso sobre o CLG que o aloca como mais uma teoria linguística entre tantas outras, sob o estatuto de uma letra morta. Este trabalho tem como principais responsáveis, como trazido por Silveira, De Mauro (1986), Engler (1968), Godel (1969), Culler (1976) e Calvet (1975) (p.21).

Ademais, Silveira (2003) afirma a necessidade de darmos um estatuto ao CLG, nos debruçarmos mais sobre a obra, sobre a edição que o constitui e não ir de encontro a um funcionamento dicotômico entre apogeu vs. declínio. Dada a continuidade deste trabalho, faz-se imprescindível marcar que é nas décadas de 1950, 1960, essencialmente, que a obra tenha tido seu apogeu, o reconhecimento na linguística, e influenciado outras áreas, como a antropologia e a psicanálise. Mais ainda, é também seu pináculo que abre caminho ao declínio, a partir da década de 1970, quando “a crítica ao Estruturalismo – e, conseqüentemente, ao seu fundador Saussure, conhecido através do CLG – incidiu sobre as chamadas exclusões saussureanas. A saber: a exclusão

do referente, da história e do sujeito falante.” (p.22), é esta última exclusão que servirá ao estudo conduzido por Jacques Lacan<sup>1</sup>.

Saussure “não é *ultrapassável* porque ele não é um a mais na lingüística: ele é aquele que possibilitou haver lingüística tal qual ela é” (SILVEIRA, 2003, p. 32). Com isso, ao tecer considerações, admitir uma postura de entender as falhas presentes no texto como enigma e não enquanto dificuldade, para assim deslocar-se da comparação dos manuscritos de Saussure e das anotações de seus alunos, e tornar ao próprio CLG. Não se voltar em “reestabelecer o *verdadeiro* Saussure, mas de ser uma possibilidade de lê-lo, sempre dependente da posição do sujeito que o lê, e a partir dessa leitura dialogar com a leitura feita pelos editores” (SILVEIRA, 2003, p.35).

É nesse contexto que se encontra os leitores cuja reação aos ‘ecos esparsos’ produzem tentativas de simbolização frente aos escapismos dos laços internos da escrita do autor. O que se entende, portanto, é que sua leitura convoca uma posição não apenas os linguistas, mas de seu leitor: ater-se ao próprio furo que é apontado na construção do CLG, que “coloca uma hiância entre a edição e Saussure. A questão é como tratar dessa hiância” (SILVEIRA, 2003, p.35). Uma possibilidade é trazida por Silveira ao retomar Normand, que ao dar início, bem como ao longo da leitura do CLG, o faz em uma combinação de inquietude, convicção e desejo (2003, p.37). Tal posicionamento, diz Silveira, também é encontrado em outros autores, como Milner e de Lemos, e denuncia um nublado próprio à lingüística: um engessamento de sua fundação que impede o entendimento de questões que lhe são próprias.

Desse modo, ainda que seja uma publicação póstuma, organizada por discípulos, e alvo de críticas que colocam em questão sua credibilidade, a edição (CLG) representa uma ruptura com o modo de estudo que se apresentava até então na lingüística (MOREIRA, 2013, p.3). Ademais, “se o CLG cumpriu a sua função na fundação da lingüística geral é porque, embora tenha havido a edição, essa não apagou os efeitos do trabalho de Saussure ao constituir um saber novo sobre a língua” (SILVEIRA, 2007, p. 28).

Na obra, Ferdinand de Saussure retoma o caminho histórico da lingüística para situar os obstáculos encontrados à sua nomeação enquanto ciência e, portanto, detentora de um objeto de estudo, em três períodos sucessivos. Inicialmente organizava-se a partir da “Gramática” que fora inaugurada pelos gregos e continuada pelos franceses. Era uma disciplina normativa, baseada na

---

<sup>1</sup> Vide pág.33.

lógica e “desprovida de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua” (p.7). Em seguida aparece a “Filologia”, cujo método é a crítica, não possui a língua como único objeto e apega-se demasiadamente à língua escrita, de modo que a fala é colocada em escanteio. Por fim, o terceiro período corresponde à “Gramática comparada”, quando se descobriu que era possível estabelecer uma comparação entre línguas, podendo fazer uso de uma para esclarecer outra. Porém, esta via comparativa conduz a erros por não serem fidedignas à realidade ou “às verdadeiras condições de toda linguagem” (p.10). Vale citar que é nesta terceira escola que o autor se forma.

Apenas por volta de 1870 que, a partir do questionamento sobre as condições de vida das línguas, notou-se a união das correspondências entre elas enquanto um fenômeno linguístico e o método comparativo enquanto um meio de reconstrução dos fatos. Assim, foi com o estudo das línguas românicas e germânicas que se conferiu à comparação um lugar de direito na linguística e aproximaram esta de seu verdadeiro objeto de estudo (SAUSSURE, 2006, p.11). Nos três períodos anteriores não observou-se nenhuma tentativa de delimitação que permitisse a organização de um método científico entorno dos elementos da língua, de modo que a única caracterização de vida das línguas seria dada por seus sujeitos falantes.

O campo da linguística, então, compreende todas as manifestações da linguagem humana, ou seja, todas as formas de expressão independentes de serem tomadas com caráter rudimentar ou sofisticado. Neste contexto, aproxima-se de outras áreas do saber como a sociologia, antropologia, história, psicologia, etc., e permite o entendimento do papel indispensável da linguagem nas sociedades e para os indivíduos que a compõe (FUQUEN, 2017 p.183).

De acordo com Saussure (2006), há algumas dificuldades em delimitar o objeto concreto e tempo integral da linguística que podem ser solucionadas ao alocá-la “no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (p.16). Frente a dualidade do fenômeno linguístico, na qual há a correspondência de duas faces e que estas não se valem uma pela outra, parece caber somente à língua uma definição autônoma e que ofereça suporte necessário ao estudo.

Com isso, verifica-se que língua e linguagem não podem ser tomadas como sinônimos. A língua, “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Diz de um conjunto adquirido e convencional, acordados e utilizados socialmente. É a parte da linguagem que é externa ao indivíduo e este sozinho não pode

cria-la ou modificá-la. Corresponde a um sistema de signos compartilhado que permite a compreensão e a comunicação de uma comunidade. Assim, esse sistema é determinado por um tecido social, ao que o autor dirá (SAUSSURE, 2006, p.18):

Tudo isso nos leva a crer que, acima desses diversos órgãos [o aparato fisiológico da fala], existe uma faculdade mais geral, a que comanda os signos e que seria a faculdade linguística por excelência.

A linguagem, por sua vez, diz de um conjunto multiforme e heteróclito, pertence, simultaneamente, aos domínios físico, fisiológicos e psíquico - este último que interessará a Saussure. Ele recorre ao circuito da fala para elucidar tal caracterização e para indicar o modo de atuação do signo linguístico:

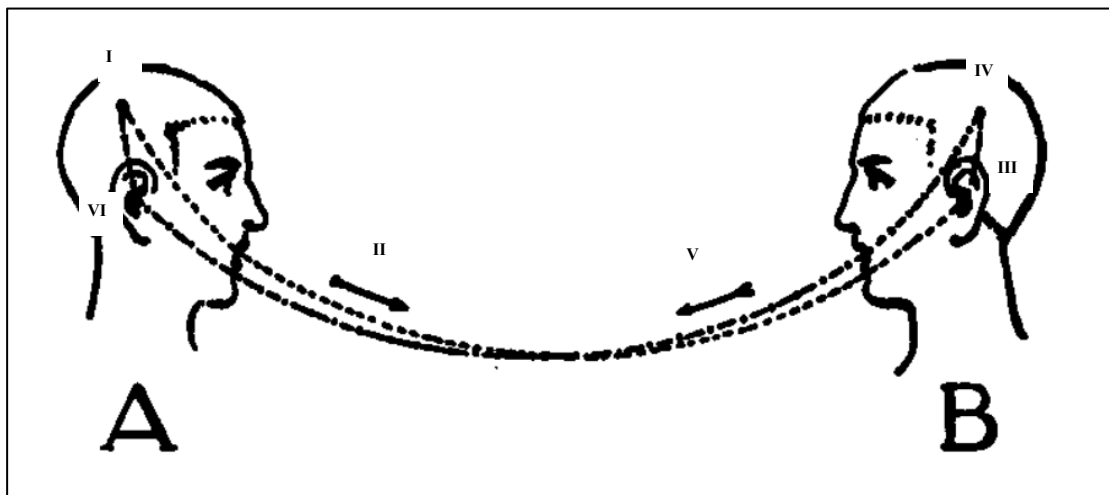


Figura 1 - Circuito da fala de Saussure, (SAUSSURE, 1916/2006, p.19)

- I. Ponto de partida: no cérebro de A localizam-se os fatos da consciência (conceitos) associados às representações dos signos linguísticos ou das imagens acústicas que os exprimem. Este fenômeno é tido como puramente *psíquico*;
- II. Segue-se num processo puramente *fisiológico*, no qual o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem;
- III. Depois as ondas sonoras propagam-se da boca de A até o ouvido de B, por meio de um processo puramente *físico*;

IV. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica e ocorre, no cérebro, a associação psíquica;

V. Se B fala, o ato recomeça pelo mesmo curso do primeiro – de seu cérebro ao de A;

VI. A fala estará sujeita às mesmas fases sucessivas: A escuta e o circuito se reinicia quantas vezes ocorrer uma interlocução.

Assim, a caracterização feita anteriormente sobre a linguagem é evidenciada, tal qual seus aspectos. Destes, o que interessa ao autor é o psíquico, no qual:

(...) encontra-se a relação ou a associação entre o conceito e a imagem acústica, onde pode ser localizada a língua, fazendo com que esta seja um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. É neste ponto que conceito e imagem acústica se associam (FUQUEN, 2017, p. 185, tradução nossa).<sup>2</sup>

Neste esquema observa-se que a relação entre A e B se organiza a partir dos componentes do signo linguístico. A unidade dupla da linguística constitui-se da união de dois termos, ambos psíquicos, como visto no circuito da fala, mantidos por um vínculo associativo. Saussure define o signo linguístico, portanto, como formado por um conceito e uma imagem acústica que não diz de algo material, puramente físico, mas da “impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato” (2006, p. 80).

O autor segue indicando a aceção psíquica da imagem acústica, que é encontrada na própria linguagem, por exemplo, na capacidade humana de falar mentalmente consigo mesmo. Por esse motivo evita-se tratar de “fonemas” ao tratar as palavras, dado que as palavras são, para nós, imagens acústicas e não remetem a uma ideia de ação vocal sedimentada unicamente na palavra falada.

Portanto, o signo linguístico é uma entidade psíquica de duas facetas e pode ser ilustrado da seguinte maneira:

---

<sup>2</sup> No original: “se encuentra la relación o asociación entre *el concepto y la imagen acústica*, allí se puede localizar la lengua, lo que hace que la lengua sea un objeto bien definido en el conjunto heteróclito de los hechos de lenguaje, en ese punto en el que se asocia *el concepto y la imagen acústica*”.



Figura 2 - Signo linguístico (SAUSSURE, 1916/2006, p.80)

A figura demonstra a associação, através do círculo e da linha nesse presente, que une conceito e imagem acústica em uma relação de reciprocidade. O caráter intrínseco de relação entre os termos é dado pelas setas presentes lado a lado no círculo.

Em seguida, Saussure discorre que essa definição de signo linguístico suscita uma importante questão terminológica. A combinação ilustrada na figura acima, entre conceito e imagem acústica, recebe o nome de *signo*, porém, com frequência é entendido apenas enquanto imagem.



Figura 3 - Explicação do signo linguístico de Saussure (SAUSSURE, 1916/2006, P. 81)

Tomemos como exemplo a palavra *arbor*, em latim, que designa a palavra “árvore” em nossa língua. Se a conferimos o caráter de signo é apenas por exprimir o conceito “árvore”, “de tal maneira que a ideia da parte sensorial implica a do total” (SAUSSURE, 2006, p. 81). Apresenta-se uma ambiguidade que poderia ser resolvida a partir da utilização de nomes, aos três termos, que os conferissem, simultaneamente, convergência e divergência. Assim, o autor propôs a conservação de *signo*, dado que não se encontra na língua nenhuma substituição possível; e *conceito* e *imagem acústica* substituídos por significado e significante, respectivamente, por marcarem a oposição que os separa do todo do qual fazem parte e entre si.

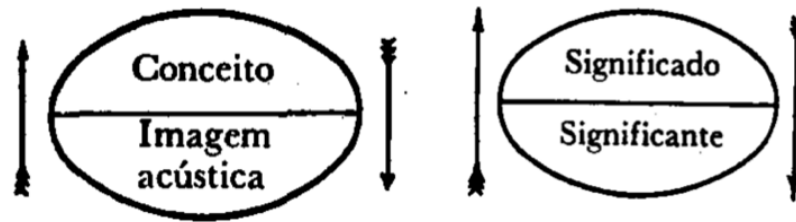


Figura 4 - Da representação do signo linguístico à significação (Fonte: Compilação do autor<sup>3</sup>)

No signo linguístico, portanto, são verificados dois princípios fundamentais: arbitrariedade do signo e o caráter linear do significante. A primeira das características citadas diz respeito à ligação estabelecida entre o significante e o significado: é arbitrária a partir de nossa compreensão de que a totalidade do signo é entendida a partir da associação entre os elementos que o formam (SAUSSURE, 2006, p. 81) e é um princípio não-contestado, dominando, assim, toda a linguística de uma língua. Qualquer palavra não está ligada à sequência de sons que lhe serve de significante, à sequência de sons da grafia desta palavra, pois poderia ser representada por qualquer outra. A exemplificação de tal afirmação é dada a partir da existência das diferenças entre as línguas e a própria variedade desta, “o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro” (SAUSSURE, 2006, p.82)

Como forma de designar o signo, ou mais especificamente o significante, fez-se uso da palavra *símbolo*. Neste ponto, exatamente pelo princípio da arbitrariedade, Saussure diz que há um importuno: o símbolo nunca é arbitrário, vazio. Sempre possui um vínculo primordial entre o significado e o significante, de modo que símbolos determinados, por exemplo da justiça e da balança, jamais poderiam ser substituídos por outros objetos quaisquer. Ainda, faz uma ressalva com relação à própria palavra *arbitrário*: não se pode partir da noção de que àquele que fala é oferecida a possibilidade de escolha do significado, mas que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado” (SAUSSURE, 2006, p. 83) e, efetivamente, não possuem [significante e significado] nenhum laço natural.

Quanto ao segundo princípio fundamental, a linearidade do significante, é decorrente da natureza auditiva do significante. Apresenta-se unicamente no tempo e toma suas características de (a) representar uma extensão que (b) é mensurável. Ademais, essa manifestação se dá em uma

<sup>3</sup> Montagem a partir das imagens retiradas das p.80 e p.133, respectivamente, do *Curso da Linguística Geral* (1916/2006), de Ferninand de Saussure.

só dimensão, a linha. Saussure diz que esse princípio é indispensável, tem consequências incalculáveis e todo o mecanismo da língua depende dele (2006, p.84).

As relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores; a oposição entre essas duas ordens faz compreender melhor a natureza de cada uma. Correspondem a duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua. De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. (...) Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas (SAUSSURE, 1916/2006, p.142-3).

Retomando, para abarcar a dualidade da linguagem, Saussure recorre às definições de “fala” e “língua”, de modo que ainda que independente do indivíduo e essencialmente social (2006, p.27), a língua nunca está completa em nenhum falante e registra-se passivamente, pois aquele que a registra não se dá conta de como o fez ou como a própria língua se estrutura. A fala, por sua vez, seria a língua concretizada pelo falante, aquela que explora o estatuto concreto da língua a partir daquele que a fala. Frise-se que o uso do termo *indivíduo* decorre da importância que Saussure confere à “língua”, ao tomá-la como seu objeto de sistematização linguística (BONI JÚNIOR, 2018, p.88).

O efeito da significação<sup>4</sup> pode ser tido como aquele sob o qual o indivíduo utiliza a língua, sob a subordinação da estruturação ao signo linguístico. Este, por sua vez, estabelece uma associação arbitrária entre seus componentes. Com isso, “a arbitrariedade ganha força ao desvincular o pensamento intuitivo das atribuições entre significante e significado, argumentando que a associação não acontece pela via natural (...) tampouco pela livre escolha do indivíduo que utiliza a língua, no ato de fala” (ibid.). Como resultado, tem-se que a organização do sistema linguístico baseia-se em uma regulação própria e não obedece à *nomenclatura*, de modo a apresentar a compressão da própria imagem acústica, pela articulação entre os sons de uma palavra e o ato fonatório (ibid., p.89). Contudo, Saussure assume a língua necessariamente como algo externo, onde se depositam coisas recebidas de fora (2006, p. 80).

---

<sup>4</sup> Ilustrada anteriormente na Figura 4 pela representação do signo linguístico à significação, isto é, da associação de conceito e imagem linguística à significado e significante.

Pela externalidade da língua, por ela ser da ordem de um depósito dos signos linguísticos, temos como imperativo a diferenciação entre a imagem acústica enquanto um ato psíquico<sup>5</sup> e o ato fisiológico que compõe a fonação, ainda que sejam inseparáveis e necessários para a existência da língua – essa diferenciação permite à linguagem expressar seu caráter duplo, entre a *língua* e a *fala*. Ao tomar a imagem acústica como a representação crua da palavra, à parte da fala, “o aspecto motor pode ficar subentendido ou, em todo caso, não ocupar mais que um lugar subordinado em relação a imagem acústica” (SAUSSURE, 1916/2006, p.80). Entende-se, portanto, que uma realização da língua só seria possível do ato da fala a partir de uma relação entre imagem acústica e imagem motora do ato fonatório. Nesse contexto, ao tentar localizar o *falante*, esbarramos em um dos problemas que abriu passagem à Lacan, do *indivíduo* ao *sujeito*.

A partir disso observa-se o entono conferido à imagem acústica em relação a imagem motora do som da palavra que nos permite supor o motivo da renomeação de *conceito* e *imagem acústica* à *significado* e *significante*, respectivamente. A justificativa reside no significante que, alocado na operação dos atos fonéticos, produz um significado “pois, ainda que seja a imagem acústica que apareça no ato de fala e permita o conceito deslizar, é desde o próprio intuito em transmitir um conceito que o significante se serve” (BONI JÚNIOR, 2018, p.89). Boni Júnior (2018), marca ainda, que por este viés é possível aferir a subversão concedida por Lacan ao signo linguístico, aspecto que será abordado mais para frente do trabalho.

Ainda em Saussure, a mudança entre os termos que compõe o signo linguístico:

(...) incide na tentativa de marcar o estatuto radical da diferença em cada signo linguístico. A materialidade sonora permite a diferença, em seu aspecto fundamental, de não ser o que outro signo seja, a fim de que o sentido, ao utilizar determinado signo, permita, na linearidade da cadeia, a assunção da construção da significação de sua diferença quando em relação ao um outro signo linguístico, que demanda outro e outro etc. (BONI JÚNIOR, 2018, p.90).

Com isso, Saussure afirma a singularidade de cada signo linguístico através de sua materialidade, por meio da natureza auditiva. É sob este aspecto que se configura um enredamento de signos que se convocam, um ao outro, em caráter linear<sup>6</sup>. A partir dessa colocação, são permitidas a significação e o sentido – conceitos sob os quais *Jakobson* e *Hjelmslev*<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Ver pág.17

<sup>6</sup> Para a característica de linearidade do significante vide pág. 8.

<sup>7</sup> Ambos foram linguistas, russo e dinamarquês, respectivamente. Jakobson é tido com uma importante figura da área no século XX e pioneiro da análise estrutural da linguagem. Hjelmslev toma a linguagem como a forma básica com a

desenvolveram seus estudos e que influenciaram Lacan a recorrer ao arcabouço metonímico e metafórico, a relação ao *referente* e *significado*.

---

qual o ser humano concebe o mundo, tendo-a como ferramenta (de comunicação), lugar (reflete o sujeito no meio em que ele vive) e espelho (sujeito se revela a partir da linguagem que faz uso).

## 4 DE SAUSSURE E LACAN: O CONCEITO DE VALOR, O SIGNIFICANTE E O INCONSCIENTE ESTRURUADO COMO LINGUAGEM

Este capítulo nos serve de ponte entre o anterior e o seguinte. Serve-nos como recurso de localização para alguns dos conceitos que falaremos adiante, bem como para o modo como o próprio objeto de estudo que escolhemos – o significante em Lacan – é trabalhado ao longo da obra do psicanalista francês.

### 4.1. De onde viemos e para onde vamos

Finalizamos nossa exposição anterior tratando da mudança dos termos que compõe o signo linguístico, de conceito e imagem acústica à significado e significante. Aqui iremos um pouco mais adiante nela, desenvolvendo concomitantemente, a partir desse ponto de mudanças dos termos, a fala que elencamos ao dizer da localização do *falante* na perspectiva da dualidade da língua abre caminho a alteração, em Lacan, do termo sociológico *indivíduo* para a particularidade do conceito de *sujeito*.

Relembremos o efeito de significação<sup>8</sup>, exposto de maneira breve, anteriormente, como marcador do caráter de diferença que o signo linguístico possui em relação a qualquer outro signo do sistema de linguagem, a partir de sua subordinação à estrutura do próprio signo. Isso nos levou a verificar o fortalecimento do caráter de arbitrariedade do significante que coloca Saussure: dado que a associação entre significante e significado no campo da língua que é utilizado pelo indivíduo quando fala não acontece de maneira natural ou por escolha desse, o linguista tenta desvincular o pensamento intuitivo das atribuições entre significante e significado. Ainda, retomando a compressão que o conceito de imagem acústica parecia fazer do signo linguístico pois relegaria sua convenção a um molde de *nomenclatura* e não à própria regulação do sistema da língua, compreendemos o porquê Saussure entende a língua, essencialmente, como um depósito, pois além da representação de sons de uma palavra, há uma junção deste com a imagem muscular do ato fonatório (SAUSSURE, 2006, p.80).

---

<sup>8</sup> Vide pág. 32

A imagem acústica, nos dirá Saussure (2006), é, “por excelência, a representação natural da palavra quando fato de língua virtual, fora de toda realização da fala” (p. 80) e é neste contexto que, como dissemos no capítulo anterior, o aspecto motor da língua pode ficar subentendido. Por conseguinte, a realização da língua no ato da fala só pode ocorrer caso esses movimentos – imagem acústica e imagem motora do ato fonatório – estejam em articulação. Contudo, é neste ponto que chegamos à passagem feita por Lacan do *indivíduo* ao *sujeito*, já que esse lugar de completude da língua exclui a particularidade daquele que enuncia, ou seja, o *falante*.

A justificativa que acatamos é a partir da função significante na transmissão, ou seja, que ainda que a imagem acústica se presentifique no ato da fala e permita o deslizamento do conceito, o significante serve desde a própria intenção de transmitir um conceito. É por este viés que somos capazes de inferir previamente a escolha de Lacan em subverter o signo de Saussure em seu texto “*A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*” (1957a/1998), que aqui será exposto superficialmente. Portanto, a mudança é feita, sobretudo, para marcar o estatuto radical da diferença em cada signo linguístico, fato que o linguista sustenta por meio da materialidade sonora.

Após esta retomada chegamos, enfim, ao ponto que gostaríamos de partir neste capítulo, decorrente da fala final do que o precedeu. De que é sob o aspecto da materialidade sonora como marca do estatuto radical do signo, que se configura um enredamento de signos que se convocam, um ao outro, em caráter linear. Com isso, são permitidas a significação e o sentido, inauguradas por Saussure, que influenciaram Lacan a recorrer ao arcabouço metonímico e metafórico, a relação ao *referente* e *significado*.

No texto supracitado de 1957a de Lacan, o autor nos apresentará a separação que faz entre o significante (S) e o significado (s), já na subversão do signo de Saussure, ao colocar uma barra entre eles (S/s). O faz pois é a colocação de uma barreira entre os componentes do signo linguístico que marca a etapa moderna da linguística, indicando esses termos como distintos e resistentes à significação, e, principalmente, pois é esta barragem que torna possível o estudo do que é a identidade do signo – questionamento que fazemos a partir de sua definição pela diferença em relação a outro significante.

O aspecto identitário, então, localizar-se-ia em uma dimensão material e outra relacional. A primeira “está conferida na sequência de signos utilizada para compor uma nomeação; trocando um signo, troca-se essa identidade” (BONI JÚNIOR, 2018, p. 90). A segunda, por sua vez, é ilustrada por Saussure no CLG (2006) a partir do exemplo sobre dois trens expressos “Genebra,

Paris, 8hs 45 da noite” que partem com um intervalo de um dia, “aos nossos olhos, é o mesmo expresso e, no entanto, provavelmente, locomotiva, vagões, pessoal, tudo é diferente” (p.126). Nele, o linguista circunscreve a diferença no horário de partida, itinerário e em outras eventualidades que distingue um de outros expressos. Contudo, entendemo-lo como o mesmo trem a partir do momento que ocupa um mesmo lugar no sistema, ou seja, é sempre o expresso Genebra-Paris às 8h45, não podendo ser, por exemplo, o Paris-Genebra em outro ou mesmo horário.

A identidade está em relação a posição e similaridade material da palavra, ainda que isso não seja a base exclusiva da identidade linguística, pois trata-se da função relacional dos signos dispostos tendo em vista seu aspecto de diferença radical, pressuposto por Saussure ao elencar tal unidade mínima disposta na língua. (BONI JÚNIOR, 2018, p.91)

O que estamos constatando, então, é que a identidade do signo é alocada na posição que ele ocupa em relação a outros signos linguísticos quando dispostos em um conjunto, em uma certa sequência. Mais ainda, que não podemos tratar do signo sem tomar diferença e identidade como características basilares deste.

É dessa maneira que chegamos à necessidade de discutir o conceito de valor para o pai da linguística moderna, exposição que faremos utilizando noções da teoria lacaniana que servirão de suporte para nosso entendimento da questão do valor em Saussure e sua relação com o significante em Lacan, mas que, entretanto, não trabalharemos aqui. Partindo do questionamento sobre o lugar da identidade, faremos um percurso que parte da questão identitária do signo para Lacan, iniciando a discussão sobre o significante em sua obra para falar do termo *sujeito*, e culminará em uma explanação sobre o conceito de valor para o genebrino e da subversão que Lacan faz de seu signo. Discussão esta na qual nos estenderemos para depois voltar atrás, no capítulo seguinte.

#### **4.2. O porquê do *sujeito*, o Real e a identidade do signo em Lacan**

O psicanalista francês, posteriormente ao período que abordaremos neste escrito, proporrá modalidades de encadeamento entre os significantes em prol de atestar a função simbólica, que lhe é intrínseca, na operação de identificação. Essas modalidades correspondem ao sistema Real, Simbólico e Imaginário (RSI) e a relevância em citarmos-lo aqui se deve a própria importância que ele comporta para a compreensão da técnica e experiência freudianas, como colocado Michele Roman-Faria em seu trabalho “*O Real, Simbólico e Imaginário no ensino de Jacques Lacan*”. Esses registros não são dispostos hierarquicamente, servem à igual medida para fundação da

"investigação teórica e clínica na qual cada um dos três estará sempre referido e articulado aos outros dois (...)" (2019, p.9). Seguimos justificando nossa escolha em enunciar, breve e na mais reduzida forma possível, temas - que não desenvolveremos por não estarem dentro do nosso recorte teórico-temporal escolhido - caros e centrais da teoria psicanalítica, para mostrar-lhes a alteração, do termo sociológico *indivíduo* para a particularidade do conceito de *sujeito*. Trazer à tona o RSI, então, se ampara no debate entre sujeito e significante em Lacan, pois essa lógica estrutural confere definições e mecanismos específicos ao que será chamado de estruturas clínicas, que dizem, a partir das diferentes incidências da negação da castração no Complexo de Édipo, de uma forma com a qual um sujeito se relaciona com os significantes que o marcam.

Considerando que, para a psicanálise, a linguagem não é da ordem do sinal, do signo e da materialidade, Lacan coloca que é através do significante que o discurso acontece, deslizando dentro da cadeia dos significantes. Assim, encontramos o significado quando existe a possibilidade de denominação das coisas, portanto, quando é atribuído a algo, objeto ou coisa, um sentido que necessita ser compreendido pela palavra que a ele é dada (BEZERRA, 2016).

O significante é colocado por Lacan como aquele que se sustenta a partir de sua relação e por ser remetente a outro significante, diferentemente de palavras e vocábulos que designam a si próprios. Ele entra no significado "de uma forma que, embora não seja imaterial, coloca a questão de seu lugar na realidade" (LACAN, 1957a/1998, p.503). Se coloca como a unidade que simboliza uma ausência, a partir da conclusão de que só é possível falar sobre algo quando este algo muda de lugar. Como aparece na fórmula  $S1 \rightarrow S2$ , que indica que o valor do significante só lhe é conferido a partir da relação que este estabelece com outro significante, o estatuto da diferença que vínhamos discutindo. O autor ainda faz uso da metáfora "anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis" (1957a/1998, p. 505), entendendo que a produção de significantes se dá em decorrência de um emaranhado da cadeia simbólica e que o significante se mantém como condição de uma operação que se constitui em uma cadeia e é nessa cadeia que ele se faz presente a partir de uma ausência. A cadeia dos significantes torna a condição do significante possível e é nela que ele subsiste.

Essa leitura de significante vai de encontro ao discurso da linguística, representando um sujeito para outro significante. Ele desfila na cadeia pela ordem simbólica: o homem desde antes de nascer e para-além da morte está preso na cadeia simbólica e, por isso, antes de se bordar a história, o homem "deve habituar-se à ideia de que é em seu próprio ser, que ele é efetivamente

apanhado como um todo, só que à maneira de um peão, no jogo do significante” (LACAN, 1966/1998, p. 471).

O caminho tomado pelo autor para falar da linguagem é aquele que mantém a ambiguidade/ambivalência, presente desde Freud nos conflitos pulsionais, e não entende-se na maior parte das vezes o que é dito. Isso ocorre porque é este o campo de atuação do inconsciente.

Quando alguém diz que a palavra me foge, por exemplo, supõe em primeiro lugar que a palavra esteja ali (LACAN, 2002, p.138).

Nessa trama proferida pelo discurso falante, a rede dos significantes desempenha um papel tão grande quanto o significado, mas ele desempenha ali o papel fundamental (LACAN, 2002, p.140).

Importante lembrar que a disposição por meio da qual significado e significante se relacionam é a partir da fração S/s, que anunciamos ser trazida pelo psicanalista em seu texto de 1957a, na qual o primeiro termo diz respeito ao significante em posição de primazia, separado do significado, que está localizado no denominador. A barra existente entre eles é definida pelo recalque e é ela a responsável pelo entendimento sobre o que seja o significado e a operação significante.

Vemos, com isso, que o sistema de significantes abarca particularidades

que especificam as sílabas, os empregos das palavras, as locuções nas quais elas se agrupam, e isso condiciona, até na sua trama mais original, o que se passa no inconsciente. Se o inconsciente é tal como Freud nos descreveu, um trocadilho pode ser em si mesmo a cavilha que sustenta um sintoma, trocadilho que não existe numa língua vizinha. Isso não quer dizer que o sintoma está sempre fundado em um trocadilho, mas ele está sempre fundado na existência do significante como tal, numa relação complexa de totalidade a totalidade, ou mais exatamente de sistema inteiro a sistema inteiro, de universo do significante a universo do significante (LACAN, 2002, p.140).

Observa-se que a Psicanálise confere um novo estatuto as palavras e seus conteúdos latentes. Ao dizer que “as significações humanas se deslocam, e modificam o conteúdo dos significantes, que ganham empregos diferentes” (LACAN, 2002, p.140, tem-se que uma palavra não existe por si só, o que existe é o significante.

No que diz respeito ao aspecto de ambiguidade do signo linguístico, é por ser a partir dessa característica que é possível concebermos um determinismo psicanalítico, um sintoma. Este, a partir de seu mecanismo, revela que os materiais que se ligam a um conflito antigo são “conservados

no inconsciente enquanto significante em potencial, significante virtual, para ser tomado no significado do conflito atual e servir-lhe de linguagem, isto é, sintoma” (LACAN, 2002, p.140).

O significante possui um funcionamento próprio, do qual é difícil isolá-lo e independe do significado e da significação. É constituído através de um “despertar da duplicidade oculta do segundo pela ambiguidade manifesta do primeiro” (LACAN, 1966/1998, p. 542). Neste modo de compreendê-lo o que nos é oferecido é que a operação significante produz algo novo a partir de seu deciframento, de modo que esse novo produzido está relacionado àquilo cuja decodificação o produziu por meio do caráter repetitivo da cadeia dos significantes, que será exposto por nós no capítulo seguinte. (BEZERRA, 2016) É assim que reafirmaremos o que Lacan nos trouxe em seu retorno à Freud, da estruturação do inconsciente tal qual uma linguagem, ou seja, segundo as leis da cadeia dos significantes.

Faz-se essa contextualização sobre o significante, pois compreendê-lo em Lacan nos direciona para o lugar do sujeito e sua função na linguagem - função dupla, dado que um sujeito é sempre o do enunciado e o da enunciação:

Eu [Je] quer dizer aquele que está falando agora no momento em que digo eu. Mas o sujeito nem sempre é o sujeito do enunciado, pois nem todos os enunciados contêm eu. Mesmo quando não existe eu, mesmo quando vocês dizem “está chovendo”, há um sujeito da enunciação, há um sujeito mesmo que não seja perceptível na frase. Tudo isso permite representar muitas coisas. O sujeito que nos interessa – sujeito não na medida em que faz o discurso, mas em que é feito por ele, e inclusive feito como um rato – é o sujeito da enunciação. (...) é uma definição do que é designado como “elemento” na linguagem. Isso sempre foi designado como “elemento”, mesmo em grego. Os estoicos chamaram-no de ‘significante’. (LACAN, 2006, p. 45).

Assim, como coloca Michele Roman-Faria em *Do significante da falta à falta de significante*, em *Subversão do sujeito*, Lacan afirma, a partir do matema do grafo do desejo (S (A)) que se parte dele por ser, antes de tudo, um significante. O único modo possível de definição deste, portanto, é a de ser o que representa um sujeito a outro significante, conferindo-lhe seu caráter de significante primordial, dado que, em sua ausência, todos os demais não representariam nada. Com isso reolocamos o modo pelo qual a ausência aparece em nossa discussão.

É por esta qualidade que acabamos de anunciar, que o significante apresenta sua função distinta e do porquê falamos em primazia do significante sobre o significado na teoria lacaniana: sem ele, os outros significantes não representariam nada. Isso significa que ele funda a cadeia a partir da qual há o traço que um sujeito pode contar-se. A autora coloca que com isso Lacan dá o

passo necessário para o que desenvolverá nos anos seguintes de sua teoria, o registro do Real como aquele da causa, pois

Se o irrepresentável relativo à falta de um significante no Outro é o nada angustiante a que se reduziria o ser em sua condição de desamparo, ele é também o real funcionando como causa, produzindo o lugar vazio onde se instala a estrutura simbólica que permite ao neurótico encobrir essa verdade, tratando-a enquanto significante da falta no Outro - é o que dá sustentação ao desejo enquanto sua interpretação (FARIA, 2015, p.67)

Além disso, para discutir esse registro, o psicanalista francês abarca em sua teoria a topologia, que se coloca como um ramo da matemática de estudo dos espaços e suas propriedades, já que por meio dela é possível descrever o espaço a partir de um objeto invariante. Esse espaço, por sua vez, não possui tridimensionalidade, profundidade, e é através do uso desse ramo que o autor fez possível dizer do Real, impossível de suportar. A topologia que aqui se fala, então, é a do *sujeito*.

No Seminário 9, o recurso à topologia será de grande auxílio para mostrá-lo, especialmente na figura do toro, que permite articular, em um só objeto topológico, a resposta do Outro à demanda, e o lugar vazio que essa não resposta produz, lugar a partir do qual o desejo adquire sua função significante. Com a figura tipológica do toro, Lacan mostrará não apenas que demanda e desejo estão articulados à falta, mas que essa falta só ganha resposta do Outro. O desejo, como resposta à dimensão simbólica em que falta do Outro é tratada, pode então ser articulado ao real da não resposta do Outro, desamparo do sujeito diante de um limite do campo da linguagem,  $S(A)$ <sup>9</sup>. (FARIA, 2015, p.67)

É a partir dessas delimitações existentes no campo da linguagem que o autor surgirá com recursos outros para mostrar que o sujeito é efeito da não resposta do campo da linguagem, e que, a partir da falta de significante no Outro - que corresponde ao discurso do inconsciente e aquele

---

<sup>9</sup> "O *Toro* é uma superfície de revolução fechada e de estrutura em anel. Aproxima-se de uma boia ou um pneumático. Define-se ainda como uma superfície sem margem com um centro vazio. Obtém-se compondo-se um círculo com outro – o mais interior é denominado de *alma do toro*. O outro, pequeno, é um círculo meridiano. Tem a particularidade de apresentar um centro “exterior” e dois cortes nem o dividem, nem o fazem desaparecer. Também se pode fazer um toro a partir de um cilindro. O *toro* nos permite estabelecer tanta relação que une o desejo à demanda quanto a questão da identificação. Designando por (d) o desejo e (D) a demanda, na superfície do toro faz-se um trajeto que segue o círculo meridiano e se fecha numa volta. Fazendo-se esse trajeto ao redor de todo o toro, desviando-se seu ponto de chegada até terminar a volta completa, essas voltas devem se multiplicar sem se cruzar. Desse modo, se faz a volta na *alma do toro*. Feito isso, descreve-se uma volta suplementar ao redor do furo central – a volta a mais que fica esquecida. Essa é, de todas as voltas, a que não se pode contar, a que se faz em torno do furo central. Assim, se encontram ilustradas a *demanda*, e sua *repetição* fundamental, que é uma repetição que desconhece aquilo que exprime – um *desejo* desconhecido. O *desejo*, apesar de essencial, é sempre desconhecido”. (MONTEIRO, 2014, p. 135, nota de rodapé nossa).

que dá lugar ao simbólico - indica que nem tudo é linguagem no inconsciente, abrindo caminho para delimitar o lugar do real e sua articulação com os outros registros, o simbólico e imaginário. A origem do sujeito deve ser buscada no irrepresentável que faz funcionar a cadeia significante e não nela em si. Portanto, ao colocar a *falta de significante* no Outro, é possível situa-la como "o real que funciona como causa que funda o sujeito, dando lugar à ilusão da identidade que o registro imaginário oferece para dar consistências ao ser, como à estrutura simbólica enquanto aquela em torno da qual o desejo se sustenta enquanto um enigma cuja resposta poderia ser encontrada se ela existisse, do lado do *significante da falta no Outro*" (FARIA, 2015, p.68).

Retornando ao debate sobre a questão identitária do signo que deixamos em pausa para expor a nosso leitor o sistema RSI e aproveitamos este para falar sobre o porquê Lacan fala em *sujeito*. Lembramos-lhes que o que abriu caminho para tamanho aposto foi a fala de que, para tratar do aspecto de identidade, o francês diria que ela incide em modalidades do RSI de encadeamento entre os significantes em prol de atestar a função simbólica, que lhe é intrínseca, na operação de identificação. Julgamos válido indicar que no processo de identificação em Lacan fala-se, não só, mas também, de imagem.

Em uma passagem de seu nono seminário, *A identificação* (1961), o autor retoma o exemplo dos expressos de Saussure para comunicar-nos que a privilegia "por seu valor de imagem", pois nela é possível verificar uma identidade própria do significante:

O expresso das 10h15, diz ele, é algo perfeitamente definido em sua identidade, é o expresso das 10h15, apesar de que, manifestamente, os diferentes expressos das 10h15 que se sucedem sempre idênticos a cada dia, não terem absolutamente, nem em seu material, e até mesmo na composição de sua cadeia, senão elementos, e mesmo uma estrutura real diferente. É claro, o que há de verdade em uma tal afirmação supõe, precisamente, na constituição de um ser como aquele do expresso das 10h15, um fabuloso encadeamento de organização significante que deve entrar no real por intermédio de seres falados (...) [que] são as leis da identificação enquanto identificação de significantes (p.26).

Nesta colocação, então, de valer-se da noção de *valor* de Saussure somente por seu valor de imagem, entendemos que Lacan se apoia no linguista, mas, como nos informa Boni Júnior (2018), a importância da identificação é dada a partir do efeito do encadeamento dos significantes na constituição da significação, na constituição do sujeito. Ou seja, tendo em vista o lugar que enunciamos acima sobre a necessidade de buscar a origem do sujeito no irrepresentável que movimentará a cadeia significante e, portanto, de que a constituição do sujeito, no processo de identificação, é dirigida ao registro do Real, implica-se o *valor* de imagem na articulação dos

significantes. Direcionar a identidade, por meio do *valor*, a esse registro, altera bruscamente a formulação de Saussure.

Tal mudança advém do problema que verificamos ter sido encontrado pelo psicanalista e pelo qual justificamos nosso debate aqui sobre *sujeito e referente*, de não encontrar o lugar do falante no âmbito da realização da língua só ser possível no ato da fala. Ainda, nesta leitura lacaniana entende-se que a alteração supõe esse lugar *externo* da língua, para o falante, tal qual há, na teoria psicanalítica, um objeto - o inconsciente - que permanece fora do domínio da linguagem. O percurso é modificado por essa relação da identidade, apontada para o Real, advir de um sujeito que fala e dos efeitos significantes de uma estrutura de constituição. A dimensão do referente como o que marca a diferença entre Saussure e Lacan, que era direcionada ao *objeto* no primeiro e passou a ser ao sujeito no *segundo*, pelo Real em dimensão de objeto a - de objeto causa do desejo, de ordenação inconsciente – fazendo com que, no campo do *sujeito*, o referente tomado seja o do falante e da relação significante; fará do ato da fala o horizonte da análise em Lacan. (BONI JÚNIOR, 2018). É assim que podemos relacionar, concomitantemente, a fundamentação do sujeito como efeito do encadeamento significante, assim como a significação como o sujeito que representa um significante para outro significante.

Nesse aspecto de concatenação significante, do fraseamento do *inconsciente estruturado como linguagem* – que é o aspecto fundamental discutido ao longo deste trabalho, motivo pelo qual estamos escolhendo um caminho que se inicia na linguística –, e da linguagem em si, esbarramos na significação, que nos levará ao debate do *valor* propriamente como dito por Saussure. Ao tratarmos, neste momento, da significação justificamos, inclusive, exposições que foram feitas sobre a teoria que avançam o nosso debate, bem como o porquê traremos de termos teóricos da práxis clínica no capítulo seguinte. Justifica-se, ainda, a decisão de nomear este capítulo como um intermédio entre Lacan e Saussure, mesmo que, em mais uma repetição, nos utilizemos de escopo teórico que foge ao nosso recorte.

Valendo-nos de passagens fundamentais da teoria lacaniana que parecem estar localizadas já em Saussure, podemos falar sobre sentido e incompletude. Como nos indica Boni Júnior (2018) ao retomar Gadet & Pêcheux (2004), dada a linguagem como aquela que permite a produção da significação, fator que o faz por ser um sistema articulado, possibilita também que essa produção se estabeleça como um campo de infinitas possibilidades de significado através da língua. Porém, simultaneamente, se pensamos em significado, é preciso lembrar que sempre há o insimbolizável,

ou seja, do estatuto radical da diferença do signo linguístico: ao só poder ser definido a partir da sua relação com outro, a partir da diferença, acarreta um vazio de auto significação que nos volta para o furo daquilo que não pode ser significado.

(...) o campo da linguagem permite a produção de todos os sentidos, ao mesmo tempo que o sentido esteja remetido a dimensão de um vazio intrínseco ao próprio significante. Ou seja, a língua é um sistema completo de signos, mas incompleta na fala. (p. 92)

Com isso, podemos abordar sentido e incompletude como aspectos decorrentes da estrutura da linguagem a partir do conceito de significação. É por meio dessas mesmas qualidades que se mira – não apenas, mas fazendo uso do efeito que serve à nossa discussão – o campo do Outro, que falaremos mais para frente e que também situamos, já neste tópico<sup>10</sup>, ao citarmos a discussão sobre a falta do significante no Outro e o significante da falta no Outro feita por Roman-Faria em *Do significante da falta à falta de significante*.

Esse ato, no entanto, não pode ser realizado de maneira aleatória, nem segundo a vontade do sujeito, visto que o fornecedor de significantes é o Outro, ou seja, a própria estrutura da linguagem. No entanto, esta é também faltosa, fraturada e incompleta; em consequência, é preciso buscar o sentido naquilo que falha: na língua, ou seja, no equívoco, no duplo sentido, nos lugares onde o sujeito tropeça e falha, lugares esses que atestam a presença de um real que não pode ser dito nem recoberto em sua totalidade. Segue-se daí que o desejo nunca é satisfeito plenamente, e a pulsão nunca cessa de não se inscrever, o que leva o sujeito a perceber-se dividido, sem conseguir fazer UM, e isso o impulsiona a uma busca sem fim do “objeto” que poderá ilusoriamente obturar essa falta. Temos, assim, a inscrição de um sujeito que se move aparecendo entre significantes no discurso, um discurso marcado pela presença/ausência de um objeto que não existe senão por ilusão, por criação discursiva, que indicia a língua incompleta, funcionando a partir de uma fala desejanse, e, portanto, também marcada pela falta, assim como o sentido, a todo momento pronto a se desfazer. Ao reconhecer tais equívocos - aquilo que da língua faz furo no real - é que se reconhecerá a própria mola de funcionamento do inconsciente, e, em última instância, a dinâmica de produção dos sentidos. (TFOUNI, 2014, p.4-5).

A citação escolhida, além de sintetizar a discussão que acabamos de retomar, ainda dá o contorno necessário ao que explanamos sobre a constituição do sujeito pelo campo da linguagem como consequência do ato de inscrição no campo significativo, portanto, na estrutura da linguagem; e da continuação de nosso percurso no capítulo sobre o significante no início da obra laciana. Chega-se, enfim, a discussão do *valor* em Saussure, pois, para que apreendamos a máxima de

---

<sup>10</sup> Vide pág. 40-41

Lacan, é preciso entender qualidades basilares desse *conceito*, especialmente no que concerne à questão da identidade, diferença e valor do signo linguístico nos efeitos de significação.

### 4.3. O *valor* em Saussure

Partiremos nossa discussão sobre o valor em Saussure retomando o efeito da significação como aquele sob o qual o indivíduo utiliza a língua, pela própria subordinação da estruturação ao signo linguístico, garantindo o argumento que nos é oferecido para sustentar a qualidade da arbitrariedade no significante. O motivo pelo qual escolhemos esse ponto da discussão para dar início a nossa fala sobre o conceito de *valor* se faz, pois, tendo o aspecto arbitrário do significante como uma condição sem a qual não há relação entre signos, circunscrevemos que é necessária a diferenciação entre *significação* e o conceito que agora estamos colocando em pauta. Dentro das relações arbitrárias estabelecidas entre os signos, entendemos uma dimensão de dependência entre eles que cabe ao *valor*.

Fundamentamos nosso caminho, a partir de Saussure (2006), por essa qualidade do signo linguístico inviabilizar que uma língua se defenda dos fatores que deslocam a todo momento, a relação entre o significante e o significado. Nesta afirmação observamos a língua enquanto uma instituição pura que, contrariamente a outras que tendem a obedecer a alguma ordem entre o que se faz e a que se pretende, não é limitada por nada que faça parte da escolha de seus meios, ou seja, é a arbitrariedade que oferece à língua a liberdade de estabelecer qualquer relação entre ideias e matérias fônica. Além disso, ao observarmos a evolução da língua, depreendemos que, quando situada no tempo e na massa social, não pode ser alterada.

Disso resulta que esses dois elementos unidos nos signos guardam sua própria vida, numa proporção desconhecida em qualquer outra parte, e que a língua se altera, ou melhor, evolui, sob a influência de todos os seus agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados. Essa evolução é fatal (...) ao final de certo tempo, podem-se sempre comprovar deslocamentos sensíveis (2006, p.91).

Portanto, uma língua sempre tem sua dimensão semiológica, ou seja, de circulação dos signos, garantindo à sua transmissão que opere através de leis distintas às de sua criação. O que estamos tentando dizer é que é ao ser formado pela união entre significado e significante, ao responsável pela criação da língua é possibilitada sua alteração até o momento em que ela seja

posta em circulação, quando foge-lhe o controle. Compreende-se, com isso, a continuidade do signo no tempo, ligada à alteração no tempo – debate que fora inserido para irmos costurando nosso percurso saussuriano que nos trouxe a falar sobre a o conceito de *valor*, fato que o fizemos a partir de um debate sobre a identidade do signo em Lacan e nos permitiu entender a passagem que o francês faz do *indivíduo* ao *sujeito*, sua fundamentação como efeito do encadeamento significante, assim como a significação como o sujeito que representa um significante para outro significante. Por esse motivo que iniciamos na *significação* a enunciação sobre *valor*.

Voltemos ao que expusemos ao início da explanação sobre o significante em Saussure, no entendimento de que língua e linguagem não podem ser tidas como sinônimos: tendo a língua como um sistema de convenções imprescindíveis adotadas por um corpo social para que seja possível o exercício da linguagem, entendemo-la como um conjunto adquirido, convencionado, acordado e utilizado socialmente, ou seja, como um produto da linguagem. Diz da parte da linguagem que é externa ao indivíduo e que este sozinho não pode criá-la ou modificá-la, correspondendo a um sistema de signos compartilhado que permite a compreensão e a comunicação de uma comunidade.

Normand (2009), a partir dessa noção de que a língua para Saussure é a linguagem menos a fala, entendê-la-á como um funcionamento dentro de uma comunidade, exprimindo a a necessidade da massa falante para sua existência, e não uma função e é justamente por isso que só pode ser estudada em sincronia. Característica ressaltada, pois nos servirá no debate sobre os eixos sincrônico e diacrônico que aparecerá na construção do significante em Lacan.

Em seu Curso de Linguística Geral (2006), o genebrino pai da linguística moderna inicia a discussão sobre o valor linguístico argumentando, a partir dos elementos que formam a língua, o conceito - referido como ideia - e imagem acústica – referida como sons - que a formam, o porquê ela não pode ser tomada, senão, como um sistema de valores puros. À nível psíquico, o pensamento é entendido como uma massa *amorfa e indistinta*, onde nada teria uma exata delimitação e, portanto, “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (p.130), tal como nada significariam os sons por si só. O recurso por meio do qual somos capazes de diferenciar conceitos e sons, são os signos. Com isso, os significantes, enquanto elementos necessários ao pensamento, advêm de partes distintas que caracterizam a matéria fônica como plástica. É assim que a língua, tida como um fato linguístico, apresenta-se em um conjunto, subdividido adjacientemente sobre planos indefinidos/indeterminados, tanto das ideias quanto dos sons:

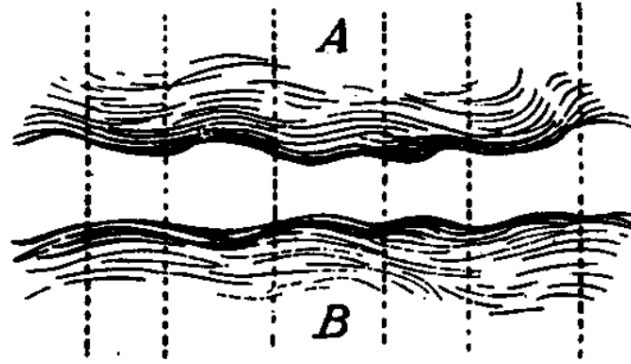


Figura 5 - Planos de apresentação das ideias e sons (SAUSSURE, 2006, p.131)

Perguntemo-nos, enfim, qual o papel da língua? Materializar pensamentos? Saussure nos responderá que não, que seu papel é entre o pensamento e o som, como mediadora que conduza a união de ambas as partes à delimitação recíproca de unidades, ou seja, “a língua [é] o domínio das articulações: cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma ideia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma ideia” (2006, p.131). Aqui, pela comparação que o autor fará entre a língua e uma folha de papel, localizamos o campo de atuação da linguística – a fronteira na qual esses elementos se encontram – e compreendemos além de isso produz uma forma, o signo. Neste exemplo, o autor nos diz que consideremos verso e averso da folha como som e pensamento; é impossível que apenas um lado da folha seja cortado e tampouco podemos isolar, na língua, som e pensamento.

Novamente, reforçaremos a arbitrariedade como qualidade intrínseca a ele, bem como o motivo pelo qual um fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. Quanto a esse último, o fato social criador de um sistema, entende-se tal colocação justamente pelo que é a língua em relação a linguagem: um consenso entre uma comunidade, conferindo-lhe a coletividade como imprescindível para que haja o estabelecimento de valores. No que diz respeito a reafirmação do caráter arbitrário, dado que os domínios dos quais ele é formado são confusos e amorfos, a escolha acústica para uma ideia é arbitrária. Ademais, é neste ponto que o valor é tomado com relevância: caso a escolha não fosse ao acaso, poderia haver alguma perda no valor, já que encontraríamos algo vindo de fora, mas, “de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre ideia e som é radicalmente arbitrário” (SAUSSURE, 2006, p.132).

Por isso, também, que não podemos reduzir um termo ao signo que o representa e diferenciamos *significação* e *valor*, pois é preciso inseri-lo em seu sistema, ou seja, um sistema não é dado pela somatória de seus termos, mas parte-se de sua totalidade para chegar aos elementos formadores – significado ou conceito, significante e do signo total, em ordenação sucessiva, um sistema sincrônico. Falaremos a partir da palavra, já que é sobre ela que se trabalha quando há a inapreensibilidade da unidade da língua, por permitir ao menos uma ideia aproximada<sup>11</sup>. O valor linguístico será tomado em dois aspectos: conceitual e material.

Em sua disposição conceitual, pensemos inicialmente na propriedade que ele tem de representar uma ideia quando se fala do valor de uma palavra, pois aqui que explicaremos a diferenciação entre *significação* e *valor*, afinal, nesta propriedade anunciada é possível localizar quando esses termos são tidos como sinônimos. Nessa disposição, ainda que a significação esteja sempre dependente do *valor*, este constitui uma parte dela, dificultando sua distinção. Sentimos a necessidade de marcar, como já fora exposto no primeiro capítulo e retomado ao início do segundo, que não partimos de uma leitura da língua como uma *nomenclatura*, mas como um depósito onde encontra-se a representação de sons de uma palavra e uma junção deste com a imagem muscular do ato fonatório. Retomemos a representação da significação, apresentada inicialmente no capítulo sobre o significante em Saussure (figura 4<sup>12</sup>):

---

<sup>11</sup> Saussure discute essa questão da inapreensibilidade da língua no segundo capítulo da segunda parte da obra CLG, *Linguística Sincrônica*, ao discutir as entidades concretas da língua e as dificuldades práticas da delimitação. Dirá que o que cabe ser desalinhado enquanto unidade, são as palavras, pois é de uma combinação destas que uma frase é formada. Transcrevemos o exemplo trazido para melhor compreensão: “basta pensar na palavra *cheval* (“cavalo”) e em seu plural *chevaux*. Diz-se correntemente que são duas formas da mesma palavra; todavia, tomadas na sua totalidade, são duas coisas bem diferentes, tanto pelo sentido como pelos sons. Em *mwa*, “mês” (“*le mois décembre*”) e *mwaz* (“*un mois après*”) – ressaltando que no segundo caso o *mois* é pronunciado com o *s* poque antecede vogal e no primeiro não por anteceder consoante – tem-se também a mesma palavra sobre dois aspectos distintos, mas não há dúvida de que se trata de uma unidade concreta: o sentido é, em verdade, o mesmo, mas as porções de sonoridades são diferentes. Assim, quando queremos equiparar as unidades concretas a palavras, vemo-nos diante de um dilema: ou bem ignorar a relação que une *cheval* a *chevaux*, *mwa* a *mwaz*, e dizer que são palavras diferentes; ou bem, em vez de unidades concretas, contentar-se com a abstração que reúne as diversas formas da mesma palavra. Deve-se procurar a unidade concreta fora da palavra” (p.122).

<sup>12</sup> Na figura 4 representamos a passagem, na totalidade, do signo linguístico à significação.



Figura 6 - Significação (SAUSSURE, 2006, p. 133)

As próprias flechas da figura que, pensada em todo seu contorno, indicam que a significação nada mais é do que uma contraparte da imagem auditiva, de modo que a delimitação é dada pelos limites da própria palavra ao ser considerada enquanto um domínio fechado existente por si próprio. Aqui esbarramos em um aspecto paradoxal, pois “o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo e, de outro, este mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua” (SAUSSURE, 2006, p.133). Consideremos, ainda, o que vínhamos falando sobre o sistema de signos, no qual o valor é dado pela relação que obedece ao esquema:



Figura 7 - Sistema de signos linguísticos (SAUSSURE, 2006, p. 133)

Entendemos que a mesma relação paradoxal que explicitamos ao falar da posição das setas na significação se apresenta no sistema, porém com setas horizontais. Ou seja, tal qual no exemplo da folha de papel, no qual não se pode cortar verso sem que o faça também o anverso, a representação das relações em ambos os casos permanece de mesma ordem. Assim sendo, como é possível o *valor*, ao ser definido pela relação do sistema ilustrada acima, ser confundido com a contraparte da imagem auditiva – a *significação*?

A explanação de nossa dúvida passa pelos elementos presentes em todos os valores, inclusive aqueles fora da língua, dado que todos são regidos por esse paradoxo. Os valores, portanto, são constituídos (1) por algo que *dessemelhante*, que é passível de troca por outro algo

cujo valor ainda está por ser determinado; e (2) por coisas *semelhantes*, que podem ser comparadas àquele cujo valor está em causa. Outro exemplo é trazido pelo linguista para nos ilustrar tal circunstância: uma moeda de um valor específico, dentro de um sistema monetário específico, (à exemplo, um real, dentro do câmbio brasileiro) permite (1) que esse valor seja trocado por uma determinada quantidade de algo diferente – uso do dinheiro para comprar algum alimento – e (2) que esse mesmo valor seja comparado a outro dentro desse sistema monetário ou de outro – comparar um real e vinte reais, ou um real e um dólar.

O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mouton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa (SAUSSURE, 2006, p.134).

Da mesma maneira pensa-se a palavra, aqui, a troca pelo *dessemelhante* se dá entre palavra e ideia, e a relação de *semelhante* se dá pela possibilidade de comparar uma palavra a outra. Aí está o porquê falamos que o valor é regido por esse paradoxo – não é possível que nos bastemos com a possibilidade da *troca*; o valor só será verdadeiramente determinado por aquilo que lhe escapa, a partir do momento em que é possível *comparar* e aí, ao ser localizado no sistema, encontra-se tanto uma *significação* como um *valor* ao qual ela está submetida.

O que aqui demonstramos a partir da palavra pode ser aplicado a qualquer termo da língua – anteriormente a ideias previamente colocadas, tem-se valores que provêm do sistema. Ainda mais, a aproximação do *valor* como *conceito* se justifica por seu caráter diferencial de ser aquilo que os outros não são, e não por seu conteúdo, assim, por conta da relação de negatividade que estabelece com os outros termos do sistema.

Falemos agora da disposição material do valor linguístico. Tal qual em seu aspecto conceitual no qual constitui-se pela relação de negatividade no sistema, de diferenciação dos outros termos de uma língua, assim também se diz o aspecto material. A importância de uma palavra é encontrada nas diferenças fônicas que a distinguem de outras e não no som em si, pois é desta maneira que somos levados à significação. Verificamos, a partir da alteração dos signos linguísticos, que *diferença* e *arbitrariedade* são qualidades correlatas (SAUSSURE, 2006, p.137):

(...) é precisamente porque os termos *a* e *b* são radicalmente incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência – a qual não percebe perpetuamente que a diferença *a/b* – que cada um dos termos fica livre de se modificar conforma leis estranhas à sua função significativa.

É da ordem da posição que ocupa em relação a outros, e não de seu valor intrínseco, então, que os signos atuam.

No que concerne o som em si como elemento material da língua, não se pode circunscrevê-lo como pertencente à ela. Ele existe como algo secundário por meio do qual a própria língua é materializada e nisto localizamos algo comum a todos os valores – eles não se confundem com o elemento palpável que lhe serve de suporte, de modo que não é o metal do qual a moeda é feita que lhe confere valor. Isso se torna ainda mais factível quando na caracterização do significante linguístico que já havíamos enunciado. Este não é, essencialmente, fônico, não existe a partir de uma dimensão material. O que o constitui é unicamente a diferença, que distingue sua imagem acústica de todas as outras.

Com isso, somos levados a falar sobre o signo considerado em sua totalidade, a partir da *diferença* que há tanto tem sido reafirmada por nós, e como finalização da dimensão sucessiva que enunciamos anteriormente ao início da explanação de valor. Entendemos que na língua, tudo é *diferença*. Esta, por sua vez, comumente considera “termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua, há apenas diferenças *sem termos positivos*” (SAUSSURE, 2006, p.139). Se pensarmos tanto significante quanto significado, ver-se-á que não podem ser encontrados previamente na língua, enquanto sistema linguístico, sons e ideias.

Então, o que é encontrado? Pois bem, a diferença – diferenças fônicas e conceituais que advêm desse sistema, de modo que importa muito mais ao signo sua posição no sistema, ou seja, o que existe ao seu redor, do que propriamente aqui que há nele em si, seja de conceito, a ideia, ou material, o som. Com essa afirmação, justificamos porque nos coube falar sobre a totalidade do signo na discussão de valor, já que é possível alterar o valor de um termo, sem alterar seu sentido e som, pela mera posição que este ocupa em relação ao termo vizinho que tenha sofrido, de fato, a mudança. Ainda, nesse contexto podemos entender que não há positividade na língua e, portanto, tudo seria negativo? Não, quando consideramos o signo linguístico em sua totalidade, localiza-se algo de positivo em sua ordem e a negatividade só seria encontrada no significante e significado tomados separadamente.

Por fim, enredando nossa discussão sobre significante/significado, significação, sistema linguístico, nos diz Saussure (2006):

Um sistema linguístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de ideias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois, o próprio da instituição linguística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças (p.140).

Aquilo que constitui o signo implica a significação a partir da relação entre o significante e o significado e esta relação se apresenta como contrária à de termos coexistentes da língua, como reforça Normand (2009, p.159). É por isso que a autora reafirma que, ao tratarmos do *conceito de valor*, somos inevitavelmente convocados a falar sobre gramática, léxico, e que tanto a organização fundamental da língua quanto o conteúdo dos termos no sistema são definidos por esse *conceito de valor* e sua associação com a diferença.

Assim, o que é verdadeiro do valor é também o que é verdadeiro da unidade, pois a noção do primeiro recobre a noção do segundo enquanto parcela, correspondente a um conceito, de uma cadeia falada, ou seja, valor e unidade são, essencialmente, de natureza diferencial. Em uma língua, então, tal qual em qualquer sistema semiológico, a diferença é aquilo que caracteriza, pois a distinção de um signo para o outro é dada por tudo aquilo que o constitui. Ainda, é por falarmos de uma ordem primordialmente diferencial que as noções se confundem e reafirmamos, o que já foi dito anteriormente ao falarmos sobre o exemplo da folha de papel para estabelecer a função da língua, a língua como uma forma. Portanto, a partir do momento em que o sujeito falante faz uso dos signos em sua totalidade, o *valor* permeia toda a utilização dos signos da língua.

Significação e valor, portanto, se diferenciam através das relações vetoriais de substituição entre os signos quando estes encadeiam-se em série. Mais, encontram-se em um eixo pouco evidenciado da categoria do signo – como aproxima Boni Júnior (2018), tal qual a definição de Lacan para sujeito ao dizer que um significante é o que representa um sujeito para outro significante.

Até este ponto tratamos da Linguística em sua dimensão sincrônica. Faz-se necessário essa retificação pois se ela existe, é porque também há outra dimensão sob a qual a Linguística é delimitada, a diacrônica. Diferenciemos brevemente do que se ocupam cada uma dessas partes para que possamos situar o papel do tempo na obra *CLG* (2006) de Saussure e chegarmos ao motivo pelo qual Lacan subverte o signo saussuriano. O genebrino coloca que enquanto a acepção

sincrônica se ocupa das relações psicológicas e lógicas envolvidas na união de termos que coexistem e originam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva, ou seja, o estado da língua; a acepção diacrônica estuda, ao contrário, as relações estabelecidas entre termos sucessivos que não são percebidos por uma mesma consciência coletiva e que podem substituírem-se mutuamente sem que ocorra a formação de um sistema, ou seja, uma fase de evolução. É desta maneira que localizamos a dimensão do tempo que incide na linguística que ele propõe, tendo-a como, inclusive, um fato linguístico a ser vislumbrados nos eixos sob os quais a ciência em questão se situa – o eixo das simultaneidades (AB) e o das sucessividades (CD):

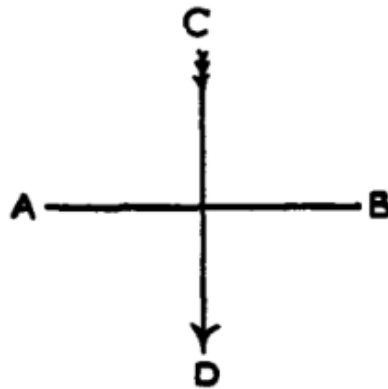


Figura 8 - Eixos propostos por Saussure (SAUSSURE, 2006, p.95).

Esses eixos têm seu funcionamento de maneira autônoma e independente. O primeiro (AB), diz respeito às relações entre coisas coexistentes e onde não há intervenção da dimensão do tempo. O segundo (CD), não permite que seja considerada mais de uma coisa por vez, mas é onde situam-se todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações. Para falar da diferença entre eles, Saussure (2006) dirá que, tendo a língua como um mecanismo que mantém seu funcionamento independente de quaisquer deteriorações que lhe são causadas, ela “é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (p.102). Esse sistema se faz em absoluta oposição entre os eixos de modo que não há compromissos ou quaisquer relações de estranhamento no funcionamento linguístico entre eles (BONI JÚNIOR, 2018, p.94).

Por que dissemos que o funcionamento desses eixos é independente se parecem estar em relação de alguma maneira? Por termos, no eixo das simultaneidades aquilo que viabiliza a

articulação entre os signos, e no das sucessividades, a substituição sem que haja alteração dos efeitos de valor do primeiro. Constatação que, como diz Saussure, confere uma significância ao funcionamento da língua: as modificações acontecem de modo indireto e “sem atenção à solidariedade que os liga ao todo “ (2006, p.100) em um sistema, de modo que apenas alteram-se alguns elementos, mas ele, em si mesmo, é imutável.

#### 4.4. O significante de Saussure a Lacan: subversão do signo linguístico

Seguimos nosso percurso direcionando-os ao que permitirá falarmos sobre o início do significante em Lacan, razão pela qual situamos a linguística nos eixos acima referidos, para que agora seja possível situar o que enunciamos ao final do primeiro capítulo - a significação e o sentido enquanto conceitos sob os quais Jakobson desenvolveu seus estudos e que influenciaram Lacan a recorrer ao arcabouço metonímico e metafórico, que foram teorizados pelo autor russo em sua tentativa de entender quais efeitos de sentido existem nas mensagens em seus aspectos de signo e, em partes, nos processos inconscientes definidos por Freud como condensação e deslocamento (BONI JÚNIOR, 2018, p.95) – essa correspondência é feita pelo próprio Jakobson ao final de seu artigo “*Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*”<sup>13</sup>. Vale dizer que na teoria psicanalítica de Freud a Lacan, esses processos de condensação e deslocamento serão tratados como metáfora e metonímia, na devida ordem.

Essa influência que leva o psicanalista francês a ir ao encontro da obra de Jakobson diz do movimento que ele fez de buscar as origens do estruturalismo no formalismo russo. Contudo, tal qual como o fez com a Linguística, Lacan se apropria da concepção de linguagem (FERREIRA, 2002):

Para Lacan, ao contrário de Jakobson, não há metáfora sem metonímia e vice-versa. Toda metonímia é efeito de uma operação metafórica interrompida por ação do recalque, assim como toda metáfora é efeito de uma operação metonímica. Essa sobredeterminação se sustenta na produção de uma metáfora inaugural, que é a base, o suporte, dessas duas técnicas do significante, que são a metáfora e a metonímia (p.119).

No desenvolvimento desse trabalho, acreditamos que entenderão o porquê citamos o estruturalismo e a sobredeterminação.

---

<sup>13</sup> O artigo faz parte do livro *Linguística e comunicação*, de Roman Jakobson.

Jakobson dirá que a similaridade, seleção, é suprimida na metáfora e a contiguidade, combinação, na metonímia (1998, p.54) e ambas estariam concernentes a diacronia, em alocação saussuriana; ainda, seriam equivalentes aos eixos das sucessividades e simultaneidade, respectivamente. Entendemos que entre Saussure e Jakobson há uma reformulação entre os termos e é neste ponto que apoiar-se-á Lacan, de ambos os linguistas:

(...) nessa distinção e sistematização de Saussure, mas com as inserções de Jakobson, sobre os dois eixos perpendiculares entre si, referentes a dualidade interna da língua para tratar da *cronologia do tempo* e o efeito de uma *lógica de corte entre dois tempos*, tendo em vista os efeitos de significação *a posteriori*, nas significações e na causalidade psíquica (...). (BONI JÚNIOR, 2018, p.95).

A partir dessa afirmação tem-se que Lacan parece ter absorvido os eixos sincrônicos e diacrônicos de Saussure, fato que aparece na teorização da significação e do sentido, bem como no tempo lógico que guia a prática clínica da psicanálise lacaniana, é aquele que visa “alcançar a inscrição temporal do desejo” (DUNKER, 2016), portanto, vincula à simbolização uma lógica de temporalidade.

Enunciando os eixos de Saussure a partir de nossa discussão sobre signo, temos que nas sucessividades a possibilidade de substituição forma uma classe de signos que podem ocupar a mesma posição, dada a semelhança que há entre o conceito e aquilo que é abstrato, mesmo que esses signos não tenham sido convocados pelo ato fonatório. Nas simultaneidades, por sua vez, tem-se a impossibilidade de emissão da imagem motora de dois signos ao mesmo tempo, pois é impossível que dois signos ocupem a mesma posição na cadeira significante. Isso ocorre pois nesse eixo os signos linguísticos são esquematizados em caráter de linearidade, envolvendo o tempo de modo sequencial e unitário.

Saussure, portanto, apresenta a relação do signo a partir da primazia do significado, ou conceito, sobre o significante, a imagem acústica. Lacan subverte essa concepção, inferindo que há uma primazia do significante sobre o significado, portanto, da imagem acústica sob o conceito do signo. É a partir dessa colocação que a obra do psicanalista redireciona a psicanálise à leitura proposta por Freud sobre as formações inconscientes, em seu quinto seminário, *As formações do inconsciente* (1957b), ao dizer que o pai da psicanálise se coloca de maneira assertiva, a partir de uma teoria estrutural do significante, de uma *técnica do significante*, a qual Freud retorna a todo momento e a partir de onde faz aparecer diferentes planos que nos permitem realizar a distinção entre o significante e o significado. Vale lembrar que essa técnica corresponde à técnica verbal e,

assim, as formações que referenciamos são os chistes, lapsos, atos falhos, equívocos, por exemplo. Entendemos, ainda, a passagem do referente ao sujeito, pois se falamos de uma técnica verbal desde o psicanalista austríaco, pois é na enunciação que encontramos o lugar do falante no discurso e, dado que tratamos da *fala*, presume-se inevitavelmente a existência de uma cadeia significante. Esta, “funda-se na existência, em algum lugar, do termo de referência que é o plano da verdade – da verdade como distinta da realidade” (LACAN, 1957b/1999, p.21). A verdade que aqui se trata será exposta no capítulo seguinte.

Neste ponto, podemos inserir seguramente a subversão que Lacan realiza do signo linguístico de Saussure. Por que, contudo, inserimos tal discussão no capítulo sobre o *valor linguístico*? Pois é, a partir do momento em que se apropria dessa teoria saussuriana que o psicanalista francês chega à conclusão de que não há uma relação entre significante e significado (FERREIRA, 2002). Tal afirmação pode ser verificada quando falamos sobre o significante ser uma forma e não uma substância, diferenciando da imagem acústica, pois ele “não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído (...) unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras” (SAUSSURE, 2006, p.137-138). Com essa teoria o próprio genebrino parece privilegiar o significante, ainda que não abandone a correspondência que este possui com o significado.

Além da subversão que trouxemos ao citarmos o texto lacaniano “*A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*” (1957a/1998), no qual a disposição por meio da qual significado e significante se relacionam é a partir da fração S/s tendo o significante em posição de primazia, pela indicação da barra, e o significado no denominador, esse texto ainda nos dirá, como aponta Boni Júnior que “em psicanálise, apesar das contribuições inegáveis da linguística, a lógica opera de modo radicalmente orientado pela incompletude do significante em inscrever, no inconsciente, a sexualidade” (2018, p.96). Essa matematização feita por Lacan do signo de Saussure será descrita por Eidelzstein (2003) a partir do entendimento da estrutura do significante como àquela pela qual é determinada a realidade do sujeito falante, portanto o modo como o sujeito relaciona-se com a linguagem, ou seja, a estrutura significante como o mecanismo sob o qual se organizam as estruturas clínicas – justificando o porquê trouxemos anteriormente o debate sobre os registros RSI em Lacan<sup>14</sup>.

---

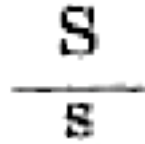
<sup>14</sup> Vide pág.36-37

O psicanalista argentino, apresenta a estrutura significante sob a qual organizam-se as estruturas clínicas a partir de cinco colocações: (1) organizam-se em um conjunto, enquanto conglomerado de elementos, que constitui um não-todo – ressalva que nem todo conglomerado de elementos forma um conjunto e, portanto, uma estrutura; (2) a relação fundamental que há entre os elementos da estrutura concebida pela psicanálise é de covariância; (3) os elementos aos quais nos referimos são os significantes, que se esgotam e variam dentro do sistema diacrônico-sincrônico que há entre eles; (4) um conjunto que ainda que não seja total, é possível realizar uma análise exaustiva que esgote todas as possibilidades de combinação de seus elementos, ainda que esta nunca chegue a uma certeza; e (5) opera em toda a realidade humana na qual é produzida, mas de maneira incerta, por isso é preciso realizar sua análise sob o caráter lógico.

A letra é o significante essencialmente localizado. “Essencialmente” significa que a essência do significante, em psicanálise, radica na sua localização. Vale-se por sua localização e não, por exemplo, pela diferença que parece inscrever em uma determinada língua, pela cristalização do significado que ilusoriamente fora posta. Na psicanálise, quando o mesmo está atrelado a condição particular do sujeito e à análise dos discursos tomados um por um em sua relação com o gozo do corpo, não se opera com o significante tal qual na linguística, mas sim com a letra” (EIDELSZTEIN, 2003, p.54, tradução nossa).

O que o autor nos apresenta, por conseguinte, é que a psicanálise não trabalha diretamente com o significante, mas sim com sua estrutura, justificando porque é preciso que na prática da ciência fundada por Freud, que o significante seja tomado a partir da noção da letra. O que sustenta essa necessidade é o fato de que a psicanálise implica o sujeito e que o sofrimento que lhe acomete o corpo, opera a partir da letra. Inicialmente, deixar de lado a concepção de que há um significado associado a cada significante (*fig. 9*); depois, é preciso que esta seja substituída pela representação por meio da qual Lacan diz que esses termos se relacionam, ou seja, com uma barra entre eles, impedindo a significação (*fig. 10*); e, por fim, que o significante tem função para o sujeito a partir de sua localização na cadeia (*fig. 11*), de modo que passa a demandar o valor de letra. Assim, matematização da subversão do signo de Saussure se dá da seguinte forma:

---



$S_1, S_2$

Figura 9 - (EIDELZSTEIN, 2003, p.55)

Figura 10 - (EIDELSZTEIN, 2003, p.55)

Figura 11 - (EIDELSZTEIN, 2003, p.55)

A alteração feita por Lacan assegura a diferença que se estabelece entre a psicanálise e a linguística, ao produzir diversas consequências. Isso se configura, pois na primeira ciência citada, respectivamente, trabalhar com a estrutura do significante e não com o significante em si, como nos elucidou Eidelsztein, implica considerar que essa é caracterizada por meio de uma “articulação pela introdução da diferença que funda os diferentes” (FERREIRA, 2002, p. 115). Quais seriam, então, esses efeitos que distinguem Linguística e Psicanálise a partir da subversão do signo linguístico tal qual na proposta saussuriana? Eles nos são apresentados por Nádía Ferreira em seu texto “*Jacques Lacan: apropriação e subversão da linguística*” (2002):

1. A primazia do significante sobre o significado;
2. O significante é, essencialmente, vazio – pode nada ou qualquer coisa significar;
3. A oposição insertada pela barra entre o significante e o significado coloca o “significável submetido ao significante”<sup>15</sup> (p.116, nota de rodapé da autora).
4. É a formação de uma cadeia de significantes a partir da relação que eles estabelecem entre si que faz parte da estrutura significante;

---

<sup>15</sup> Significável não é empregado como conceito. Apesar de não estar registrado nos principais dicionários da língua portuguesa, utilizei este termo como adjetivo, isto é, como forma nominal que se associa com o substantivo, no caso, com o vocábulo *significado*. *Significável* deve ser lido, então, como sinônimo de *significado*: em que há ou denota significação. Sabemos que entre vários sinônimos há sempre um que se impõe, conforme o contexto, por ser o que melhor expressa o que se quer dizer e transmitir. Nesse sentido, escolhi o termo significável para eliminar qualquer relação com o conceito saussuriano de significado e, assim, enfatizar o que considero fundamental na teoria de Lacan sobre o significante: “(...) o significante só se coloca como não tendo nenhuma relação com o significado” (LACAN, 1982, p. 42).

5. Os significantes só se articulam à medida que podem ser reduzidos exclusivamente a seu caráter diferencial;
6. O modo pelo qual os significantes se organizam é tal qual o faz a linguagem: por meio das operações de condensação e deslocamento, ou seja, metáfora e metonímia;
7. A repetição – que, esperamos, vos ficará clara no capítulo seguinte –, ocorre, pois, a significação não está, particularmente, em elemento algum da cadeia. O sentido insiste na cadeia significante, dado que é ela que produz a ordem do significado;
8. A articulação só é viabilizada a partir do sujeito. “O significante só pode passar para o plano da significação porque há um sujeito operando a cadeia do significante. Essa relação do sujeito com o significante é denominada de *relação fundamental*” (p.117).

O lugar para o qual Lacan nos direciona é àquele que enunciamos brevemente ao dizer da escolha do autor de tomar como base Saussure e Jakobson: o significante enquanto função, não depende do significado, estando para-além deste e da necessidade de responder a uma significação a posteriori. Assim, quando o psicanalista francês afirma que o “*inconsciente é estruturado com uma linguagem*”:

(...) aponta para esse campo no qual a operação ocorre, pela linguagem, como condição inconsciente, e do *inconsciente*, como lugar possível do homem se significar, a depender de operações que sirvam de suporte da cadeia significante, que na linearidade do deslizamento permite num vetor, de retroação, um efeito de sujeito, e simultaneamente expelir um resto que demanda um outro significante em linearidade (BONI JÚNIOR, 2018, p. 97).

Ou seja, tendo o significante uma função constituinte da realidade, *sujeito* e *objeto* são seus efeitos.

Antes de Lacan, o linguista russo já se debruçava sobre o trabalho de Saussure a fim de incluir, dentre outras intenções como a de legitimar a função poética<sup>1617</sup>, tropeços e distúrbios do ato da fala, no estudo da linguagem; e legitimar a função poética. Esta, configura-se pelo destaque dado, dentro do tema daquele que emite e aquele que recebe uma mensagem, à própria mensagem. Ela “projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação”

---

<sup>16</sup> “Mencionei a ênfase no tema (topic), no emissor e no receptor; vemos quantas coisas novas podemos descobrir ao analisar esse problema fundamental do emissor e do receptor. Além disso, é ainda possível dar ênfase ou ao código ou à mensagem. Esta ênfase na mensagem propriamente dita constitui a chamada função poética (JAKOBSON, 1998, p.13).

<sup>17</sup> “A seleção é feita em base de equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia, ao passo que a combinação, a construção da sequência, se baseia na contiguidade. A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação” (JAKOBSON, 1998, p.87).

(JAKOBSON, 1998, p.87), portanto, da equivalência entre metáfora e metonímia. A língua é tida, por essa perspectiva, como um não-todo, como não sendo um sistema fechado. Deste modo, metáfora e metonímia como aquilo que sustenta a relação entre significantes e permite a significação, podem relacionar-se dialeticamente – toda metáfora possui uma origem metonímica (BONI JÚNIOR, 2018). E aqui encontra-se a causalidade da primazia do significante sobre o significado: é pelo fato de que essa relação pode se dar por viés temático na metáfora ou pela adjacência na metonímia, que falamos da repetição enquanto efeito da busca pela produção de sentido – aquilo que faz com que um os signos linguísticos reivindicuem-se.

Marca-se, por conseguinte, o *conceito de valor* tal qual expusemo-lo: se o signo adquire seu valor a partir da diferença, ou seja, pela negatividade de ser o que outro não é, convoca simultaneamente uma propriedade dialética de presença e ausência – debate que nos servirá mais a diante. Isto posto, finalizando a travessia que nos propusemos neste capítulo, localizamos *sujeito* e *objeto*, oriundos do mesmo lugar. É pela razão da inviabilidade do signo linguístico ser autorreferente que, (a) depende da relação entre os significantes, realçando a *noção de valor*, e (b) desloca do próprio signo sua referência, situação por meio do qual apresenta-se uma dimensão de objeto como um precipitado que jamais será capaz de tamponar o furo por meio do qual o significante se origina. Lembremo-nos aqui da discussão apresentada em nossa justificativa do porquê do *sujeito* – deste como efeito da não resposta, do não-todo, da linguagem e, sendo efeito do encadeamento significativo, sua origem deve ser buscada naquilo que não é passível de representação e que age como motor da cadeia significativa, e não nela própria.

Ainda, a dialética circunscrita, entre presença e ausência, na estrutura do signo nos afirma qual é o lugar ausente do próprio signo, ou seja, à compreensão da supremacia do significante na constituição do sujeito. É nesse hiato do signo linguístico que Lacan encontra a possibilidade de ordenar sistematicamente e formalizar sua postulação de que a estrutura inconsciente é tal qual a da linguagem, “pois nessa também há a articulação entre *sujeito* e *objeto* em uma causalidade material, o significante em sua função de diferença radical, desde uma inscrição no campo dos significantes, ou campo do Outro” (BONI JÚNIOR, 2018, p,99).

## 5 O SIGNIFICANTE EM LACAN

Marca-se, previamente a leitura do capítulo, que em prol de chegarmos a uma discussão sobre o significante na teoria lacaniana precisamos percorrer o próprio lugar no qual a linguagem se insere na psicanálise, como foi mostrado na introdução. Aqui, porém, seguimos tecendo amarrações sobre práxis e conceitos nas quais há possibilidade de visualização da questão linguística dentro do campo psicanalítico. Para isso, nossa discussão vai sendo construída a partir do inconsciente enquanto uma instância ordenada e com modos próprios de funcionamento e seguimos enredando as práticas analíticas e a linguagem, tendo em vista que foi da experiência clínica de Freud que este chega a sua descoberta – o inconsciente. Portanto, entendemos que não é possível uma separação entre a teoria e a prática na abordagem deste trabalho, é preciso localizar a teoria *na* prática.

### 5.1. Retorno à Freud

A fim de transpomo-nos propriamente ao significante em Lacan, a partir de nossa finalização sobre a subversão feita por ele do signo linguístico de Saussure, faz-se necessário marcar o ponto de partida do psicanalista. Como nota Joël Dor (1989), Lacan dá início a seu trabalho em solo freudiano, em 1950, momento em que estava preocupado com desvios dessa teoria que estavam em curso. Isto posto, tem-se que partir de uma referência freudiana diz respeito a um modo de entendimento e compreensão do inconsciente.

Ainda, posiciona que a “referência freudiana à investigação do inconsciente está marcada, desde o início, por uma certa ‘inscrição psíquica’” (DOR, 1989, P.11). A partir dessa colocação compreende-se que os “processos psíquicos circunscritos por Freud”<sup>18</sup> não tratavam de noções metafísicas ou fisiológicas, mas “submetidos à dimensão psíquica da linguagem” e ao modo com qual essa perspectiva se escora por meio da transferência. Portanto, linguagem e transferência inserem a prática inaugurada por Freud – prática esta que é analítica e, por conseguinte, linguística. Foi este o lugar que explicitamos em nossa introdução a partir do percurso da hipnose à associação livre. Contudo, “nem toda prática de linguagem é necessariamente psicanalítica. Por outro lado, se é na palavra que o inconsciente encontra sua articulação essencial” (DOR, 1989, P.12) é possível

---

<sup>18</sup>Ibid.

que nos questionemos acerca da dimensão encoberta presente em práticas analíticas que se distanciaram do campo linguístico.

Dessa forma, é da ordem da transferência a sustentação entre a prática fundada por Freud e o inconsciente. Dor (1989) retoma a máxima freudiana de que a psicanálise está presente em qualquer espaço no qual a transferência se coloca, dimensão à qual a transferência se compromete. Ainda, é preciso recorrer a outros aspectos para sustentar tal aforismo, dado que não é apenas a transferência que garante o fazer analítico, mas sim o destino que lhe é dado. Não é possível fazer analítico na manipulação da transferência, é no registro da *análise da transferência* onde fundamenta-se o “espaço operatório onde o paciente pode ser convocado à investigação de seu próprio inconsciente e, (...) confrontado com a questão de seu desejo” (p.12).

É a partir da formulação de um sintoma analítico – quando uma queixa se transforma em demanda endereçada ao analista e o sintoma passa do estatuto de resposta ao de questão para o sujeito -, que o sujeito supõe em seu analista um saber – sobre a verdade de seu sintoma. Falamos sobre o sintoma e sua formulação para podermos chegar ao significante, pois ele emana da ambiguidade presente no signo linguístico. Nesse movimento podem ser reconhecidos dois lugares: o da *transferência do saber*, logro de que a sua verdade está dada no analista e este a conhece de antemão, e o *sujeito do suposto saber*, tendo a subjetividade do analista correlata ao saber sobre a verdade do sujeito como efeito constituinte. É este o recorte sob o qual estabelece-se a transferência, como coloca Quinet (1991/2009), de uma “comunicação baseada no mal-entendido”.

(...) é preciso que esse sintoma, que é um significado para o sujeito, readquira sua dimensão de significante, implicando o sujeito e o desejo. O sintoma, aparecendo como um significado do Outro — s(A) —, é endereçado pela cadeia de significantes ao analista, que está no lugar do Outro — (A) —, cabendo-lhe transformar esse sintoma na questão que Lacan denomina “Que queres?” (*che vuoi?*), questão chamada desejo. (p.17)

Quando um sintoma, enquanto significado para o sujeito, retoma sua dimensão significante, implica este sujeito e seu desejo, fazendo deste uma questão que é e deve ser introduzida pelo analista no âmbito sintomal. Assim, a "constituição do sintoma analítico é correlata ao estabelecimento da transferência que faz emergir o sujeito suposto saber" (QUINET, 2002) - lembrando que este é pivô da transferência. Tem-se, então, a partir de um momento de histerização, a transformação do sintoma em mistério, representando a divisão do sujeito. Isto ocorre, pois o inconsciente é pulsional e não pode ser tomado como uma articulação pura entre os significantes. Além disso, o efeito da área do saber que Lacan busca trazer de volta ao caminho de seu criador, é

dependente imediato do efeito da práxis psicanalítica sobre um dos destinos dessa pulsão, o que chamamos de recalque (*Verdrängung*) – citamo-lo no capítulo anterior ao afirmar que o psicanalista francês busca falar da linguagem de modo a manter a ambiguidade/ambivalência que apresenta-se desde Freud ao falar sobre esses aspectos pulsionais: a barra colocada entre S/s, significante e significado respectivamente, é por ele definida, ou seja, o recalque como pertencente àquilo que nos permite entender o novo estatuto que a psicanálise confere às palavras e aos conteúdos latentes; permitindo-nos tomar as *particularidades que existem no sistema de significantes* e que é o próprio significante que existe por si só, aquém da palavra. O sintoma é uma das possíveis manifestações do recalque.

Quinet (2000) nos lembrará o lugar da pulsão em Freud e Lacan para que possamos entender que o inconsciente e o recalque são correlatos, constatação altamente pertinente ao debate aqui proposto – compreender a hipótese lacaniana de “o inconsciente estruturado como linguagem”. A pulsão se coloca como um conceito limite e, se em Freud ela o é entre o que é da ordem física e o que é da psíquica, em Lacan ela o é entre os registros do simbólico e do real. Junto do imaginário, esses registros compõem um sistema ordenador da existência humana. Contudo, visto que essa discussão amplia enormemente nosso campo de trabalho, aqui apenas referi-lo-emos à medida que se faça necessário para a apreensão da importância do significante, para a psicanálise, na obra lacaniana.

Voltando-nos à pulsão e aos registros, no primeiro deles supracitado, ela tem sua representação no inconsciente dada por um conjunto de significantes, e, no conseguinte, corresponde a libido, ou energia pulsional, cuja manifestação sintomal é circunscrita por Freud através dos afetos, dos quais ele há de privilegiar a angústia. É por ser possível encontrar a pulsão em ambas essas esferas que assimilamo-la como o conceito que dá contorno à linguagem como operadora da prática psicanalítica sobre o gozo, e que são suas “representações representativas recalçadas que constituem o inconsciente” (2000, p.48) – motivo pelo qual tomamos recalque e inconsciente como correlatos. Sobre o recalque, Freud (1915) diz:

(...) uma *repressão primordial*, uma primeira fase da repressão [recalque], que consiste no fato de ser negado, à representante psíquica do instinto [pulsão], o acesso ao consciente. Com isso se produz uma fixação; a partir daí a representante em questão persiste inalterável, e o instinto [a pulsão] permanece ligado a ela. (...) O segundo estágio da repressão, a *repressão propriamente dita*, afeta os derivados psíquicos da representante reprimida ou as cadeias de pensamentos que, originando-se de outra parte, entraram em vínculo associativo com ela. Graças a essa relação, tais representações sofrem o mesmo destino que o que foi reprimido primordialmente. (p.86)

Interpretamos que a intensidade com a qual o recalque, que o autor chama de repressão primária, age é tamanha que ele tem como objetivo repetir sua tentativa, configurando o recalque [*repressão propriamente dita*]. Assim, como sintetiza Quinet, temos uma cadeia contínua de significantes articulados aos significantes recalcados da pulsão.

É nesse enquadramento que o sujeito em análise acessa, por meio da associação livre, formações do inconsciente como o sintoma que pode ser caracterizado como tal por advir do recalque e ser, portanto, uma formação substitutiva do significante recalcado – ou seja, uma metáfora, como nomeará Lacan. Lembremos que trazer à tona o arcabouço metafórico requer retomar nossa discussão do capítulo anterior, dado que ele advém da reformulação feita por Jakobson dos eixos sincrônico e diacrônico sob os quais Saussure propôs o estudo da língua. Este ponto é o que considera a dualidade interna da língua para se pensar o efeito de lógica, de corte, ou seja, de uma significação *a posteriori* também nas causalidades psíquicas. Frisa-se que é sob esse mesmo escopo que a associação livre é tida como ímpeto único capaz de servir à psicanálise em sua decodificação do inconsciente – a técnica do significante, portanto, uma técnica verbal onde encontramos a realidade do sujeito falante. E, se falamos do sujeito, ele é sempre o sujeito do inconsciente e é por isso que localizamos a prática clínica em nosso desenvolvimento em curso.

Ainda, o sintoma é o modo pelo qual a pulsão se satisfaz, o faz de modo paradoxal, dado que sob a égide da pulsão, sujeito e objeto – aqui implícito já que não é acessível sem a mediação dos significantes que o formam - são equivalentes. Antes de apresentado ao analista, o sintoma se coloca como signo (ou sinal). “Quando é transformado em questão, ele aparece como a própria expressão da divisão do sujeito. Nesse momento que, encontrando o endereço certo que é o analista, se torna sintoma propriamente analítico.” (p.16). Portanto, o analista completa o sintoma, fazendo com que o sujeito se dirija a ele a partir de perguntas - sobre o gozo -, pressupondo que ele saiba a verdade de seu sintoma. Cabe apontar aqui o gozo, como colocado por Freud, como algo que é da ordem do incompreensível, aquilo que está além do princípio do prazer.

Agora apenas situaremos a relação da transferência, inconsciente, que demos início ao dizer que é da ordem da transferência a sustentação entre a prática fundada por Freud e o inconsciente. O compêndio aqui lançado foi elencado por Quinet em seu livro “*A descoberta do inconsciente*” (2000). O conceito de inconsciente nos indica que o sujeito não apenas habita a linguagem, como por ela é habitado, de modo a manter uma relação de alteridade com essa instância psíquica que

jamais será totalmente consciente. Assim, podemos entender que o inconsciente se atualiza na transferência e é o Outro da linguagem.

À medida que o Outro é entendido como o lugar do código, onde são encontrados os significantes, elementos da linguagem e esse recorte situando-o como um lugar psíquico e não como alguém; é quando o analista é tomado como o Outro que o analisando dirigirá sua cadeia significante (a fala) e essa se desenrolará por meio da livre associação que se dá na transferência. Portanto, é neste ponto que entendemos que o inconsciente se atualiza na transferência.

Com relação ao inconsciente como Outro da linguagem, temo-lo como uma alteridade radical ao sujeito representando o lugar que é presentificado pela fala a partir da linguagem. Ou seja, não localiza-se interna ou externamente ao sujeito, mas é parte da ordem simbólica, da ordem da cultura. Quinet nos explica da seguinte maneira:

O inconsciente como o Outro da linguagem significa que não há barreira entre o que é do sujeito (enquanto "seu" inconsciente) e o que é do mundo simbólico em que ele está inserido. Os significantes que constituem o inconsciente são determinados significantes que estão aí o tempo todo e que, no momento em que se fala, experimenta-se seu peso e seu valor (2000, p.45)

Retornando a constatação sob a qual iniciamos esse relato, do sujeito que habita e é habitado pela linguagem, compreendemos a relação de alteridade que este mantém com seu inconsciente. Essa alteridade exprime-se desde o significante saussuriano e de sua discussão de valor, de pôr ser pelo seu caráter de natureza diferencial, de ter seu valor dado pela relação estabelecida dentro da cadeia significante. Desse modo, de um sujeito em análise espera-se o conhecimento de seus significantes primordiais, portanto aqueles que o determinam, a partir da decifração do inconsciente. Tal feito seria da ordem da tentativa de desafinação do poder de comando que esse lugar psíquico impõe ao sujeito.

Quando o analista ocupa a posição de Outro possibilita ao sujeito que, por meio da associação livre, o inconsciente se apresente e possa ser decifrado. Assim, é a partir de um sujeito em associação livre que a presença do analista se tece como condição sem a qual uma análise não seria possível. É essa condição que permite a existência do inconsciente - por ocupar o lugar do inconsciente, do Outro, para o qual dirigir-se-à a associação livre por meio da transferência.

Faz-se importante marcar que o Outro do analista jamais se confunde com sua pessoa, com a construção imaginária sob a qual se apresenta. "o Outro é o lugar do inconsciente a que o analista

é chamado a ocupar, vindo representar todos os que ocuparam o lugar do Outro na vida do sujeito” (QUINET, 2000, p.46).

A orientação de Lacan em sua investigação, portanto, busca ir ao encontro da experiência freudiana do inconsciente, na qual tomamos a técnica significativa que existe desde o início da prática psicanalítica por sua fundamentação no campo da verdade e sob a qual identificam-se as formações do inconsciente. O autor nos propõe um retorno à Freud - afirmando que o sentido de um retorno a ele é o retorno ao seu sentido, (LACAN, 1956, p.406) - inaugurado sob a hipótese acima citada. A importância desse retorno, para Lacan, é dada pela necessidade de denunciar “a tentação que apresenta o analista de abandonar a palavra” (LACAN, 1953/1998, p.244) e retomar que o caminho proposto por Freud ao psicanalista é inserir-se a partir da diferenciação primeira entre significante e significado, de modo a articular-se em seu ponto de encontro e não em seu encobrimento.

## 5.2. A linguagem e o inconsciente

Em *A coisa freudiana ou Sentido de retorno a Freud em psicanálise* (1956), Lacan nomeou-se como o porta-voz que se implica em lembrar a importância da descoberta freudiana do inconsciente e o abandono de seu princípio, em meio à diáspora de seus seguidores, por parte destes que vivem de seu apadrinhamento. O desvio que estava em curso tratava justamente de tomar os escritos de Freud ao pé da letra, percurso que direciona a prática à serviço do fortalecimento do eu - da adaptação social, do bem-estar -, desviando, portanto, do conceito de inconsciente e da teoria da sexualidade. O caminho a seguir consistia em “demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala”. (LACAN, 1953, p.238). Com isso, o retorno, como colocado por Lacan, se trata de demonstrar o que a psicanálise *não é* e recolocar seu sentido primeiro. Busca reconduzir a experiência psicanalítica à dimensão da linguagem e da fala.

A circunscrição de tal feito perpassa a necessidade de localizar o contexto temporal das enunciações de perguntas e respostas, a fim de avaliar o caráter ultrapassado ou não das questões levantadas. Como vimos, da significação *a posteriori* que, de Saussure a Jakobson e a Lacan, levará este último a falar sobre a contribuição para a compreensão psíquica do sujeito do inconsciente, a partir de uma cronologia temporal e o efeito lógico sobre um corte entre dois tempos, em busca de

inscrever temporalmente o desejo. O sentido de Freud ao qual se retorna, portanto, é aquele que a todos pode ser dito: sua descoberta questiona a verdade “e não há ninguém que não seja pessoalmente afetado pela verdade” (LACAN, 1998, p.406).

Faz-se pertinente para o enriquecimento do debate ao qual este trabalho se propõe, firmar qual é o lugar da verdade em Lacan. A partir do momento em que a psicanálise se ocupa do ser humano, tem implicações sobre os limites do saber. O psicanalista afirma a inapreensibilidade da verdade frente ao saber: tendo o sujeito, o Real, o lugar do impossível, como uma de suas ordens da existência, há sempre aquilo que é insimbolizável em palavras, o eterno recalcado de ordem inconsciente. Portanto, o saber enquanto algo produzido conscientemente, ainda que o possa ser tido de maneira inconsciente, jamais será capaz de exprimir o lugar da verdade.

Essa verdade, a qual Lacan coloca que a descoberta freudiana questiona, traz Quinet (2003), trata-se do Nome-do-Pai – como será nomeada por Lacan a “instância simbólica da lei e a castração” (p.21) a quais todos são submetidos – e não pode mais ser calada. Ainda, afirma o lugar da verdade demonstrando a “verificação conceitual, clínica e ética” do inconsciente.

Neste ponto, justificamos termos começado a discussão deste capítulo falando sobre conceitos teóricos a partir da práxis, ou seja, porque logo de início dissemos que é da ordem da transferência a sustentação entre a prática fundada por Freud e o inconsciente, e seguimos trazendo transferência, queixa e sintoma analítico, sujeito do suposto saber, Outro como lugar e a posição do analista. O fizemos pela discussão que iniciamos ao final do capítulo anterior, de investigação inconsciente, ou melhor, da estruturação do inconsciente tal qual a de uma linguagem, e é a própria investigação desse objeto – o objeto da psicanálise – que é realizada na clínica.

Nos questionemos, por conseguinte, como essa justificativa aparece nesse aposto sobre a verdade em Lacan. Pois bem, como já havia comunicado-nos em seu texto “*Intervenção sobre a transferência*” (1951/1998), o psicanalista francês anuncia a “psicanálise como uma experiência dialética” e que “essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência” (p.215). Depreendemos daí, duas noções que não possuem ordenação hierárquica em sua enunciação. Uma, de que há uma diferença entre a realidade e a verdade, que nos leva ao motivo pelo qual extrapolamos nosso recorte de debate, no capítulo que nomeamos entre Saussure e Lacan, ao abordar o RSI para localizarmos a emergência do sujeito. A outra, de que, ao tomar a psicanálise como uma *experiência dialética*, tomamo-la como pertencente a uma ordem externa a da racionalização, ou seja, de um saber. Ela é, antes de tudo, uma *experiência* e, portanto, não

ocorre sem a presença de um outro – este, por sua vez, entendido aqui como o analista - que o conduz, fato que o faz pois ele mesmo [o analista] já passou por esta experiência; e é a transferência que faz a necessidade do analista, pois é quando ele lhe serve de suporte que é permitido ao sujeito [conduzido] a experiência psicanalítica.

No que diz respeito a *dialética* da experiência, ela é dada à medida que a psicanálise deve incidir no Real a partir do Simbólico – aspecto que pode ser inferido pelo que falamos a partir de Michele Roman-Faria em *Do significante da falta à falta de significante* – e que, tendo nesse processo dialético, as inversões, tomamo-las como reposicionamentos do sujeito no Real e, com isso, a verdade é tangida. Caso ainda não seja possível vislumbrar a escolha da exposição que fizemos a partir do texto de Quinet (2000), explicamos que é por ser a partir dessas *inversões dialéticas*, como nomeia Lacan na análise que faz do caso Dora de Freud no texto de 1951 que estamos citando aqui, que é permitida a transformação da queixa em sintoma analítico, ou seja, tornar a queixa analisável. É a isso que se presta as entrevistas preliminares – momento em que, a partir da transferência é dada a suposição de um *suposto saber* no analista – sobre a verdade do seu sintoma -, o sujeito toma a subjetividade do analista correlata ao saber sobre a verdade do sujeito como efeito constituinte, configurando a transferência como o “espaço operatório onde o paciente pode ser convocado à investigação de seu próprio inconsciente e, (...) confrontado com a questão de seu desejo” (DOR, 1989, p.12), que já havíamos enunciado ao início do capítulo.

Mais ainda, a relação que é estabelecida entre as inversões dialéticas, a verdade e o sujeito trata “de uma escansão das estruturas em que, para o sujeito, a verdade se transmuta, e que não tocam apenas em sua compreensão das coisas, mas em sua própria posição como sujeito da qual seus “objetos” são função” (LACAN, 1951/1998, p. 217). Ou seja, só é possível que o sujeito entenda algo como objeto à medida que a mudança da posição do sujeito, faz com que mude a posição sob a qual este vê o objeto, e retorne a si, configurando a inversão. A questão da transferência como trouxemos agora, na discussão de 1951, também nos serve ao entendimento do retorno à Freud pela localização do que a psicanálise *não* é.

Assim, como é proferido por Lacan, “se Freud não trouxe outra coisa ao conhecimento do homem senão a verdade de que existe o verdadeiro, não há descoberta freudiana” (1956, p.408). Descoberta essa que fala e o faz onde menos é de se esperar, ali onde sofre. A fala, por sua vez, não existe senão de linguagem e esta diz de uma ordem formada por leis. Dentro dessa ordem,

relacionam-se redes de significado e significante e é nesta distinção que o trabalho do analista se insere.

A rede do significante é sincrônica, isto é, o material da linguagem estruturado a partir da diferença entre os elementos que configuram seu emprego correto. A rede do significado é diacrônica, reage historicamente e é estruturada pela rede do significante. Nela, o que prepondera é a unidade de significação, a partir da qual uma coisa se relaciona a outra, ou seja, a partir da captação das coisas que é global. Nessa dinâmica cabe ao significante o papel de sustentar a coerência teórica do conjunto como conjunto, e essas bases diferenciam a linguagem do signo. Há, então, uma prevalência da função simbólica na ordem humana, que se coloca desde Freud em “Wo Es war soll Ich werden”, ou, “ali onde isso era, é meu dever que eu venha a ser” – “fórmula em que a estruturação significante mostra com clareza sua preferência” (1956, p.418), como nos traz Lacan. Nesta frase marca-se o lugar de emergência do sujeito e não do eu, como na tradução da forma que língua inglesa não consegue evitar<sup>19</sup>.

É nesse contexto, da dimensão sincrônica, que se insere o escopo estruturalista na linguística. Como aponta Saussure, o estudo da língua não pode ser sintetizado na perspectiva histórica, diacrônica. O processo de significação não é dado através desse caráter, mas se faz dependente do sistema da língua que, por sua vez, possui leis (DOR, 1989, p.26), e a dinâmica sincrônica revela novas propriedades no campo linguístico.

Quando Lacan desloca tal estratégia estruturalista para a psicanálise, promove um novo modo de se pensar uma mutação epistemológica decisiva à altura de elucidações metapsicológicas. Como nos traz em *Função e campo da fala e da linguagem* (1953/1998):

(...) o sonho tem a estrutura de uma frase, ou melhor, atendo-nos à sua letra, de um rébus, isto é, de uma escrita da qual o sonho da criança representaria a ideografia primordial, e que reproduz no adulto o emprego fonético e simbólico, simultaneamente, dos elementos significantes (...). (p.268).

Assim, advinda da *Traumdeutung* freudiana, há uma linha inteligível, que funciona tal qual a linguística, por meio da qual o sujeito modula seu discurso onírico e é sob esta mesma insígnia que se colocam as formações inconscientes. Ainda na mesma conferência, o autor nos diz (p.269):

---

<sup>19</sup> Lacan nos traz essa tradução inglesa, criticando o caminho de desvio da toeira freudiana em “*A coisa freudiana ou a razão desde Freud*”: “Where the id was, there the ego shall be”.

Quanto à psicopatologia da vida cotidiana, outro campo consagrado por uma outra obra de Freud, está claro que todo ato falho é um discurso bem-sucedido, ou até formulado com graça, e que, no lapso, é a mordação que gira em torno da fala, e justamente pelo quadrante necessário para que um bom entendedor encontre ali a sua meia palavra.

Ao se referir a *Interpretação dos Sonhos* (1900) freudiana, portanto, Lacan retifica que a questão central que ali se passa é a letra em seus empregos e texturas, pois as imagens oníricas assumem valor de significante e, por conseguinte, nada têm a ver com o significado – primazia do primeiro sobre o segundo que verificamos na explicação da subversão do signo linguístico saussuriano feita pelo psicanalista. Ferreira (2002) dirá ainda que, se é na letra que o emprego do significante é encontrado, dado que esta é tida como materialidade e, assim, serve de suporte material do discurso, já estava presente em Freud tanto a lógica significante, ou seja, havia a valorização das leis a linguagem, quanto a letra já podia ser tomada como um hieróglifo.

Verifica-se, portanto, que a importância dada à *estrutura* por Lacan se faz na medida que remete à estrutura da linguagem e que há uma analogia entre esta e a dinâmica inconsciente (DOR, 1989, p.27). Inicialmente, pela relação que deve existir entre a estrutura da linguagem e o inconsciente; seguido por pertencer a linguagem a capacidade de ocasionar o inconsciente onde ele se exprime. Ou seja, como destacado por Saussure, a distinção entre significado e significante e a discriminação dos dois eixos da linguagem – o da fala, sintagmático, das combinações; e o da linguagem, paradigmático, das escolhas.

Em *O seminário sobre “A carta roubada”* (1955/1998), Jacques Lacan nos diz que, com isso, Freud situa a noção da existência da repetição ou reminiscência – a partir da constatação do automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*) reafirma sua descoberta, o inconsciente, a partir de sua memória implicada. Esta permite que o sujeito retome sua problemática a cada generalização que é feita em uma reorganização ocasionada por um fato novo que se exprima: o desejo de reencontrar o “objeto fundamentalmente perdido” (LACAN, 1998, p.50), trazido pelo pai da psicanálise em 1895 no *Entwurf einer Psychologie* – o projeto predecessor do inconsciente. Nesse momento, Freud, “ao arrebatado do agente humano identificado à consciência a necessidade incluída nessa repetição”, nos diz o psicanalista, traz uma repetição simbólica que, por sua vez, desloca a ordem do símbolo de constituída para constituinte do homem. Ainda, é justamente por não se deixar levar por sua revelação que ele convoca, a partir de sua experiência, o que chamará de pulsão de morte - aquilo que governa para além da vida.

O jogo com que a criança se exercita em fazer desaparecer de sua vista, para nela reintroduzir e depois tornar a obliterar um objeto, aliás indiferente por sua natureza, mas

que modula essa alternância com sílabas distintivas, essa brincadeira, diríamos, esse jogo manifesta em seus traços radicais a determinação que o animal humano recebe da ordem simbólica (LACAN, 1998, p.51)

Lacan retoma o exemplo da brincadeira Fort-da, observada por Freud em seu neto, como registro da ordem simbólica constituinte do humano e como este, organizado estruturalmente, faz com que termos antagônicos – presença e ausência – sejam convocados mutuamente entre si e, em sua conjunção, dada no ponto zero do desejo, que o objeto humano se sujeita à condição de símbolo. O que foi descoberto a partir da observação do Fort-da diz de como a criança obtém prazer com a descoberta de controle sobre a ausência do objeto. Freud (1920/2010) relaciona esse jogo a abdicação da satisfação pulsional, uma vez que a função que passa a operar é a simbolização, ou seja, agora a criança encena simbolicamente a presença na ausência.

Diacronicamente, temos as leis da linguagem concretizadas numa determinada língua. Sincronicamente, temos o jogo do carretel, seguido de duas palavras, indicando a aquisição pelo sujeito do par opositivo de fonemas que recebe de sua língua materna. É a assimilação da estrutura sincrônica que indica a integração do sujeito na diacronia.

É na alternância de presença e ausência que temos a constituição de traços que, para Lacan, são o rastro de um nada em torno do qual se engendra o sentido. É no uso de uma língua que se abre para o sujeito a possibilidade de múltiplas substituições e combinações, que irão determinar o seu destino e revelar, em uma análise, a sua posição na fantasia. (FERREIRA, 2002, p.118).

Com essas colocações, voltando-nos a linguagem, é possível observar a partir da ilustração anterior, a sustentação que a linguagem enquanto ordem de entrada e estruturação do indivíduo impõe: o primado do significante sobre o significado em ambos seus eixos – diacrônico e sincrônico. A partir de um jogo de par ou ímpar, ou a simples conotação (+) ou (-) da alternativa fundamental entre presença e ausência que se apresenta no Fort-da, Lacan nos mostra a forma pela qual as determinações simbólicas de um sujeito se distribuem aleatoriamente e retornam. É a partir da formação de uma simbolização primordial, dada pelo paradigma da oposição significante, que é possível localizar claramente a relação intrínseca entre memória e lei; ao mesmo tempo em que se dificulta a localização da determinação simbólica, de uma subjetividade primordial. Esta, por sua vez, vemos que não se origina na realidade, mas de um conjunto de regras que determinam as diferentes possibilidades de associação delineada pela marca significante.

A sobredeterminação significante nos dada por Freud em *O Homem dos Ratos* (1909) - quando o estabelecimento do sintoma ocorre por conta da encruzilhada entre articulações significantes oferecida pelo termo *Ratten/Raten* – portanto, pousa sobre essa determinação

simbólica (QUINET, 2000). Ademais, é neste contexto de autonomia do simbólico que os lapsos em associação livre em psicanálise entre teoria e prática são liberados<sup>20</sup> e que um psicanalista assimila a persistência indestrutível do desejo inconsciente, ou seja, por meio da conservação das exigências da cadeia simbólica (LACAN, 1998).

É aqui que temos um cerne do Retorno à Freud, a partir do não ceder a sua própria originalidade, como nos diz Lacan (1998): a insistência, trazida em *Para-além do princípio do prazer*, quando conceitua a pulsão de morte acima por nós citada, do automatismo de repetição enunciando a estrutura da determinação. A matéria movimentada por esta está num lugar outro, além de qualquer organização cerebral fisiológica, o automatismo é dito por Lacan como motivado por algo pré-vital e transbiológico. Retomemos, também, o início do seminário de 1955 do psicanalista onde nos enuncia que o princípio desse automatismo é retirado da insistência da cadeia significante. A partir dessa insistência e da descoberta freudiana somos capazes de situar o sujeito do inconsciente em seu lugar excêntrico (*ex-sistente*), trazendo como a apreensão do *simbólico* é feita a partir do imaginário. Podemos, então, retornar ao *inconsciente estruturado como linguagem* pois se a ordem simbólica é pensada pelo homem é, antes de tudo, por estar “aprisionado nela em seu ser” (p.57).

Isto vimos desde Saussure, tanto a repetição quanto o aprisionamento, pela própria condição que o autor nos traz da relação entre a língua e a linguagem. A língua é um conjunto adquirido, convencionado, acordado e utilizado socialmente – um produto da linguagem. Esta, corresponde a um conjunto multiforme e heteróclito, pertencente, simultaneamente, aos domínios físico, fisiológico e psíquicos. A linguagem, portanto, como um sistema articulado para o qual é conferida a permissão para a produção da significação e, conseqüentemente, para que esta, por meio da língua, introduza infindáveis possibilidades de significado.

Contudo, relembremos que o signo linguístico é definido a partir de seu estatuto de radicalidade de ser definido apenas pela relação com outro. Nisto falamos sobre o caráter diferencial intrínseco ao signo no qual encontramos o insimbolizável – um vazio de auto

---

<sup>20</sup> Aqui o autor refere-se a prática da psicanálise freudiana e os desvios sofridos: diferença de uma relação entre autonomia do simbólico e a determinação simbólica e suas leis, e a relação da autonomia do simbólico com “pressupostos escolásticos de uma inércia imaginária que a sustentam no associacionismo filosófico ou pseudotal, antes de se pretender experimental. Por terem abandonado seu exame, os psicanalistas aí encontram um atrativo a mais para a confusão psicologizante em que recaem incessantemente, alguns de maneira deliberada” (LACAN, 1998, p.56-57)

significação que nos volta para o furo daquilo que não pode ser significado. Assim, aprisionamento pela língua, que tem a fala como sua materialidade, ser um produto da linguagem; e repetição pelo vazio da auto significação. Trazer a significação aqui também nos permite fundamentar o porquê falamos do campo do Outro como o lugar do inconsciente, pois esse conceito nos orienta em sentido e incompletude como aspectos decorrentes da estrutura da própria linguagem. Sobre a repetição, ainda, também já trouxemo-la em nossa explanação sobre Freud retomando a fala do autor sobre a intensidade com a qual a repressão age que a leva a tentar repetir sua tentativa primeira, por meio da qual se instaurou.

Retornando, quando dissemos sobre a apreensão simbólica pela via imaginária e do sujeito estar nesse lugar excêntrico, estamos nos referindo a dialética da intersubjetividade. A formação da consciência sobre si se dá em um lugar pré-ontológico específico, entre um ser e não-ser, que o sujeito estabelece com seu semelhante que ele é capaz de adentrar a ordem simbólica. Faz-se necessário marcar que essa entrada só é viabilizada ao passo que há um desfilamento radical da fala, pois este é o momento no qual o sujeito reproduz a ideia do Outro absoluto, como aquele capaz de anulá-lo e enganá-lo a partir de sua posição de objeto. No final das contas, é isso que se evidencia no jogo do carretel que trouxemos há pouco, o Fort-da do neto de Freud. Na brincadeira entre a presença e ausência com a intenção de obliterar o objeto, manifestada pela alternância de sílabas, já nos apontara Lacan que temos os indícios da estrutura de determinação, advinda da ordem simbólica, que o animal humano recebe.

Na história de Edgar Allan Poe, “*A Carta Roubada*”, o detetive Dupin é informado pelo Inspetor de Polícia que uma carta da maior importância fora roubada no toucador real. O policial sabe quem roubou e precisamente quando o fez, mas está impossibilitado de acusar o culpado. Apesar de minuciosas buscas feitas no domicílio do ladrão, o Inspetor não encontrara a carta, cuja recuperação é importantíssima, pois o ladrão pode vir a pressionar o membro da família real de quem a roubou. Solicita, portanto, o auxílio de Dupin. Algumas semanas mais tarde, este restitui a carta ao Inspetor e explica ao narrador como alguns princípios singelos lhe permitiram encontrar a carta.

O conto esclarece a partir de seu lugar ficcional - que, diga-se de passagem, seria inviabilizado se não fosse pela mesma condição que esclarece - é a determinação fundamental dada ao sujeito pelo percurso do significante, ou seja, a constatação da ordem simbólica como constituinte para o sujeito. A determinação simbólica, portanto, não pode ser tomada ao acaso. Na

obra, a ilustração é feita a partir de duas cenas: a primeira, chamada cena primitiva e a segunda, que nada mais seria do que sua repetição em ordem cronológica. Na primeira, a Rainha recebe uma carta cujo conteúdo pode pôr em risco sua honra e segurança, sente-se embaraçada por lê-la na presença do Rei e tal reação é notada pelo ministro D., que roubará a carta, deixando uma semelhante em seu lugar. A Rainha, ao se dar conta, saberá o autor do crime. A segunda cena, se passa no gabinete do ministro, por meio de um relato feito pelo Inspetor de Polícia a Dupin, quando este vê a carta e organiza-se para roubá-la no dia seguinte, repetindo a mesma atitude do ministro ao roubá-la da Rainha – substituindo-a por seu *semblante*.

A repetição de cena que acima tratamos é quanto a ação sob a qual a carta é roubada e a semelhança é dada por uma intersubjetividade presente no motivo dessa atitude, bem como nos três termos sob o qual é estruturada. Termos estes que são correspondentes a “três tempos lógicos pelos quais a decisão se precipita, e aos três lugares que ela atribui aos sujeitos, os quais ela desempata” (LACAN, 1998, p. 17). A decisão ocorre no momento de um olhar que pressupõe dois outros, assim sendo (1) um olhar que nada vê, o Rei, (2) um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta, a Rainha e o Ministro, e (3) o olhar que vê que os dois olhares anteriores mantêm descoberto o que deveria estar escondido, para que disso qualquer um se apodere, o Ministro e Dupin (AIRES, 2009). É aqui, nesse modelo intersubjetivo que a ação se repete, que vemos e se confirma o automatismo de repetição no sentido que Freud nos traz: o deslocamento dos sujeitos em revezamento ao longo da repetição intersubjetiva e o lugar que o significante puro, tomado como a carta, determina nesse deslocamento a partir de como este está presente nos três tempos.

Antes de iniciar a análise do conto, Lacan nos questiona se o próprio interesse na narrativa tomada como exemplo não estaria em outro lugar, tendo em vista que o crime da história, bem como as artimanhas utilizadas pelas personagens, é desvelado tão logo se apresenta. O que, então nos cativa neste suspense policial? Quem sabe a própria ideia de que o enredo nos conta de sucessivos enganos e que isso possa nos gerar prazer. Aqui encontramos em forma análoga a consideração trazida anteriormente sobre a relação de transferência que há na análise, na qual o analista ocupa um lugar de Outro, um lugar de inconsciente. Ainda, é ali o lugar da verdade que se faz presente a partir da obra ficcional, reafirmando o interesse em tomar a escrita de Poe para nos ilustrar vias de prazer promovidas pelo significante, a partir de sua determinação primordial.

O caráter verossímil que é encontrado entre a verdade e a ficção ilustra-se nas próprias cenas, de modo que uma se sustenta e promove o interesse a partir da outra: a construção de cada uma a partir de um diálogo distinto nos permite reconhecer que é na propriedade do discurso que encontraremos o entusiasmo que acima questionamos sobre o que nos cativa no conto. Os diálogos aos quais estamos nos referindo tratam-se daquele estabelecido entre o Inspetor de Polícia e Dupin, e o modo pelo qual este diálogo nos chega, ou seja, a partir de uma narração feita por um amigo próximo de Dupin, do relato que o Inspetor conta a Dupin sobre o que contara-lhe a Rainha.

Na dinâmica intersubjetiva da repetição da troca da carta por seu *semblante*, localizamos uma sustentação de ordem simbólica – a retransmissão da mensagem sobre aquilo que desconhecemos nos remete à linguagem.

(...) a relação indireta decanta a dimensão da linguagem, e o narrador geral, ao reproduzi-la, nada lhe acrescentaria “hipoteticamente”. Mas, no que diz respeito a seu ofício no segundo diálogo, a coisa é totalmente diferente. Pois, este vem opor-se ao primeiro como os polos que distinguimos alhures na linguagem, e que se opõem como a palavra à fala”. (LACAN, 1955/1998, p. 21-22)

No capítulo anterior, no qual inauguramos o significante em Saussure, já pressentimos essa ordem, porém lá pensamos a relação entre palavra e fala, a partir da língua e da fala e do efeito de significação – associação entre o significado e o significante. Quando trouxemos a dualidade da linguagem que é sustentada pelo autor a partir das definições dos termos que agora citamos, deparamo-nos com a incompletude da língua a partir do registro passivo que o falante faz dela, visto que aquele que a registra não se dá conta de como o fez ou como a própria a língua se estrutura; e a fala como o dispositivo de exploração do estatuto concreto da língua, ou seja, da concretude da língua que é dada a partir do falante. A língua, portanto, como o objeto de Saussure para a sistematização linguística, nos leva ao efeito da significação enquanto o modo com o qual o indivíduo utiliza a língua, sob a subordinação da estruturação ao signo linguístico<sup>21</sup> que, ao estabelecer uma associação arbitrária entre seus componentes, confere ao caráter da arbitrariedade do signo, a capacidade de desatar um pensamento intuitivo das atribuições entre significante e significado. A partir desta colocação vamos ao encontro de uma argumentação que aloca a

---

<sup>21</sup> Discussão sobre signo linguístico e significação em Saussure, vide páginas 14 a 16.

associação não como um movimento natural ou escolhido pelo indivíduo<sup>22</sup>, mas como o resultado de um sistema linguístico que obedece a uma regulação própria.

Estendemo-nos ainda na retomada de parte do trabalho já exposto. A reincidência do roubo da mensagem a partir do diálogo intersubjetivo e, assim, de uma repetição de discurso, nos leva de volta à manifestação sintomal do recalque: a intensidade com a qual o recalque primário incide é tamanha que há o objetivo de repetir sua tentativa. Ademais, em uma tentativa de esclarecimento do por que elencamos termos avulsos ao início deste capítulo e que nada pareciam ter relação com o debate a que estamos nos propondo, o do significante, retomamos também o entendimento de que o recalque é um mecanismo constitutivo decorrente da estruturação do inconsciente como linguagem, que promove a repetição de um sintoma tal qual a do discurso, bem como o processo sob o qual um sintoma torna-se analítico – a partir do endereçamento ao Outro, lugar ocupado pelo analista na prática clínica, que permitirá a decifração do inconsciente. Lembremos que a partir do momento em que a comunicação entre nós ocorre perpassada por tudo que aqui tratamos – linguagem, sujeito do inconsciente, repetição – não haveria outra alternativa que não a de que ela ocorra em ordenação lógica e retroativa.

Isso posto, a que nos a verdade a qual estamos nos referindo com frequência na exposição do seminário sobre “*A carta roubada*”? Nos servimos deste debate justamente pelo que mostramos na citação anterior e na retomada de Saussure: a relação de oposição entre a palavra e a fala, ou como nos referimos ao tratar do linguista, da língua à fala, como representante da passagem entre o campo da exatidão para o registro da verdade. Com isso nos é permitido situar a própria fundação da intersubjetividade que também vínhamos nos referindo ao ilustrar o automatismo de repetição no conto. Afinal, onde localiza-se esse registro (da verdade)? Lacan nos dirá – “situa-se ali onde o sujeito nada pode captar senão a própria subjetividade que constitui um Outro como absoluto”. Lembramo-nos, por conseguinte, do âmbito prático da teoria psicanalítica que conceituamos anteriormente, no qual o sujeito pressupõe em seu analista um *suposto saber* e toma a subjetividade do analista como correlata ao saber sobre a verdade do sujeito como efeito constituinte.

Para ilustrar a situação que trouxemos acima, o psicanalista nos lembra de um diálogo entre judeus no qual é possível observar a relação do significante com a fala: “por que mentes para mim,

---

<sup>22</sup> Retomamos que o uso do termo *indivíduo* circunscreve-se na escolha de Saussure da língua como seu objeto, não o falante. Este ponto colocamos na página 17, localizando um ponto de passagem do *indivíduo* ao *sujeito*, que será feita por Lacan.

por que mentes para mim, dizendo-me que vais a Cracóvia, para que eu creia que estás indo a Lemberg, quando, na realidade, é a Cracóvia que vais?” (1956/1998, p.22). Entende-se que aí é representada a ideia de um truque do qual Poe faz uso na tentativa de enganar seus leitores, tal qual o Ministro e os buscadores da epístola. Truque, este, que é dito por Lacan como fingir que se finge. A interrogação sobre qual a verdadeira estratégia de Dupin para além dos truques que nos envolvem, enquanto leitores, no conto; é da ordem da resposta do significante àquele que o interroga, para além de todas as significações: “Come teu Dasein”. A partir do encontro no qual Dupin entrega a carta ao Inspetor de Polícia há a redução do significante – lembremos que nomeamos a carta como o significante puro -, é que vê-se o audaz reduzido “à condição de cegueira imbecil em que mergulha o homem diante das letras de muralha que ditam seu destino” (LACAN, 1956/1998, p.45), pois considerando que a mensagem da carta enviada pelo Ministro a Rainha, que estava escrita ao avesso, só poderia ser lida por ela, comportava um lugar de cegueira.

Lacan nos dirá que esse efeito é uma última manifestação atual da primazia do significante sobre o sujeito, porque nada resta do significante além de responder à própria pergunta que lhe foi endereçada – e foi esta mesma que é direcionada a Dupin no encontro no lugar marcado pela cegueira. Causa-lhe uma raiva de natureza feminina, como nomeia o autor, pela analogia de que damas se incomodam ao terem seus princípios questionados, já que “seus atrativos devem muito ao mistério significante” (1956/1998, p.44). Assim, quando é feita a pergunta do que precipita do significante [carta] a partir da invalidação que sofre quando é retirado das mãos do Ministro e, portanto, não possui mais seu alicerce da mensagem da Rainha, Dupin nos revela “a face de Medusa” desse significante que não pôde ser lido – ao contrário – por ninguém além da Rainha. Além disso, apenas amor ou ódio poderiam ser produtos gerado pelas provocações da Rainha como convocação que fez o homem deparar-se com a muralha de letras.

Nessa díade, as possibilidades lançadas são a da entrega total pela cegueira do amor, e a suspeita ocasionada pela lucidez do ódio. Porém, sob a análise de que era um jogo intersubjetivo que estava estabelecido nos roubos da carta e as dinâmicas de poder decorrentes da situação, se Dupin prestasse-se a corresponder ao jogador que se apresenta sendo, interrogar-se-ia sobre seu jogo e retirar-se-ia antes de revelar seu jogo, evitando a vergonha. Com isso, tornamo-nos ao que é desvelado por meio da interrogação sobre a verdadeira estratégia de Dupin: sua verdade. Como a própria personagem de Poe nos conta ao início da narrativa, “todo ponto que demanda reflexão oferece-se mais favoravelmente ao exame na obscuridade” e aí, sinaliza-nos Lacan, tem-se o modo

pelo qual podemos ler a solução que, por sua vez, já estava contida no próprio título, a partir da mesma fórmula que a história foi submetida em análise:

Da comunicação intersubjetiva, na qual o emissor, como lhes dissemos, recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida. Assim, o que quer dizer “a carta roubada” ou “não retirada”, [*lettre em souffrance*], é que uma carta sempre chega a seu destino. (LACAN, 1956/1998, p.45).

Portanto, podemos evidenciar no conto de Poe o signo e a estrutura do inconsciente tal qual uma linguagem e, para que comecemos nossa explanação, lembremos que não se pode tomar a determinação simbólica como efeito do acaso. É esta afirmação que Lacan nos traz por meio de um raciocínio contestatório sob o qual aborda a questão do valor no seminário sobre a carta, para falar do signo.

Antes de iniciarmos essa discussão, façamos um adendo sobre o próprio termo que estamos tomando como significante puro em nossa explicação e o porquê. Na língua francesa, as palavras *carta* e *letra* apresentam-se como homônimos perfeitos, de modo que possuem a mesma grafia e pronúncia, *lettre*. Quando falamos sobre as artimanhas de Dupin, que a própria personagem nos apresenta no conto, entende-se que ele visa estabelecer uma relação de testemunho que garante nossa fidelidade e garante sua vontade última, de modo que nos mantemos às cegas de seu testemunho – tendo a própria erudição como recurso de sua trapaça sobre nós leitores. Afinal, “que há de mais convincente, por outro lado, que o gesto de mostrar as cartas na mesa?” (LACAN, 1998, p.22). Retiramos, então, que é a partir disso que dimensionamos a supremacia exposta na fórmula S/s.

Depois de um lance ganho ou perdido por mim, diz-nos em essência o menino, sei que, se meu adversário for um simplório, sua esperteza não irá além de mudar de jogada em sua aposta, porém, se ele for um pouquinho mais esperto, ocorrer-lhe á a ideia de que é contra isso que estarei me prevenindo, e de que, portanto, será conveniente ele fazer a mesma jogada. (LACAN, 1998, p.62)

Essa é a tática do detetive, tal qual nos conta Poe ao descrever sobre o menino prodígio que ganhava de todos seus oponentes no jogo de par ou ímpar. Dupin, ao fim do relato a seu amigo sobre o evento com garotinho de oito anos que ocorre a partir do funcionamento que acabamos de mostrar-lhes na citação acima, questiona-o “esse sistema de raciocínio de nosso colegial, que seus companheiros chamavam de sorte, o que era, em última análise?” (POE, 1981, p.6). Seu amigo responderá que o que se passa na situação do jogo e no raciocínio do garoto é da ordem de uma

identificação do intelecto do garoto com o de seu adversário e, ainda, que ela depende da exatidão com que o intelecto deste último é medido. Marquemos que esse relato se faz tal qual a caracterização que vínhamos fazendo do significante e do sino linguístico, a da diferença; de definir-se em relação a um outro elemento que compõe a cadeia a significante e no qual apenas tem sua identidade a partir do momento que é aquilo que o outro não é.

A partir disso, Dupin revela o modo pelo qual a polícia, o delegado e sua corte, tanto se enganam na busca pelo objeto perdido – pela falha na identificação que acabamos de descrever ao retomar o raciocínio do garoto no par ou ímpar, e, por conseguinte, por uma falta de estima da inteligência daqueles com quem se relacionam. “Consideram engenhosas apenas as suas próprias ideias e, ao procurar alguma coisa que se ache escondida, não pensam senão nos meios que eles próprios teriam empregado para escondê-la” (POE, 1981, p.7).

É por essa razão, de demonstrar-nos como diferencia-se uma relação dual na qual está envolvida a projeção e uma verdadeira intersubjetividade, que Lacan decide-se por utilizar o conto que é tema do seminário. Porém, ainda que diga que Dupin opera tal qual o garoto, ele “não consegue atingir o primeiro plano de sua elaboração mental, isto é, a noção da alternância intersubjetiva, sem topar com o empecilho de seu retorno” (LACAN, 1998, p. 22-23). O motivo pelo qual isso ocorre é pela necessidade de que seja apreendido no raciocínio do colegial, onde encontra-se a armadilha: é no momento do jogo que o sujeito é interrogado e oferece uma resposta dizendo se julga, em aceção de adivinhar, par ou ímpar os objetos que seu adversário esconde. Por isso, o menino responde a Dupin:

Quando quero saber até que ponto alguém é inteligente, estúpido, bom ou mau, ou quais são os seus pensamentos no momento, modelo a expressão de meu rosto, tão exatamente quanto possível, de acordo com a expressão da referida pessoa e, depois, espero para ver quais os sentimentos ou pensamentos que surgem em meu cérebro ou em meu coração, para combinar ou corresponder à expressão. (POE, 1981, p.7)

Assim, é à uma consideração sobre a intelectualidade de seu adversário que o menino se remeta para ser vitorioso em suas jogadas. E é precisamente aí que vemos a identificação imaginária tal qual aquela que falamos ao citar a dialética intersubjetiva envolvida no jogo de par ou ímpar, no jogo de carretel, e na entrada do sujeito na ordem simbólica. Contudo, o que aconteceria caso o adversário do garoto reconhecesse sua própria inteligência e a utilizasse de modo a fingir não a possuir para que ganhasse o embate? Bom, sob essa possibilidade verificaríamos uma infundável repetição do raciocínio e, exceto pelo caso de uma imbecilidade pura, dirá Lacan, na

qual o modo de pensar o jogo seria essencialmente objetivo, nada haveria por ser feito pelo garoto a não ser inverter sua posição e retornar a ela, pois seria ele tomado por seu adversário como sendo o de pouca intelectualidade que fundamenta-se objetivamente em sua escolha, algo que ele de fato o faz, ou seja, é verdade que o menino é o sujeito que objetiva seu adversário. Como consequência, “ei-lo tolhido com aquele impasse que toda intersubjetividade dual comporta, o de ficar sem recursos contra um Outro absoluto” (LACAN, 1998, p.63).

Estaria, por isso que acabamos de lhes dizer, a via puramente imaginária da identificação, pela qual o menino fundamenta seu jogo, fadada ao fracasso? Sim, pois ela exclui seu próprio produto, ou seja, o processo simbólico advindo da identificação não com o jogador, mas com seu raciocínio, articulação que ela mesma promove. Assim é que comprava-se o que havíamos dito ao tratar do automatismo de repetição como aquele que enuncia a estrutura da determinação e como ele é retirado da insistência da cadeia significante – aquilo que ele movimenta é motivado por algo pré-vital e transbiológico. O raciocínio de cada jogador para elaborar sua tática é ordenado além dessa relação dual comportada pela intersubjetividade, de modo que não há uma lei que garanta o funcionamento sucessivo dos lances dentro do jogo. Contudo, é também verdade que, caso essa situação repita-se uma quantidade razoável de vezes, seria possível reconhecer um determinado modo de jogo que assemelhar-se-ia a uma ordenação específica das sucessivas jogadas, permitindo ao adversário ganhar todas as vezes. E é justamente isso que permite que Lacan nos diga da existência do inconsciente tal qual Freud havia nos contado.

É claro que a situação que acabamos de descrever é de natureza paradoxal, mas é justamente por comporta-se de tal maneira que concebe-se os efeitos do significante na experiência humana, no lugar da determinação simbólica que extrapola a consciência. É por isso que dissemos que ela não poderia ser tomada como efeito do acaso. Isso ocorre pela própria caracterização intrínseca ao significante desde Saussure, a arbitrariedade com qual a escolha entre um conceito e uma imagem acústica, ou seja, um significado e um significante é feita; e como a ideia de valor se apoia nessa questão. O raciocínio do menino ao tomar sua estratégia para o jogo de par ou ímpar concatena àquilo que o linguista genebrino nos disse sobre os valores – “continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre ideia e som é radicalmente arbitrário” (SAUSSURE, 2006, p.132). A determinação simbólica que nos confirma e, por meio da escolha do conto em questão, ilustra-se a “dominação que afirmamos do significante sobre o sujeito” (LACAN, 1998, p.65).

O lugar que vínhamos tratando, aquele da hiância pré-ontológica que permite ao sujeito a entrada na ordem simbólica a partir da identificação imaginária, que nos indicia a própria sobredeterminação, no conto é vista na busca pela carta roubada. Tal qual no jogo do carretel, no qual tratava-se de um jogo de presença e ausência, a busca da polícia pela carta se deu *por toda parte* e a carta não fora encontrada *em parte alguma*.

(...) a polícia procurou por toda parte: o que caberia enten dermos - no que conceme ao campo em que a polícia presumia, não sem razão, que devesse encontrar-se a carta - no sentido de um esgotamento do espaço, teórico, sem dúvida, mas cuja tomada ao pé da letra constitui a graça da história, sendo-nos apresentado como tão exato o "esquadrinhamento" que rege a operação, que não permitiria, diz-se, "que um cinquentésimo de linha escapasse" à exploração dos investigadores. Estaríamos no direito, por conseguinte, de perguntar como a carta não foi encontrada em parte alguma, ou melhor, de observar que tudo o que nos dizem sobre a concepção da mais alta receptação não nos explica, a rigor, que a carta tenha escapado às buscas, já que o campo que estas esgotaram realmente a continha, como enfim comprovou a descoberta de Dupin. (LACAN, 1998, p.25).

Com isso, o psicanalista francês recorrerá a um vocábulo e língua inglesa para conferir à carta sua propriedade singular, a *nulubiedade*. Em inglês o termo é grafado *nullibicity* e corresponde a propriedade de não encontrar-se em lugar algum. A escolha de Lacan é precisa, pois é essa aproximação que permite a ele tomar a carta como o significante puro. O significante é, por si só, vazio. É singular e faz-se uma unidade justamente por ser único, pois – e o motivo pelo qual julgamos importante pontuar o lugar do termo *lettre* em francês – nada representa além de uma ausência. Portanto, “é por isso que não podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar *ou* não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles<sup>23</sup>, ela estará *e* não estará onde estiver, onde quer que vá” (LACAN, 1998, p.27).

Assim, a escolha de um lugar ficcional para abordar o que é o significante, algo que poderíamos caracterizar como uma ficção ao quadrado, corresponde àquilo do ser humano que é ligado a palavra, ou seja, sua determinação simbólica. É por meio dela que produz-se um real tão inescapável a qualquer calcula que abre espaço à imbecilidade realista de faze caber em uma determinada forma, anule o paradoxo. É isto que vemos na polícia retratada por Poe: ao não ser capaz de ler aquilo que está oculto por, curiosamente, estar à mesa, ela só busca a carta em

---

<sup>23</sup> Ao empregar o termo “deles”, Lacan refere-se a sua fala anterior: “quanto à carta/letra, quer a tomemos no sentido de elemento tipográfico, de epístola ou daquilo que faz o letrado, diremos que o que se diz deve ser entendido *à letra*, que há *uma carta* à espera de vocês com o carteiro, ou que vocês têm cartas/letras – mas nunca que haja *de la lettre* em alguma parte, não importando a que título ela lhes diga respeito, nem que seja para designar a correspondência de um atraso” 1998, p.27)

esconderijos habituais. Por isso, também, que falamos da práxis psicanalítica – caso um analista haja tal qual a polícia do conto, irremediavelmente afastar-se-á das condições nas quais a materialidade do significante é escutada.

O que Lacan nos revela sobre o truque de Poe, fingir que se finge, equivale a tomarmos a epístola como o não-tema de seu próprio conto, ou seja, não como correspondente a uma metáfora da letra – materialidade significativa -, mas como a letra mesma. Mais ainda, como uma mensagem *sobre* a carta-letra e não *da* carta-letra. Nisso há duas revelações: a uma escrita ainda mais rigorosa do que a enunciada pelo autor de *A carta roubada* e de como, na leitura feita pelo psicanalista, de nada tinha importância o conteúdo da carta em si, em sua dimensão ficcional – como já havíamos lhes dito. O que interessa a Lacan é o modo como Poe lança mão de uma escrita ficcional para falar sobre a própria verdade da letra, para que engane seu leitor com relação a essa verdade. Assim como no diálogo entre judeus que o psicanalista nos conta para introduzir o truque do escritor.

Voltemos ao que enunciamos que o texto escolhido como tema do seminário evidencia, o signo e a estrutura do inconsciente. Onde localizamos, portanto, a questão do valor do signo que nos demandou o espaço de um capítulo deste trabalho? Pois bem, na própria carta. A partir do caráter da radicalidade da diferença que está presente desde nossa discussão saussuriana sobre *signo* e *valor*, é possível compreendermos como o francês nos justifica a importância política da carta, ao transferir o valor do signo para ela, já que essa tem seu valor político imposto a partir de quem está em sua posse – a Rainha, Dupin ou Ministro. Nisto evidencia-se que além de ter seu valor imposto de fora, há também uma relação de poder implicada nas relações entre as personagens. Ademais, é pela intenção de Lacan, ao fazer uso do conto, de articular a *determinação simbólica* e *sujeito*; e pelo fato de que o sujeito falante se serve dos signos em sua totalidade, motivo pelo qual a discussão de valor é inserida no uso de todos os signos da língua, que justificamos nosso percurso de trabalho da Linguística de Saussure à psicanálise lacaniana e o motivo pelo qual trouxemos, por vezes, debates que se inserem posteriormente na obra do psicanalista e que não faziam parte do recorte por nós escolhido, como a necessidade de localizarmos o *porquê do sujeito*.

Ao final do conto, Dupin nos conta sobre uma situação anterior que ele teria vivido com o Ministro D.... Lembrando de uma peça que o ministro o teria pregado. À época, ele disse a D... que o feito não seria esquecido. A partir de tal lembrança, Dupin decide que deixar a carta *semblante* como o interior em branco seria uma ofensa, pois, “como sabia que ele iria sentir certa curiosidade sobre a identidade da pessoa que o sobrepujara em astúcia, [achou] que seria uma pena deixar de

dar-lhe um indício” (POE, 1981). Esse acontecimento nos leva ao próprio inconsciente como nos trouxe Freud e que Lacan retoma, ou seja, pela ordem do recalque. No conto ele pode ser representado pelo paradoxo do significante puro, a carta: a interpretação da experiência vivenciada entre Dupin e o Ministro, lugar que a própria personagem nos remete, é feita *a posteriori* do momento no qual ocorre o encadeamento de signos. Portanto, se dá a partir da lógica retroativa que obedece a um elemento externo que está para além do processo lógico em si. Em *A carta roubada* o processo lógico estabelece-se a partir das inferências que Dupin faz a respeito dos hábitos do ministro e a certeza de que o detetive estava na posse do que D... procurava veio a partir do momento em que ele se deu conta da experiência anterior que tinha vivenciado com o detetive, visto que este estava dando-lhe indícios, como enunciamos agora há pouco, e, também por meio tanto do reconhecimento da letra feminina que estava escrita sobre a carta e com as dobras refeitas, quanto da própria mensagem que estava escrita na carta semblante.

Como vimos, o francês denomina que o modo pelo qual significante e significado se relacional é por meio de uma barra definida pelo recalque, fazendo com o que o significante seja encontrado no inconsciente. Se no conto temos o significante carta/letra como aquele que abarca esse efeito que dissemos-lhes anteriormente, de que o conteúdo da carta em si de nada importa, mas sim quem tem sua posse, temo-lo como um “campo híbrido em que atua o político e o acontecimento” (TFOUNI et al., 2015, p. 41) e, portanto, movimenta-se em uma zona de diferenciação entre eles no qual não é encontrado sentido algum. A dimensão política é aquela na qual é oferecida ao sujeito uma troca equivalente, no conto, a carta semblante – esta, se tomada pelo viés discursivo, é via responsável pela produção de sentido que, por sua vez, ocasionará uma variação de posições-sujeito, de modo que ele poderá vir a identificar ou alienar-se. A dimensão do acontecimento, por sua vez, seria aquela que permite o tropeço, a mudança de sentido.

A sustentação do político advém justamente por ser quem possui a carta que determina seu valor, de modo que independente de seu conteúdo, estabelece-se um jogo a partir do conhecimento sobre o suposto significado da carta – aqui um suposto saber tal qual àquele que é colocado no analista em uma relação com seu paciente – e a importância desse fato funda-se apenas na escolha de o que é possível ser feito com o significante. Aqui temos uma metáfora de que o sentido pode ser distribuído por aquele que estiver na posse da carta. E como poderíamos ver o mecanismo da primazia significante explicitado na fórmula S/s da qual acabamos de destacar a barra, ou seja, o recalque? No desconhecimento que todos tem de seu conteúdo e do próprio vínculo que ela

estabelece entre as personagens que já estiveram em sua posse, como é o caso de D... e Dupin. Como já denunciámos ao dizer dos truques de Poe que Lacan nos apresenta em seu seminário, a artimanha com a qual a narrativa de Poe é produzida é da ordem de um não-dito.

Quando elencamos, para trazer o automatismo de repetição, os olhares que ordenam a ação significante no conto e desde lá tomamos a carta como o significante puro em volta do qual ordena-se a narrativa, aí também encontramos o conceito de valor saussuriano que vimos no capítulo anterior: dado que toda a história se passa em torno de um significante mestre, o que ocorre é um jogo metonímico que movimenta o significante ao longo da cadeia tendo em vista os lugares que ele ocupará da mesma. O motivo pelo qual isso corre é da diferença radical intrínseca ao significante, de modo que por si só ele não possui valor em si, representa uma ausência, e por isso está sempre em relação a outro significante. Assim sendo, há no conto, uma supremacia da carta sobre seu conteúdo, “a supremacia do significante - *la lettre* - sobre o significado - conteúdo da *lettre* - e da ordem simbólica sobre o sujeito, cujo posicionamento subjetivo varia de acordo com o olhar, o tempo e a posse da *lettre*” (AIRES, 2009, p.6).

A partir disso, Lacan também nos apresenta que a linguagem assim como concebida por ele, está para além da mera função de comunicação, como vimos que ela o era em Saussure, a partir da língua. A função que o psicanalista confere a da mesma ordem que enunciamos quando retratamos a busca policial pela carta e que ele fez uso do termo nulubiedade para descrever a singularidade da carta: “é que só se pode dizer que algo falta em seu lugar, à letra, daquilo que pode mudar de lugar, isto é, do simbólico” (LACAN, 1998, p.28). Ou seja, a intenção de Lacan é destacar, por meio do conto, a função da linguagem que o levou a subverter o signo linguístico de Saussure. Como lemos e o psicanalista nos reafirma ao longo de seu seminário, a singularidade da carta estava presente desde o título, configurando-se como o verdadeiro sujeito do conto. Onde estaria, no contexto da história, a singularidade de *la lettre*? Justamente onde firma-se a incidência significante, pelo fato de que ela pode sofrer um desvio - aí temo-la como possuidora de um trajeto próprio. Portanto, é pelo deslizamento do significante na cadeia que se dá por seu funcionamento alternante por princípio, que é preciso que ele deixe seu lugar, mesmo que seja para que retorne ao mesmo circularmente.

Por fim, é assim que compreendemos o automatismo de repetição que nos indicia a determinação simbólica desde Freud. Se a linguagem como concebida por Lacan está para além da função comunicacional, ela abre espaço para o equívoco assim como vimos que são formações

inconscientes. Se o fato linguístico compõe a língua e não é ao acaso, ou acidente, ele é intrínseco ao sistema e por isso uma língua é um sistema que é passível de falhas (FERREIRA, 2005). O pai da psicanálise descobre que é o significante que determina o sujeito de modo que, de uma forma ou de outra, ele há de seguir o rumo do significante. Ademais, é isso que permitiu contemplarmos nossa pergunta ao longo de todo o trabalho: é assim que o inconsciente é estruturado tal qual uma linguagem.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O percurso percorrido nos permitiu compreender, a partir da afirmação lacaniana de que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem, o significante no início da teoria do psicanalista francês, desde sua origem na linguística de Saussure. Iniciamos a investigação mapeando o solo no

qual a palavra fixou-se na obra de Freud. Através do interesse pelo trabalho de Charcot com as histéricas, Freud aproximou-se do tratamento hipnótico e passou a fazer uso deste em sua prática, no tratamento de casos que pareciam não ser constatadas nenhuma manifestação fisiológica. Diferentemente da maioria, que atrelava a hipnose a uma sugestão médica, o austríaco questionava seus pacientes sobre a origem do sintoma, pois, desta forma, garantia uma satisfação do desejo médico de saber a origem daquilo que eliminaria. Essa prática fora descrita por Breuer, junto a quem Freud publicou, em 1895, *Estudos sobre a histeria*, e ficou conhecida como o método catártico.

Entendemos que o direcionamento ao método catártico se deu pelo reconhecimento de falhas na hipnose que, como nos disse Freud em sua *Autobiografia* (1915), só seriam descobertas depois, pois, “naquele instante havia apenas dois motivos para queixa: primeiro, eu não conseguia hipnotizar todos os doentes; segundo, não era possível pôr determinados pacientes em hipnose tão profunda como seria desejável” (p.77). Contudo, o método catártico ia ao encontro do mesmo fracasso que seu predecessor, levando Freud ao processor que culminou na psicanálise. O neurologista passou a supor que havia, na origem dos estados hipnoides, um jogo de forças tal qual o que acontecia na vida normal e que os estados afetivos que se escondiam nos casos histéricos não eram outros senão aqueles de natureza sexual. Mudança que parece ter sido influenciada pela constatação da relação entre a etiologia da neurose e a sexualidade, e que a resolução de um sintoma sob hipnose catártica parecia trazer íntima relação com a relação mais íntima entre médico e paciente, ou seja, que a falha do método catártico ocorrida pelo próprio vínculo afetivo que lhe é intrínseco.

Apesar das falhas encontradas na hipnose, levando ao abandono dessa forma de tratamento por Freud, ele reconheceu as contribuições que o método havia trazido para a catarse: ampliação do campo da consciência dos que eram submetidos ao tratamento e oferecer-lhes um reconhecimento daquilo que não tinham acesso fora do estado hipnótico. Portanto, o pai da psicanálise disse que abandona a hipnose e conserva, dele, “apenas recomendação de o paciente se deitar num sofá enquanto eu ficava sentado atrás dele, de modo que o via mas não era visto” (FREUD, 1925, p. 89). Foi, precisamente, este trabalho com o hipnotismo que abriu espaço à entrada da palavra como um método de tratamento que, mais tarde, culminou na regra fundamental da psicanálise, a associação livre.

O lugar da palavra se tece desde a própria justificativa freudiana de, em *Tratamento psíquico (ou anímico)*, um texto de 1890, tomar, por meio da palavra e de seu significado, psíquico e anímico como equivalentes, compreendendo que esse modo de intervenção advém da alma e atua, “em primeiro lugar e de maneira direta, sobre o que é anímico no ser humano” (p.176). Um dos meios pelo qual o faz é através da palavra, de modo que estas passam a ser tidas como ferramentas essenciais desse modelo de tratamento. Se a palavra é aquilo que intermedia as relações humanas e permitem que sejamos capazes de influenciar uns aos outros de modo a, inclusive, gerar alterações anímicas, é inegável sua importância e potência. Seria, portanto, esse o motivo pelo qual a “magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos, sobretudo aqueles que se baseiam justamente nos estados psíquicos” (1905, p.182).

Assim, se falávamos do lugar da *palavra* e buscávamos compreender, a partir da afirmação lacaniana de que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem, o significante no início da teoria de Lacan, justificamos que o interesse partiu da presença e importância da palavra desde Freud e dos primórdios da teoria psicanalítica. Ainda, se entendemos a palavra como mediadora das relações humanas, foi preciso iniciar nosso estudo, que culminaria no entendimento do significante em Lacan, pelo debate da língua e da linguagem e pela compreensão de como o significante surge. Isto, fizemos a partir da linguística de Saussure.

Língua e linguagem relacionam-se por meio da linguística que, ao alocada no terreno da língua, permite que tomemo-la como “norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 2006, p.16). Elas não podem ser tidas como sinônimos, pois a língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Diz de um conjunto adquirido e convencional, acordados e utilizados socialmente. É a parte da linguagem que é externa ao indivíduo e este sozinho não pode criá-la ou modificá-la. Corresponde a um sistema de signos compartilhado que permite a compreensão e a comunicação de uma comunidade. Assim, esse sistema é determinado por um tecido social. A linguagem, por sua vez, diz de um conjunto multiforme e heteróclito, pertence, simultaneamente, aos domínios físico, fisiológicos e psíquico - este último que interessava a Saussure.

Para elucidar tal caracterização e indicar o modo de atuação do signo linguístico, o autor recorreu ao circuito da fala, no qual demonstra-se o aspecto psíquico da linguagem e é encontrada a “relação ou a associação entre o conceito e a imagem acústica, onde pode ser localizada a língua,

fazendo com que esta seja um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Foi neste ponto que conceito e imagem acústica se associavam (FUQUEN, 2017, p. 185, tradução nossa), levando-nos ao signo linguístico. Este, é uma unidade dupla da linguística constituída pela união de dois termos psíquicos que mantêm, entre si, um vínculo associativo; é formado por um conceito e uma imagem acústica que não diz de algo material, mas de uma representação psíquica do som que nos dá testemunho de nossos sentidos, “tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato” (SAUSSURE, 2006, p. 80).

O signo linguístico, então, constatamos ser uma entidade psíquica de duas facetas que se unem em caráter recíproco, são elas o conceito a imagem acústica, ou melhor, o significado e o significante. Ademais, verificamos dois princípios fundamentais do signo: sua arbitrariedade e o caráter linear do significante. O aspecto arbitrário diz do vínculo por meio do qual significado e significante se unem, e a linearidade do significante decorria da natureza auditiva do significante que apresenta-se unicamente no tempo.

O caráter arbitrário que falamos ganhou força com o efeito de significação. Se falamos de relações humanas e linguagem, era inevitável não falamos de *língua* e *fala* como outra dualidade dessa. A língua concebida por Saussure independe do indivíduo, é essencialmente social, nunca está completa em nenhum falante e registra-se passivamente, porque aquele que a registra não se dá conta de como o faz ou como a própria língua se estrutura. A fala, por sua vez, seria a língua concretizada pelo falante, aquela que explora o estatuto concreto da língua a partir daquele que a fala. Frise-se que o uso do termo *indivíduo* decorre da importância que Saussure confere à “língua”, ao tomá-la como seu objeto de sistematização linguística (BONI JÚNIOR, 2018). O efeito de significação, portanto, foi tomado com aquele sob o qual o indivíduo utiliza a língua sob a subordinação da estruturação do signo.

Vimos que o linguista tomava a língua como algo necessariamente externo e fez-se necessária a alteração dos termos de conceito e imagem acústica para significado e significante, respectivamente. Se a língua é um depósito de signos linguísticos, sua realização só seria possível no ato da fala. Foi neste aspecto que encontramos a exclusão saussuriana, que foi fundamental à Lacan para que o termo *indivíduo* fosse transposto ao *sujeito*, a exclusão do falante. Mais ainda, a mudança terminológica dos componentes do signo linguístico se justificava pois, por mais que seja a imagem acústica que apareça no ato da fala “e permita o conceito deslizar, é desde o próprio

intuito em transmitir um conceito que o significante se serve” (BONI JÚNIOR, 2018, p.89) – é ela também que sustenta o estatuto radical da diferença em cada signo linguístico, ou seja, uma materialidade sonora que garanta que um signo não seja, em seu aspecto fundamental, outro; assim, tornava possível o enredamento de signos que se convocam, um ao outro, em caráter linear, e, por conseguinte, a significação e o sentido.

Para entender melhor o signo linguístico saussuriano, Lacan, que o subvertera, em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957)*, separa significante e significado, respectivamente, por uma barra (S/s), indicando esses termos como distintos e resistentes à significação, e justificando que era esta barragem que permitia o estudo do que é a identidade do signo. Esta, por sua vez, é tomada a partir da posição que um signo ocupa em relação a outros quando dispostos em um conjunto, em uma certa sequência. Ademais, por serem distintas, mas parecerem se aproximar, fomos levados a compreender, a partir da discussão sobre o conceito do *valor* do signo linguístico, a diferença e a identidade como características basilares do mesmo.

Por meio de um debate que se estendeu, brevemente, até os registros do real, simbólico e imaginário de Lacan, elucidamos a passagem do *indivíduo* ao *sujeito*, compreendemos que o sujeito se relaciona com os significantes que o marcam, que ele é representado, a um significante, por meio de outro; e o modo pelo qual a psicanálise conferiu um novo estatuto às palavras e seus conteúdos latentes, pois, ao dizer que “as significações humanas se deslocam, e modificam o conteúdo dos significantes, que ganham empregos diferentes” (LACAN, 2002, p.140), tem-se que uma palavra não existe por si só, o que existe é o significante e ele possui um funcionamento próprio. É neste sentido que o inconsciente foi constatado como tendo um modo de operar análogo ao de uma linguagem, pelo lugar do significante.

Por conseguinte, se falamos de enredamento de significantes, foi porque é neste ponto que localizamos a importância da identidade do signo em Lacan - a importância da identificação na constituição da significação, na constituição do sujeito - e como essa discussão se vale do debate saussuriano da noção de *valor*.

Argumentamos sobre esse conceito a partir da significação dado que foi esta, enquanto efeito, que possibilitou a sustentação da qualidade de arbitrariedade do significante. Para isso, retomamos, por meio do signo, a língua em sua externalidade e como não sendo capaz de defender-se dos elementos deslizantes, a relação entre o significante e o significado, se faz uma instituição pura inalterável até o momento em que é posta em circulação; a continuidade do signo no tempo;

a relação entre a significação e o sujeito, de ser ela que representa um significante a outro; e a impossibilidade de tomarmos como sinônimo língua e linguagem, por ser a primeira a parte externa da segunda.

Aqui, entendemos o motivo pelo qual à língua caberia um estudo sincrônico: por ser tida como um funcionamento dentro de uma comunidade, que exprime a a necessidade da massa falante para sua existência, e não uma função. Mais ainda, que seu papel é o de mediar a relação entre o pensamento e o som, sendo tida como o “domínio das articulações” (SAUSSURE, 2006, p.131). Articulação na qual, mais uma vez, fora encontrada a arbitrariedade – como os domínios que formam o signo são confusos e amorfos, a escolha acústica para uma ideia é arbitrária e, assim, o *valor se faz necessário*.

Como conceito, o valor se estabelece por seu caráter diferencial da negatividade com a qual se relaciona com os outros termos do sistema, por ser aquilo que os outros não são. Até essa compreensão, vimos a dimensão sincrônica da linguística; concluímos arbitrariedade e diferença como qualidades correlatas; e, no debate significante/significado, significação e sistema linguístico, constatamos que

Um sistema linguístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de ideias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois, o próprio da instituição linguística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças (SAUSSURE, 2006, p.140)

E que é através de relações vetoriais de substituição entre signos, quando estes encadeiam-se em série, que significação e valor se diferenciam. .

A abordagem vetorial se apresenta, agora no campo da linguística diacrônica, no estudo das relações estabelecidas entre termos sucessivos que não são percebidos por uma mesma consciência coletiva e que podem substituírem-se mutuamente sem que ocorra a formação de um sistema. A distinção com relação ao estudo sincrônico é de que a ele cabe ocupar-se das relações psicológicas e lógicas envolvidas na união de termos que coexistem e originam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva, ou seja, o estado da língua. Foi ao chegarmos à acepção diacrônica que localizamos a dimensão temporal que incide na linguística e como ela se situa sob os eixos das simultaneidades e das sucessividades.

Vimos, também, que esses eixos levaram Roman Jakobson a teorizar o arcabouço metonímico e metafórico que fora utilizado por Lacan em sua obra. O linguista russo o fez na tentativa de entender quais efeitos de sentido existem nas mensagens em seus aspectos de signo e, em partes, nos processos inconscientes definidos por Freud como condensação e deslocamento:

(...) nessa distinção e sistematização de Saussure, mas com as inserções de Jakobson, sobre os dois eixos perpendiculares entre si, referentes a dualidade interna da língua para tratar da *cronologia do tempo* e o efeito de uma *lógica de corte entre dois tempos*, tendo em vista os efeitos de significação *a posteriori*, nas significações e na causalidade psíquica (...). (BONI JÚNIOR, 2018, p.95).

Deste modo, constatamos que Lacan parece ter absorvido os eixos sincrônicos e diacrônicos de Saussure, fato que aparece na teorização da significação e do sentido, bem como no tempo lógico que guia a prática clínica da psicanálise lacaniana, vinculando a simbolização a uma temporalidade. Essa temporalidade marca também a produção de nosso trabalho, uma simbolização *a posteriori*, uma lógica retroativa. Por esse motivo, também compreendemos o início da teoria lacaniana de retorno à Freud como sendo o retorno ao seu sentido, o próprio sentido do significante que já se fazia presente pelo trabalho a partir da fala.

A psicanálise poderia ser tomada, portanto, como uma prática analítica e linguística. Novamente, se desde Freud, na prática analítica, e de Saussure, na parte linguística, temos a dimensão das relações humanas posta, a ciência inaugurada pelo neurologista austríaco é inserida pela linguagem e pela transferência. Isso nos levou a compreender como opera, na clínica, o significante – pelo Outro, pela transferência, pelo sintoma, pela palavra.

Em nossa leitura de *O seminário sobre “A carta roubada” (1955/1998)*, de Jacques Lacan, compreendemos como o automatismo de repetição freudiano reafirmava a própria descoberta do inconsciente e, portanto, que o animal humano é determinado por uma ordem simbólica. Essa sobredeterminação foi tomada em um viés de análise sincrônico e diacrônico a partir do exemplo do jogo de carretel do neto de Freud, o Fort-da, do jogo de par ou ímpar da história de Poe e do exemplo de articulação significante que ocorre no caso freudiano do Homem do Ratos (1909). Em todos esses exemplos verificamos a sustentação que a linguagem enquanto ordem de entrada e estruturação do indivíduo impõe: o primado do significante sobre o significado em ambos seus eixos – diacrônico e sincrônico. Mais ainda, que o princípio da repetição advém da própria insistência da cadeia significante e assim, se o *inconsciente é estruturado tal qual uma linguagem* é por ser a ordem simbólica pensada pelo homem e, antes de tudo, por estar “aprisionado nela em seu ser” (LACAN, 1998, p.57) – o papel do significante na constituição do sujeito.

Por fim, formalizamos nossa pesquisa constatando a intrínseca relação entre a linguística, a linguagem e a psicanálise através do estudo da lógica significante psicanalítica à luz da obra literária de Edgar Allan Poe, *A carta roubada*. Foi pelo enredamento dos conceitos trabalhados entre as concepções de Freud, Saussure e Lacan que pudemos elucidar a afirmação lacaniana do “inconsciente (...) estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (LACAN, 2002, p.140). Na análise lacaniana do conto de Poe o significante primordial de estruturação textual era justamente a carta em si e não seu conteúdo. Com isso, finalizamos nosso entendimento do significante e sua importância na descoberta psicanalítica do inconsciente perpassando e ilustrando, através do conto, a significação, a diferença, a arbitrariedade, o valor, a língua, a linguagem, a práxis psicanalítica, a metáfora e a metonímia, a temporalidade, a primazia do significante. A incidência significante, na carta, se configurou pelo fato de que ela pode sofrer um desvio - aí temo-la como possuidora de um trajeto próprio. Portanto, é pelo deslizamento do significante na cadeia que se dá por seu funcionamento alternante por princípio, que é preciso que ele deixe seu lugar, mesmo que seja para que retorne ao mesmo circularmente.

Nosso trabalho teve início em um projeto de pesquisa no qual a motivação residia em uma inquietação sobre o registro do Real. Entendendo que este registro é aquele que não cansa de não se inscrever, havia uma curiosidade sobre qual a relação que poderia ser estabelecida, clinicamente, entre significante, registros e o sofrimento psíquico. Entendeu-se que, o recorte possível para a realização da pesquisa, não nos permitiria explorar os diversos questionamentos que trouxemos. Com isso, organizou-se que à uma escolha norteadora, à princípio, caberia investigar o significante e sua relação com cada um dos registros que Lacan propõe como ordens da existência. Adentrado o estudo, compreendemos que seria preciso um recorte ainda mais específico e foi assim que chegamos ao nosso tema final: compreender o significante em Lacan e a afirmação do inconsciente estruturado como uma linguagem e, para tal, localizar a origem do próprio objeto de investigação.

Consideramos pertinente reiterar que pela regra fundamental da psicanálise ser a associação livre e, portanto, que há notoriedade da palavra em nosso escopo de trabalho, bem como as propriedades significantes que nos constituem, o estudo da palavra e sua repetição serão sempre necessários. Tal qual um corte lógico, uma releitura se faz do intuito de produzir algo novo. Nesse sentido, delimitamos que o nosso campo de pesquisa teria a delimitação temporal de 1956, focalizando-nos na compreensão do seminário de Lacan sobre a carta roubada e da origem linguística do significante. Contudo, a teoria do significante foi desenvolvida ao longo de toda a

obra lacaniana e julgamos pertinente retificar, como sugestão de continuidade de nossa pesquisa, a importância de compreendê-la na totalidade de sua elaboração tal qual trazida pelo psicanalista francês, bem como as mudanças que sofreu e as implicações para a práxis da psicanálise.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, S. Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan. **Revista do GEL**, [S. l.], v. 2, p. 215–230, 2005. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/313>. Acesso em: 26 maio. 2022.

BEZERRA, D. *O significante em Jacques Lacan e sua contribuição para uma história da loucura*, Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias. 2016. ISBN: 978-85-65957-10-6

CASELLI, F. R. B. Inconsciente e linguagem: uma leitura de Freud a Lacan. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

D'ESCRAGNOLLE CARDOSO, Maurício José. Retorno sobre a influência de Saussure sobre Lacan. **Analytica**, São João del Rei , v. 1, n. 1, p. 28-44, dez. 2012 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S231651972012000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231651972012000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 maio 2022.

DE SOUZA, R. A.; DA SILVEIRA, J.; DA SILVA, V. L. LÍNGUA, SIGNO, VALOR: A TEORIA LINGUÍSTICA DE FERDINAND DE SAUSSURE. **Revista ECOS**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/254>. Acesso em: 17 maio. 2022.

DOR, J. Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: ARTMED, 1989.

DUNKER, C.I.L. O que é o tempo lógico para Lacan?. Youtube, 2016. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=20remXCZdl4>>. Acesso em 11 mai. 2022.

EIDELSZTEIN, A. (2003). *Las estructuras clínicas a partir de Lacan: intervalo y holofrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad mental*. Vol. I. Letra Viva, Buenos Aires.

FARIA, M. R. *O Real, Simbólico e Imaginário no ensino de Jacques Lacan*. São Paulo: Toro Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. *Do significante da falta à falta de significante: A dimensão da causa no fundamento do desejo e do objeto na passagem do Seminário 8 ao Seminário 9. Stylus (Rio J.)*, Rio de Janeiro , n. 31, p. 63-70, out. 2015 . Disponível em <[http://p epsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-157X2015000200007&lng=pt&nrm=iso](http://p epsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2015000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 18 jun. 2021.

FERREIRA, Nadiá Paulo. Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* [online]. 2002, v. 5, n. 1 [Acessado 5 Novembro 2021] , pp. 113-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100009>>. Epub 09 Out 2006. ISSN 1809-4414. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100009>.

FERREIRA, M., **Da Ambiguidade ao Equívoco**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FIGUEIREDO, Luís Claudio; MINERBO, Marion. Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. **J. psicanal.**, São Paulo , v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010358352006000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352006000100017&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 07 jun. 2022.

FREUD, S. (1915) “A repressão” In *Obras completas: Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Trad. Paulo Cezar Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1925). "Autobiografia". In: FREUD, S. **Obras completas, volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1890). Tratamento psíquico (ou anímico). In: FREUD, S. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume VII: Um Caso de Histeria, Três Ensaio sobre Sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1890.

FUQUEN, Fabián Becerra. La noción de lenguaje en Jacques Lacan: del signo lingüístico en Saussure al algoritmo saussureano em Lacan. *Revista Filosofía UIS*, Buenos Aires, Argentina, Vol. 16 Núm. 1, p. 180-192, 2017. Disponível em:

<https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistafilosofiauis/article/view/6689> . Acesso em: 09 set. 2021.

GARCIA-ROZA, L. A. Freud e o Inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GONCALVES, Renata. Um estudo de caso sobre a brincadeira do FORT-DA como indício de estruturação do sujeito. *Estilos clin.*, São Paulo , v. 23, n. 3, p. 626-637, dez. 2018 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282018000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282018000300010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 19 abr. 2022. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i3p626-637>.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1998.

LACAN, J., O seminário sobre “A carta roubada” (1955/1998), In *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-66, 1998.

\_\_\_\_\_. (1953/1998). O seminário sobre “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, In *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 238-324, 1998.

\_\_\_\_\_. (1956/1998). A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In LACAN, J. *Escritos*, pp. 401 – 437. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. (1957a/1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In LACAN, J. *Escritos*, pp. 496 – 536. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. (1957b/1999). O familionário. In: LACAN, J. O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. O Seminário, livro 3: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. Meu ensino. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. (1951/1998) Intervenção sobre a transferência. In LACAN, J. *Escritos*, pp. 214 – 225. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. (1956/1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In LACAN, J. *Escritos*, pp. 459 – 495. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1998.

LO BIANCO, A. C. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF* [online], v. 8, n. 2, pp. 115-123. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusf/a/tymM3zrH3ymjQfb9mnHbxHn/?lang=pt#>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MEZAN, Renato. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 227-241, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000100015&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100015&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 jun. 2022.

MOREIRA, A. Significação: a elaboração de uma noção saussuriana no CLG. 2013. Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em:<[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013\\_1831.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1831.pdf)> Acesso em: 26 set. 2021.

MONTEIRO, Marli Piva. *A topologia de Lacan*. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 41, p. 133-139, jul. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372014000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372014000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 jun. 2021.

NAFFAH NETO, Alfredo. A pesquisa psicanalítica. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 279-288, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000100018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100018&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 jun. 2022.

NORMAND, Claudine. Saussure. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

POE, E. A.. Histórias Extraordinárias. Victor Civita, 1981. Tradução de Brenno Silveira e outros. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/47495303-Poe-edgar-allan-historias-extraordinarias-victor-civita-traducao-de-brenno-silveira-e-outros.html>>. Acesso em: 24 mai. 2022.

QUINET, A. As 4+1 condições da análise. 9ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. Psicanálise e música: reflexões sobre o inconsciente equívoco. *Música e Linguagem – Revista do Curso de Música da UFES, Vitória*, v. I, p.10-35, ago. 2013.

SAFRA, G. INVESTIGAÇÃO EM PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE. *Psicologia USP* [online]. 2001, v. 12, n. 2 [Acessado 7 Junho 2022] , pp. 171-175. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200014>>. Epub 25 Mar 2002. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200014>.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Eliane Mara. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística*. 2003. 154p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270548>>. Acesso em 25 ago. 2021.

TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRAT, D. M.; PEREIRA, A. C. A carta roubada e a estrutura do inconsciente. *Intersecções: Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais*, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em:<<https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1030>>. Acesso em 03 out. 2021.

TFOUNI, L. V. (2014) *Em busca da felicidade, o corpo se consome no consumo*. In: CORACINI, M. J.; *Mídia, exclusão e ensino: dilemas e desafios na contemporaneidade*. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/303820086\\_Em\\_busca\\_da\\_felicidade\\_o\\_corpo\\_se\\_consome\\_no\\_consumo](https://www.researchgate.net/publication/303820086_Em_busca_da_felicidade_o_corpo_se_consome_no_consumo)>. Acesso em 25 abr. 2022.